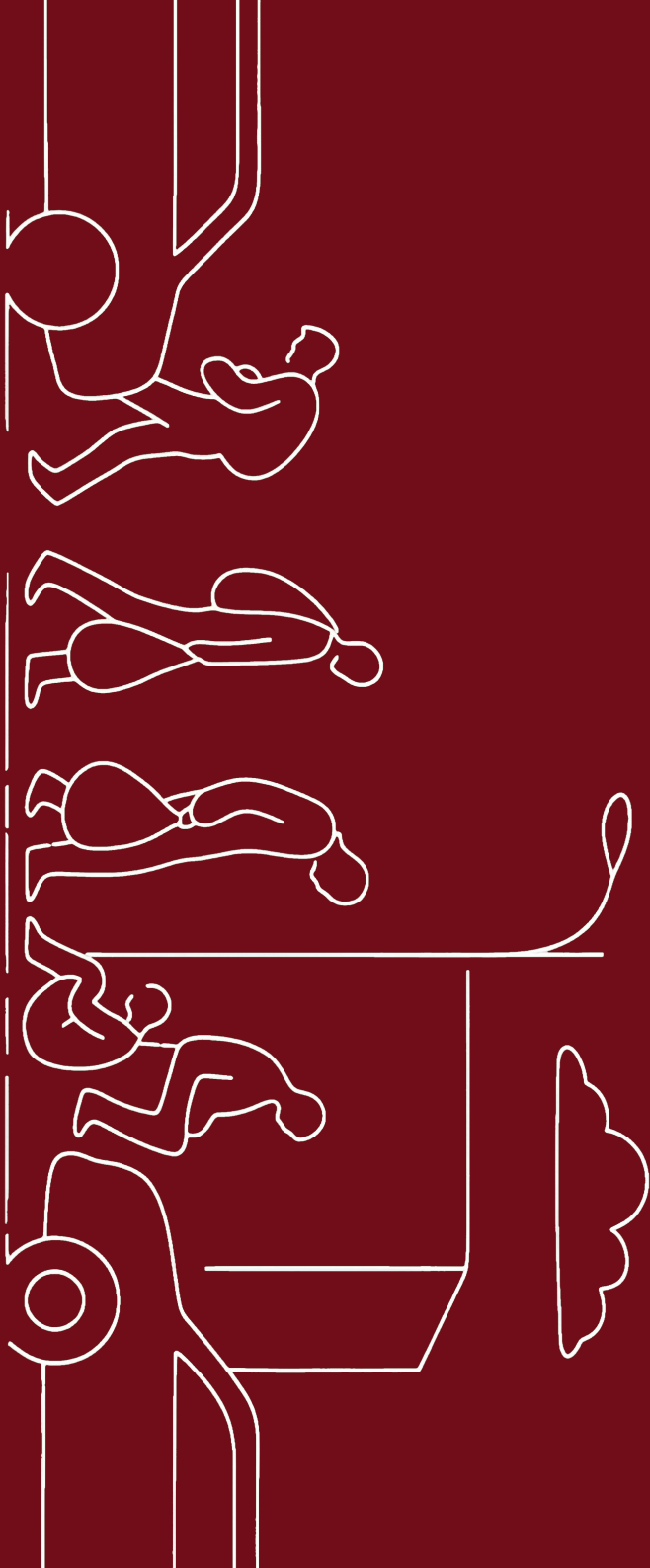


CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS UNI-GOIÁS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CENTRO ACOLHER

CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

AMANDA KAROLINE MEDEIROS DE ALCANTARA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS UNI-GOIÁS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA KAROLINE MEDEIROS DE ALCANTARA

**CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:
CENTRO ACOLHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Goiás Uni-Goiás, sob orientação de Professora Dra. Me. Ana Isabel de Oliveira Ferreira, como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

GOIÂNIA
junho/2026



AGRADECIMENTOS,

Agradeço aos meus pais, que foram a base da minha vida e de tudo o que conquistei até aqui. Obrigada por cada esforço, renúncia, ensinamento e gesto de amor. Esta conquista também pertence a vocês, pois carrego em mim os valores, a força e o cuidado que recebi ao longo da minha caminhada.

À minha mãe, que hoje não está mais presente fisicamente, deixo minha gratidão mais profunda e cheia de saudade. Mesmo sem tê-la ao meu lado de forma visível, sei que esteve comigo do início ao fim, olhando por mim, me protegendo e me dando forças nos momentos difíceis. Esta conquista também é dela, pois seu amor e seus ensinamentos continuam vivos em mim.

Ao meu pai, agradeço pelo apoio, incentivo e por acreditar em mim durante essa trajetória. Sua presença e dedicação foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu noivo, agradeço por estar ao meu lado desde o início até o fim desta caminhada, por me incentivar, me acolher nos dias difíceis e acreditar em mim até quando eu mesma duvidei. Sua presença tornou esse processo mais leve e possível.

Ao meu irmão, obrigada pelo carinho, apoio e por caminhar comigo em tantos momentos importantes. Sua torcida e presença também fazem parte desta conquista.

Aos meus professores e orientadores, agradeço por cada ensinamento, orientação e palavra de incentivo. Vocês contribuíram de forma essencial para minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória, deixo minha sincera gratidão. Este trabalho representa esforço, superação, amor, saudade e a realização de um sonho.

RESUMO

Ao caminhar pelas ruas da cidade, deixamos de perceber pessoas que não possuem sequer um lugar para chamar de lar. A situação de rua é uma realidade presente em todo o Brasil e esse número de pessoas cresce cada vez mais. Vivendo sob pontes ou em espaços públicos, essas pessoas veem a esperança de mudança se tornar cada vez mais distante.

Em Goiânia, percebe-se um aumento significativo dessa população, especialmente à medida que a cidade se destaca no cenário econômico, social e cultural do país. Embora o desenvolvimento urbano seja visível, a insuficiência de equipamentos públicos destinados ao atendimento e à reintegração social dessa população cresce de maneira silenciosa.

Diante desse contexto, o Centro Acolher surge como uma ferramenta essencial para fortalecer o sentimento de esperança e a possibilidade de transformação de vida das pessoas em situação de rua. Localizado na região central de Goiânia, o projeto propõe um espaço acessível, humanizado e integrado, capaz de atender de forma real e efetiva às necessidades desse público, contribuindo para sua dignidade e reinserção social.

Palavras-Chaves: Situação de Rua; Acolhimento; Reintegração; Brasil; Goiânia

ABSTRACT

As we walk through the city streets, we fail to notice people who don't even have a place to call home. Homelessness is a reality throughout Brazil, and this number of people is growing ever larger. Living under bridges or in public spaces, these people see the hope of change becoming increasingly distant.

In Goiânia, there is a significant increase in this population, especially as the city stands out in the country's economic, social, and cultural landscape. Although urban development is visible, the insufficiency of public facilities aimed at serving and socially reintegrating this population grows silently.

In this context, the Acolher Center emerges as an essential tool to strengthen the feeling of hope and the possibility of transforming the lives of people experiencing homelessness. Located in the central region of Goiânia, the project proposes an accessible, humanized, and integrated space, capable of truly and effectively meeting the needs of this population, contributing to their dignity and social reintegration.

Palavras-Chaves: Homelessness; Shelter; Reintegration; Brazil; Goiânia

SUMÁRIO



01 APRESENTAÇÃO DO TEMA 12

02 ABORDAGEM TEMÁTICA 13

2.1 O RETRATO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL	13
2.2 O ESTIGMA E A LINGUAGEM: QUEM SÃO ESSAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	15
2.3 POLÍTICAS E PRÁTICAS: OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA	16
2.4 O RETRATO EM GOIÁS: A SITUAÇÃO LOCAL DIANTE A POPULAÇÃO DE RUA	18
2.5 JUSTIFICATIVA	20
2.6 MAPA DE LOCALIZAÇÃO	21
2.7 OBJETIVOS	22

03 REFERÊNCIAS PROJETOAIS 23

3.1 CENTRO DE ACOLHIMENTO / CYS.ASDO	23
3.2 CASA DE ACOLHIMENTO E REFEITÓRIO COMUNITÁRIO / SIDE FX ARQUITECTURA	27
3.3 INSTITUTO VILA PRAIA	31
3.4 QUADRO DE APROVEITAMENTO	34

04 ASPECTOS RELATIVOS A ÁREA DE INTERVENÇÃO 35

4.1 CONTEXTO DA CIDADE	35
4.2 O LOCAL DE INTERVENÇÃO	36
4.2.1 Histórico do Setor Leste Universitário	36
4.2.2 Mapa de Bairros Vizinhos	37
4.2.3 Mapa de Pontos de Interesse e Marcos do Entorno	38
4.2.4 Mapa do Sistema Viário	39
4.2.5 Mapa de Gabarito	40
4.2.6 Mapa de Uso do Solo	41
4.2.7 Mapa de Adensamento	42
4.2.8 Mapa de Mobiliário Urbano	43
4.2.9 Mapa de Aspectos Físicos Naturais	44
4.2.10 Mapa de Localização da Área de Intervenção	45
4.2.11 Redes de Infraestrutura e Condicionante Legais	47

05 ASPECTOS RELATIVOS À PROPOSTA ÁREA DE INTERVENÇÃO 49

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO	49
5.2. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA	50
5.2.1 Descrição e Pré-Dimensionamento dos setores	51
5.2.2 Descrição dos Principais Ambientes	52
5.3. CONCEITUAÇÃO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	58
5.3.1. Interpretações e Apropriações iniciais na Área de Intervenção	59
5.3.1.1. Locação Inicial dos Equipamentos	60
5.3.1.2. Estudo de Fluxos e Acessos	61
5.3.1.3. Noções Iniciais da Implantação	62
5.3.2. Aspectos Formais	63
5.3.2.1. Área 2	63
5.3.2.2. Área 1	65
5.3.3 Setorização	67
5.3.4. Sistemas Construtivos	68
5.4. PROPOSTA PROJETUAL	69
5.5. MEMORIAL DESCRITIVO	95
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	

01 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Em 2009 foi criada a primeira Política Nacional para a População em Situação de Rua¹ (PNPSR) no Brasil, com o objetivo garantir o acesso dessa população a serviços e programas de reintegração social. O Ministério do Desenvolvimento Social² (MDS), define essas pessoas como um grupo de pessoas com vínculos familiares frágeis, vivendo em espaços públicos, áreas degradadas ou abrigos, como meio de moradia ou sustento (BRASIL, 2009, p. 7). São pessoas que enfrentam precariedade e acesso limitado a direitos como saúde, educação e moradia.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges (2020), os principais motivos que levam essas pessoas a viverem nessas condições envolvem desemprego, problemas familiares, alcoolismo e perda de moradia. Segundo o relatório de fiscalização emitido pelo Ministério Público de Contas de Goiás (MPC-GO), estima-se cerca de 3.104 pessoas em situação de rua, sendo 1.599 apenas no Município de Goiânia, um número que pode chegar a ser ainda maior, segundo a Superintendente dos direitos humanos de Goiás, Ana Luísa Freire (GOIÁS, 2024, p. 12). Diante da situação crescente em Goiânia, existe uma insuficiência de equipamentos públicos, como o Centro

POP³ que atualmente não atende um terço da demanda local, reforçando a urgência da criação de um novo centro de acolhimento.

A escolha da área de intervenção, na região central de Goiânia, apresenta desafios como: topografia acidentada, áreas degradadas e posses particulares de lotes em uma área de Ocupação Sustentável⁴ (AOS). Na área existe uma praça e edificações abandonadas, onde encontra-se ocupadas por pessoas em situação de rua em busca de abrigo. Com isso, além do acolhimento, torna-se essencial um método humanizado e direcionado a esse público, adotando estratégias que evitam a apropriação inadequada dos espaços públicos, oferecendo segurança, cuidado e orientação adequada aos usuários.

O Centro Acolher é uma resposta social e arquitetônica voltada para as necessidades presentes nessa região, oferecendo não só serviços básicos para essa população, mas também uma base sólida de reintegração social, com foco não somente em acolher, mas oferecer oportunidades reais de reconstrução de vida com dignidade, cuidado e apoio social a essas pessoas.

¹ Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que estabelece diretrizes para assegurar o acesso dessa população a políticas públicas.

² Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, órgão federal brasileiro que busca promover a inclusão social, a segurança alimentar e nutricional, e a assistência às famílias em situação de pobreza no Brasil.

³ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que oferece atendimento individual e coletivo para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência, sendo um ponto de apoio e desenvolvimento para a reinserção social.

⁴ Locais com normas para controlar a densidade habitacional – como as AAB – juntamente da preservação do meio ambiente, são as áreas ao redor dos locais de preservação permanente (rios, florestas, morros, etc.)

02 ABODAGEM TEMÁTICA

2.1 O RETRATO DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Pessoas em situação de rua hoje no Brasil é uma realidade muito visível quando observamos pelas ruas, especialmente em regiões específicas da cidade e em horários noturnos, afinal é nesse horário em que essas pessoas param para se recuperar de um dia árduo e difícil. Assim, vemos uma diversidade de pessoas, raças, gêneros e idades, vivendo dia após dia em uma realidade distante da que vivemos.

O termo “pessoas em situação de rua” é definido pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, como:

[...]grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

Hoje no Brasil, de acordo com laudo oficial nº 02/2024, o país chegou a cerca de 281.472 pessoas em situação de rua no fim de 2022. Segundo França (2023)⁵, o capitalismo foi um dos principais fatores contribuintes para as pessoas estarem nessa situação hoje.



Figura 1: Grupo Diverso de Pessoas em situação de Rua
Fonte: Gost teddy Pinterest

⁵ FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (org.). População em situação de rua e questão social no Brasil: contribuições ao debate. Teresina: UFPI, 2023.

As motivações para essas pessoas viverem em situação de rua são diversas, sejam elas por saúde, desemprego, desastres naturais, violências, questões de gênero e diversos outros fatores.

De acordo com o relatório de diagnóstico, com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal para população em situação de rua (2023), existe grave escassez de dados estatísticos mais precisos sobre essa população, dificultando a superação desse problema. A falta da inclusão e acesso desta população em censos demográficos, deixa a desejar em relatórios mais precisos sobre a quantidade de pessoas que vivem nessa situação hoje no Brasil. O único levantamento oficial sobre identificação e quantificação de pessoas em situação de rua, foi realizado apenas em 2009, quando foi implementado o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009⁶.

Com base nas figuras 2, 3 e 4, o perfil da população de rua hoje no Brasil, identificado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua/POLOS-UFMG (2023), mostra que grande maioria das pessoas são negras e do sexo masculino. Além disso aponta que grande parte estão nas ruas a mais de 12 meses e que algumas não possuem alto grau de instrução, não chegando a possuir o ensino fundamental completo. Uma grande maioria dessas pessoas estão na faixa etária de 40 a 59 anos e outra parte possui entre 18 e 39 anos.

A análise da população em situação de rua é fundamental e deve ser explorada um pouco mais através da percepção social e o estigma contribuem para sua marginalização.

Figura 2: Gráfico Faixa Etária

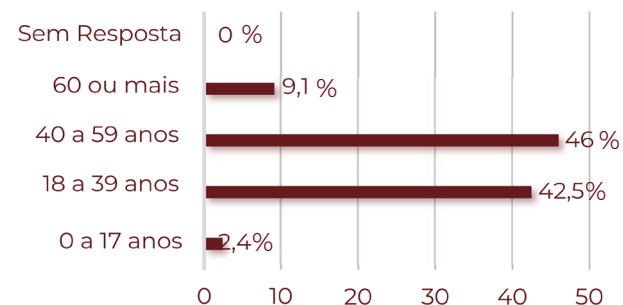


Figura 3: Gráfico Cor/Raça

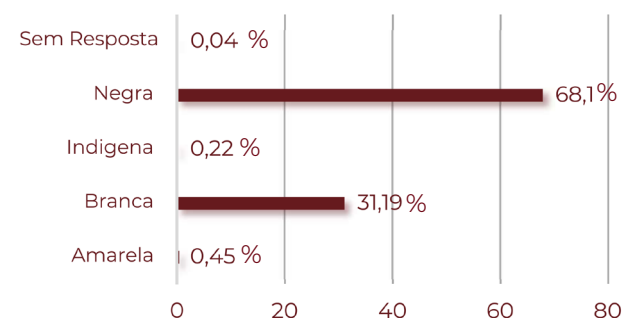
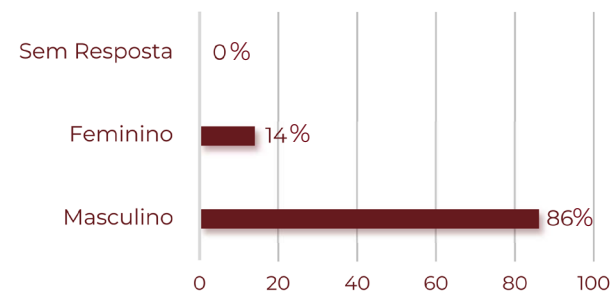


Figura 4: Gráfico Sexo



Fonte Figuras 2, 3 e 4: Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua/POLOS-UFMG (2023). Adaptado pelo Autor

⁶ Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e criou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

2.2 O ESTIGMA E A LINGUAGEM: QUEM SÃO ESSAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Apesar das raízes históricas, a estigmatização da população em situação de rua ainda persiste até os dias atuais. A sociedade ainda associa sujeira, desordem urbana e a criminalidade a essas pessoas, reforçando a prática de preconceito com pessoas pobres. Existem percepções teóricas que entendem a desumanização dessas pessoas está baseada no fato delas não serem produtivas para o sistema, tornando-as “descartáveis”. Esse preconceito se expressa em discursos midiáticos, associando moradores de rua a um problema de segurança pública e medidas de higienistas dos espaços públicos. Com essa visão adotada, alguns governos municipais realizam remoções compulsórias nas áreas públicas, ignorando a necessidade de equipamentos básicos para atender as necessidades desse grupo.

França (2023) afirma que existem três (3) grupos de pessoas nesse contexto. O primeiro grupo inclui trabalhadores que transitam dentro do mercado de trabalho, o segundo são pessoas migrantes rurais e o terceiro trabalhadores informais. Algumas pessoas nessa realidade possuem moradia, mas devido a sua realidade de obter um trabalho informal ou pela distância de suas moradias periféricas, não possuem condições de ir e vir diariamente, o que leva a ficarem nas ruas durante o trabalho informal. A política nacional para inclusão social da população em situação de rua (2008)⁷, indica que as principais

atividades remuneradas realizadas por essas pessoas são catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, construção civil, limpeza e carregador/estivador e pedintes de dinheiro.

Ainda, segundo França (2023), observa-se que esse fenômeno de situação de rua no Brasil resulta de desigualdades históricas e sociais, incluindo fatores como a superexploração do trabalho e a ação higienista⁸ do estado como: a inexistência de assistência do governo brasileiro a população negra após a abolição formal da escravidão, a ação higienista do estado, a rápida urbanização e a ação repressiva⁹ do estado a essa população por meio do aparato policial e penal.

É sabido que pessoas em situação de rua são estigmatizadas perante a sociedade. De acordo com França (2023), isso é fruto da forma como pessoas julgavam e tratavam essas pessoas logo após a abolição da escravidão no Brasil. Pessoas que residiam em cortiços ou nas ruas eram consideradas sujas, perigosas e “vadias”. Este público era tratado como criminosos, por não terem uma residência fixa, sofrendo violências e penas legais.

O estigma social, associado a visões higienistas, influencia diretamente as ações do Estado, tornando necessária a análise da evolução das políticas públicas voltadas a esse grupo.

⁷ Política que reconhece os direitos básicos e estabelece diretrizes ao grupo população de rua, afim de garantir uma vida mais digna a essa população.

⁸ Movimento social e político que defende a saúde pública e a educação para a melhoria das condições sociais, com ênfase na prevenção de doenças através da higiene, controle de epidemias e promoção de hábitos saudáveis em todos os aspectos da vida.

⁹ Ação que tem o objetivo de reprimir, ou seja, conter, proibir ou punir uma ação considerada ilegal, anticoncorrencial, ou que infrinja uma ordem jurídica, como no caso de atos discriminatórios ou infrações do direito administrativo.

2.3 POLITICAS E PRÁTICAS: OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA

De acordo com França (2023), em 1935 foi adotada algumas medidas estatais rigorosas, com o objetivo de encaminhar pedintes para o poder judiciário, essas pessoas eram pessoas pobres ou extremamente pobres. Essa conduta repreensiva e controladora persistiu nos séculos XX e XXI, um período em que o estado além de não oferecer suporte adequado a essa população, ainda responsabilizava e condenava esse grupo que vivia nessa situação.

Somente em 1988 o governo tomou atitudes marcantes em relação a políticas públicas e a proteção social para essa população, com a criação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã. Com a finalidade, mencionada no artigo 6º da Constituição, de dar direitos sociais aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos como acesso a saúde, lazer, educação, moradia, entre outros direitos básicos de um cidadão.

Em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹⁰, uma lei na qual regularizou o direito do cidadão e impôs como dever do Estado a prever o mínimo social aos cidadãos. Porém esta lei ainda não considerava pessoas em situação de rua como usufruintes da mesma, amparando apenas famílias, mães, crianças, adolescentes e idosos.

A Política Nacional para Inclusão Social da População de Rua no Brasil afirmou que:

Posteriormente, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005. (BRASIL, 2008, p. 6)

Após essa lei estabelecida, em 2006 aconteceu o 1º Encontro Nacional sobre a População de Rua, que segundo o relatório teve o objetivo de reunir atores sociais, afim de discutir os desafios e estratégias de políticas públicas voltadas a população em situação de rua, identificando as principais demandas desse público e discutindo meios para a participação popular e controles democráticos nas políticas públicas.

A 1ª Pesquisa Nacional sobre a População de Rua foi realizada pelo MDS¹¹ entre em 2007 e 2008, executado pelo Instituto Meta. Essa pesquisa levantou dados sobre perfil, condições e demandas da população em situação de rua, que foram essenciais para formular a política nacional, abrangendo cerca de 71 cidades e contando com a participação direta do MNPR¹² (Ferro, 2011). Em 2009 Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 que estabeleceu diretrizes para assegurar o acesso dessa população a políticas públicas. Esse percurso histórico pode ser visto na Figura 5.

Apesar dos avanços legais, há limitações na aplicação prática das políticas, o que exige a análise da realidade local em Goiás e Goiânia.

¹⁰ A LOAS (1993) organiza a assistência social no Brasil e institui benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

¹¹ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), Família e Combate à Fome, órgão federal brasileiro que busca promover a inclusão social, a segurança alimentar e nutricional, e a assistência às famílias em situação de pobreza no Brasil.

¹² Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) movimento social, criado em 2005, composto por pessoas que vivem ou viveram nas ruas, além de apoiadores.

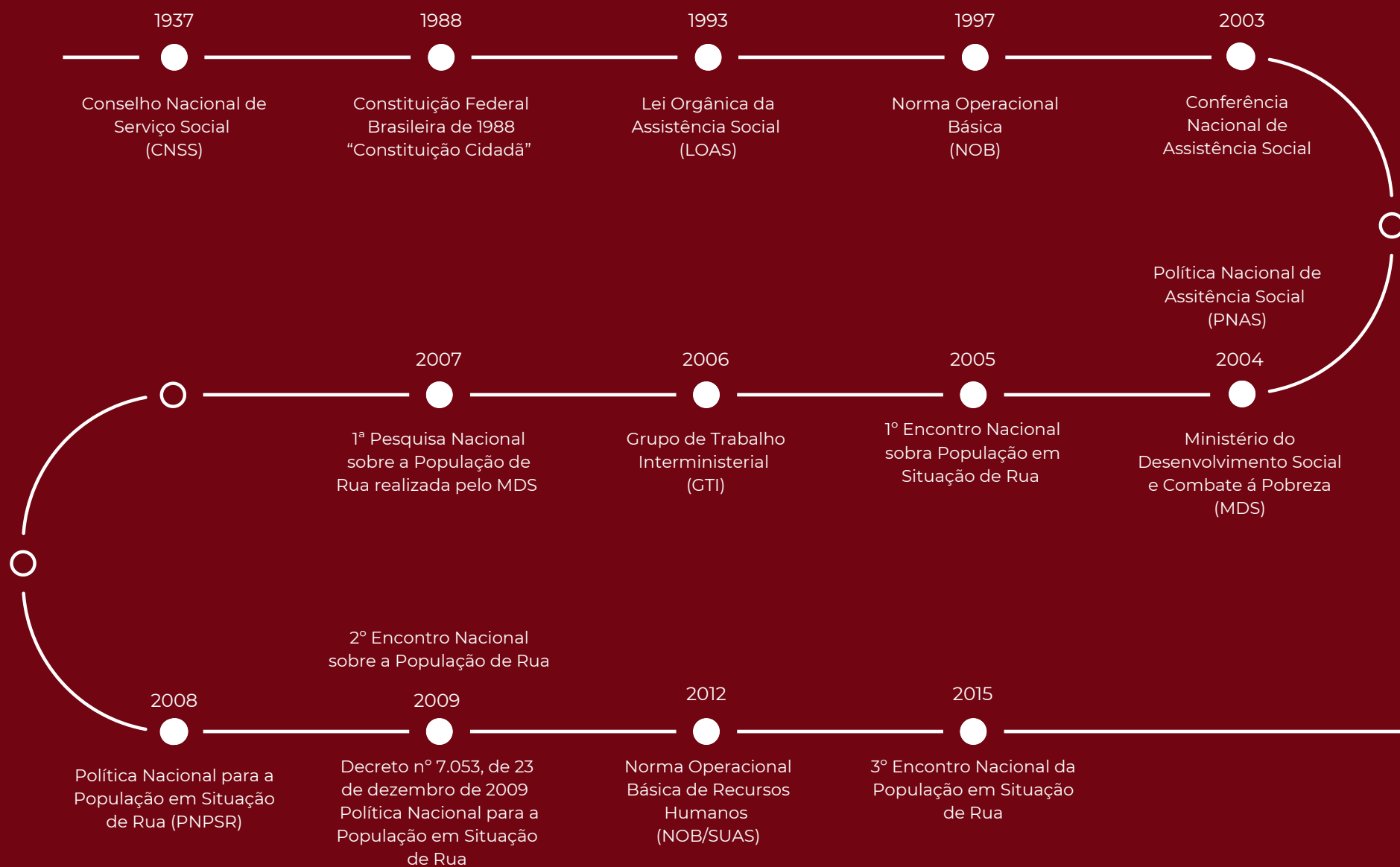


Figura 5: Linha do tempo das políticas públicas relacionadas à população em situação de rua
Fonte: Elaborado por Amanda Medeiros, 2025.

2.4 O RETRATO EM GOIÁS: A SITUAÇÃO LOCAL DIANTE A POPULAÇÃO DE RUA

O estado de Goiás, de acordo com o relatório - População em Situação de Rua: Diagnóstico com Base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal - está posicionado em 11º lugar no ranking nacional, em relação ao número de pessoas em situação de rua com base no CadÚnico.

Com base no relatório obtido pelo - Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua/POLOS-UFGM (2023) - Goiás possui 3.755 pessoas em situação de rua. O relatório ainda aponta que 61% dessas pessoas não são do estado de Goiás, mas de outros estados vindo em busca de condições melhores de vida.

Segundo o os gráficos obtidos pelo relatório elaborado pelo Instituto Mauro Borges (2020), baseado em dados do CadÚnico de Goiás, observa-se que a maioria dessas pessoas tendem a motivos como: desemprego, problemas familiares, alcoolismo e perda de moradia para estarem nas ruas hoje. O relatório também aponta que o Centro Pop de Goiânia atende menos que um terço da demanda atual, além disso a maioria das pessoas permanecem mais de sete dias nas ruas ao invés de utilizarem locais de abrigos, como por exemplo albergues.



Figura 6: Abrigos na Praça Dr. Carlos de Freitas, Goiânia (GO)
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

De acordo com a Figura 7, dentre os motivos mais recorrentes para essas pessoas se encontrarem nessa situação, apontados pelo grupo são: o desemprego, problemas familiares, alcoolismo e perda de moradia. Esses fatores determinam cerca de 75% das respostas, evidenciando a predominância entre as causas indicadas. Além desses motivos, observa-se que a ida para a situação de rua está associada a uma diversidade de fatores que estão ligados, como questões de saúde física e mental, uso de substâncias ou problemas familiares, além de dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Todas as causas influenciam situações de violência, desigualdades sociais, preconceito, bem como eventos extremos, como desastres naturais e deslocamentos forçados.

Dessa forma, pode observar que a situação de rua não resulta apenas de um fator isolado, mas de um conjunto de vulnerabilidades obtidas ao longo do tempo, demandando abordagens e políticas públicas que considerem esses casos. A insuficiência da estrutura de atendimento em Goiânia justifica a proposta do Centro Acolher como solução voltada à inclusão social e a humanização do atendimento.

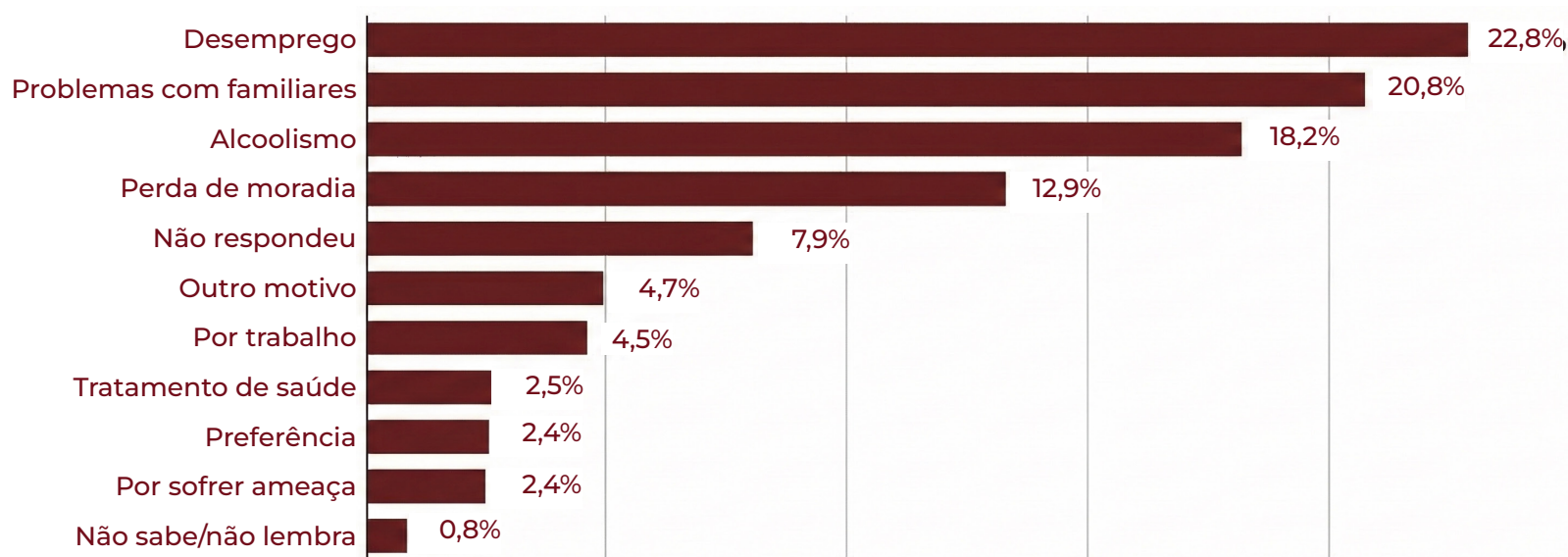


Figura 7: Principais Causas de Pessoas em Situação de Rua em Goiás
Fonte: Instituto Mauro Borges, Secretaria Geral da Governadoria (2020).
Modificado pelo Autor

2.5 2.5 JUSTIFICATIVA

A partir de informações mais recentes, Goiás possui cerca de 3.104 pessoas em situação de rua, sendo 1.599 apenas no Município de Goiânia (GOIÁS, 2024, p. 12). A Superintendente dos direitos humanos de Goiás, Ana Luísa Freire, afirma que estes números são estimados com base no CadÚnico, mas que ela acredita que esse número pode chegar até 4.000 pessoas, sendo 2.500 delas só na capital de Goiânia. O relatório da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), afirma que:

O relatório do Cadastro Único indicava ainda para a estrutura de equipamentos do SUAS¹³ disponíveis no território municipal, sendo composto por: 24 CRAS¹⁴, 5 CREAS¹⁵, 1 Centro Pop, 28 Unidades de Acolhimento, 57 Centros de Convivência e 16 Centro Dia¹⁶. Só por essas informações já é possível verificar a relação desigual na quantidade de Centro Pop com a quantidade subestimada de pessoas em situação de rua, ou seja, apenas um equipamento para um público composto por mais de 1.599 pessoas. E existiam apenas dois serviços de acolhimento institucional para adultos e famílias, e nenhum serviço de acolhimento na modalidade república (GOIÁS, 2024, p. 12).

Assim, torna-se evidente a insuficiência de equipamentos no estado. Entrevistas realizadas no local com os usuários do Centro Pop, indicam que a principal reclamação

atualmente é o horário restrito de funcionamento do equipamento. Segundo os horários de funcionamento

disponíveis no Google Maps, o atendimento ocorre de segunda a sexta, no período matutino (7:30h às 11:30h) e no período vespertino (13:00h às 15:00h), permanecendo fechado aos sábados e domingos.

Os entrevistados questionam a falta de funcionamento nos fins de semana, afirmando que seguem tendo o direito à alimentação e a um espaço para cuidados pessoais diários. Diante disso, o projeto propõe ampliar a oferta destes direitos atendendo nesses dias, garantindo a con-



Figura 8: Centro POP
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

¹³ Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo brasileiro de gestão pública que organiza, de forma descentralizada, a assistência social no Brasil, garantindo proteção e apoio a pessoas em vulnerabilidade.

¹⁴ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

¹⁵ Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos

¹⁶ Unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados.

2.6 MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Figura 9: Parque Multirama
Fonte: wikimedia.org



Figura 10: Vila Cultural Cora Coralina
Fonte: agenciadoradenoticias.go

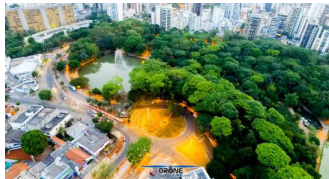


Figura 11: Bosque dos Buritis
Fonte: tripadvisor

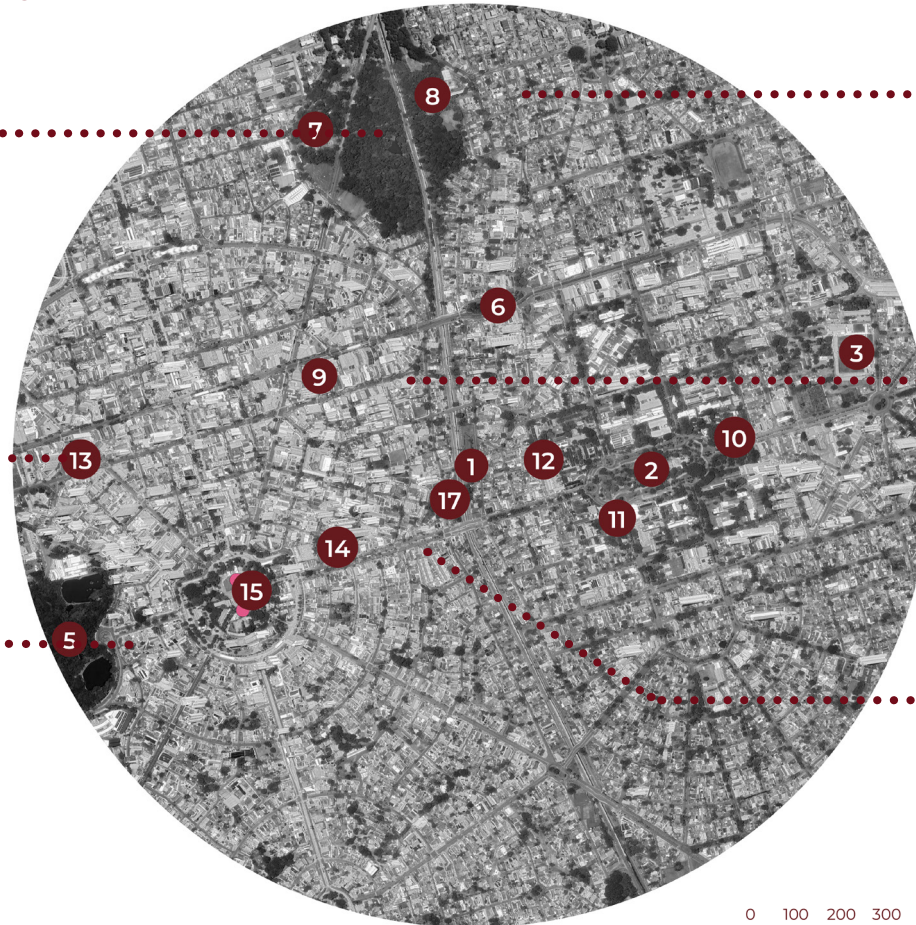


Figura 12: Parque Botafogo
Fonte: tripadvisor



Figura 13: Mercado Central de Goiânia
Fonte: goiania.mercadomodelo.com



Figura 14: Catedral Metropolitana de Goiânia
Fonte: curtamais.com

0 100 200 300 400 500 600 m

Legendas:

- | | | |
|---|------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 Área de Intervenção | 7 Parque Multirama | 13 Vila Cultural Cora Coralina |
| 2 Praça Universitária | 8 Parque Botafogo | 14 Catedral Metropolitana de Goiânia |
| 3 Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga (OBA) | 9 Mercado Central de Goiânia | 15 Cine Cultura |
| 4 Praça Dr. Pedro Ludovico Texeira | 10 Centro Cultural UFG | 16 Monumento às Três Raças |
| 5 Bosque dos Buritis | 11 PUC - GO | 17 Centro Pop de Goiânia |
| 6 Praça Botafogo | 12 Hospital de Câncer Araujo Jorge | |

2.7 OBJETIVOS

Atualmente o Centro Pop apresenta uma estrutura na qual não consegue atender toda a população de rua no município de Goiânia, o que acaba comprometendo o acesso de seus usuários a condições dignas de uso e pouco contribui para a reinserção social deste público. Além disso o horário de funcionamento não se encontra adaptado as necessidades reais de seus usuários, principalmente se tratando da ausência do funcionamento do equipamento aos fins de semana. Essa limitação tem gerado sentimentos de abandono e falta de empatia institucional, já que seus usuários estão sendo vistos sob um olhar burocrático de atendimento e não como pessoas que possuem necessidades continuas.

Diante disso, o projeto busca oferecer uma alternativa inovadora e estruturada para um novo espaço mais humanizado e mais empático, que seja capaz de não somente acolher este grupo, mas também apoiar de forma integral e continua. **O objetivo é construir um espaço de pertencimento a este público, no qual possam se sentir valorizados, respeitados e pertencentes a uma comunidade real.** Com base nisso, o programa prevê além de alcançar as necessidades básicas como alimentação, higiene, abrigo e espaços de convivência, mas também programas e oportunidades para capacitação profissional e reinserção no mercado de trabalho.

A proposta vem com um diferencial permitindo que os próprios usuários possam atuar, em funções remuneradas dentro do espaço, seja no apoio a outros usuários ou em atividades de manutenção, organização, serviços que

contribuem para o bom funcionamento do centro de acolhimento, como limpeza, manutenção geral, apoio na cozinha e alimentação, atuando como monitores, entre outros. Essa iniciativa busca oferecer um trabalho digno, como ajuda na autoconfiança, estimulando a autonomia e fortalecendo a empatia e o sentimento de solidariedade entre os usuários.



Figura 15: Usuários do Centro POP
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

03 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1 CENTRO DE ACOLHIMENTO / CYS.ASDO

O Centro de acolhimento localizado no Distrito de Chupei, funciona como um centro de convivência e um espaço de integração comunitária. Não se trata de um equipamento específico para pessoas em situação de rua, mas um espaço comunitário onde seu objetivo é de aproximar as pessoas da comunidade, por meio de um espaço fluido e acolhedor.

Objetivo da análise:

Análise de integração do edifício com a natureza, circulação, aberturas, espacialidade, iluminação e materiais.

Ficha Técnica

Localização: Hsinchu, Taiwan

Área: 3000 m²

Arquitetos: CYS.ASDO; CYS.ASDO

Status: Construída

Ano: 2014

Tipologia: Institucional



Figura 16: Pátio Externo
Fonte: Archdaily.

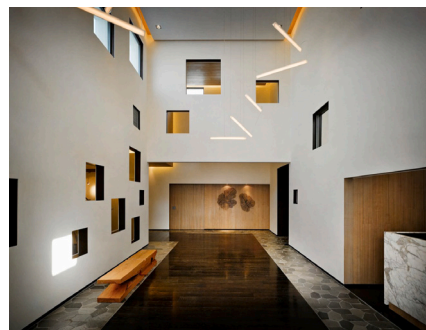


Figura 17: Recepção/Lobby
Fonte: Archdaily.



Figura 18: Fachada Frontal
Fonte: Archdaily.



Figura 19: Circulação Interna
Fonte: Archdaily.



Figura 20: Fachada Frontal
Fonte: Archdaily

Análise:

Integração do edifício com a natureza

O centro foi escolhido como referência pela forma que o edifício consegue integrar o interior com o exterior, além disso a forma como os espaços vazios são aproveitados com espaços verdes e abundantes de vegetação, trazendo um ótimo conforto térmico para a edificação e como isso traz a sensação de acolhimento, pertencimento e bem-estar ao público.

Circulação

O edifício com apenas um pavimento ajuda na interação entre os demais ambientes existentes, além de obter uma circulação fluida e direcionada entre os setores.

Aberturas

O edifício traz aberturas em cada setor o que auxilia ainda mais essa integração do interno com o externo e fortalece o conforto térmico e a iluminação natural existente na edificação.

Legendas:

1. Segurança	6. Sala de Mídia	11. Chá Bar	Áreas Verdes	Aberturas
2. Estacionamento	7. Sala de Maquete	12. Banheiros	Circulação de Pedestres	Acesso de Pedestres
3. Entrada	8. Casa Modelo	13. Equipamentos	Circulação de Veículos	Acesso de Veículos
4. Recepção / Lobby	9. Espaço de Exposição	14. Escritório		
5. Galeria	10. Sala de Reunião			

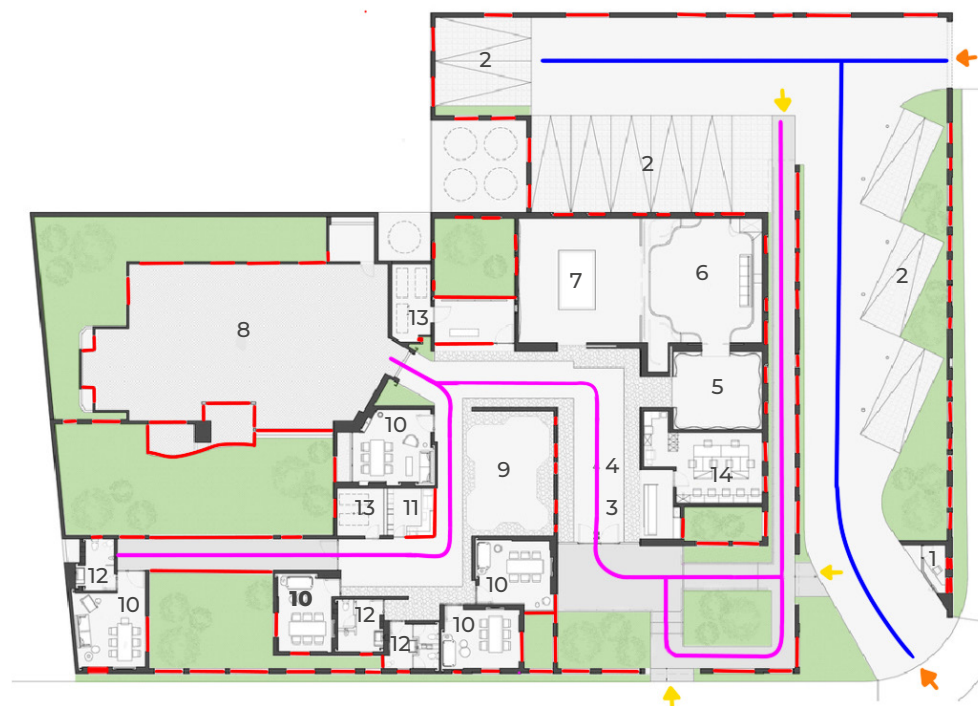


Figura 21: Planta Térreo - Análise Geral
Fonte: Archdaily modificado por Amanda Medeiros

Iluminação

Nos ambientes que necessitam de mais iluminação, além da iluminação natural, é utilizado um jogo de luzes neutras e quentes, abundantemente utiliza-se a iluminação indireta nos ambientes ou luminárias minimalistas, o que traz a sensação de conforto para dentro de espaço.

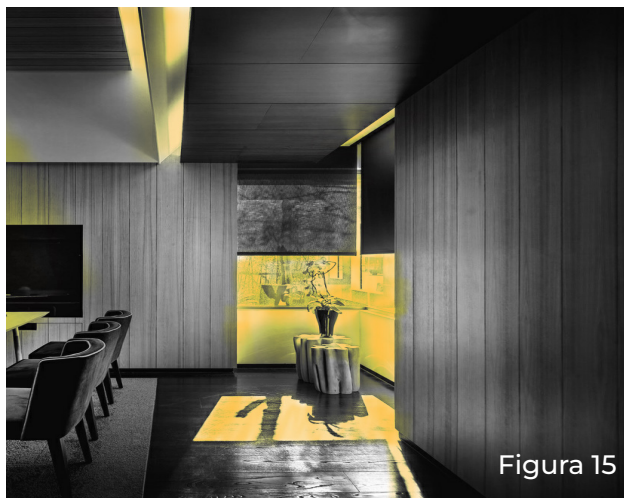


Figura 15



Figura 16

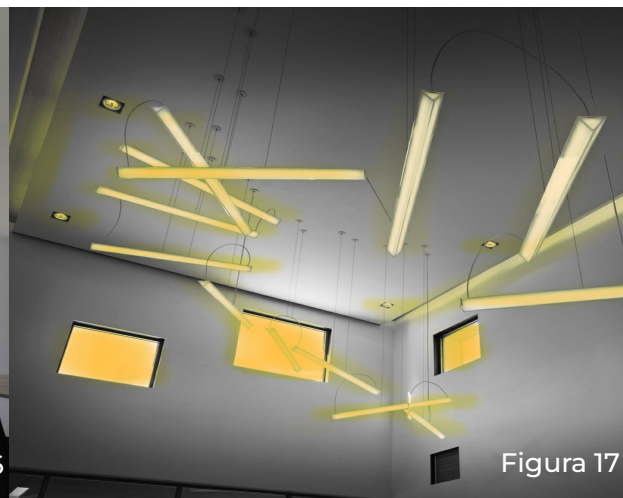


Figura 17

Figura 22, 23 e 24: Análise de Iluminação (em amarelo) nos interiores do edifício | Fonte: Archdaily modificado por Amanda Medeiros

Materiais

A utilização abrangente de vidros e metais, em lugares específicos, contribui para a maximização de luz natural no interior e reforça a integração do interno com o externo. A utilização de estrutura de alvenaria, acabamentos com pedras, madeira e cores neutras trazem um design rústico, mas que transmite a sensação de acolhimento no espaço.



Figura 25: Materiais Externos
Fonte: Archdaily modificado por Amanda Medeiros



Figura 26: Materiais Internos
Fonte: Archdaily modificado por Amanda Medeiros

3.2 CASA DE ACOLHIMENTO E REFEITÓRIO COMUNITÁRIO / SIDE FX ARQUITECTURA

O centro de acolhimento e refeitório localizado na cidade de Macas, foi uma iniciativa do governo do Equador juntamente com uma parceria privada, com o objetivo de trazer um equipamento institucional que atendesse as necessidades básicas de pessoas em situação de rua, afim de combater a pobreza e trazer um espaço que promova um senso de pertencimento e acolhimento a esses indivíduos.

Objetivo da análise:

Análise do programa de necessidades e solução topográfica do terreno.

Ficha Técnica

Localização: Macas, Equador

Área: 740 m²

Arquitetos: Side FX Arquitectura

Status: Construída

Ano: 2023

Tipologia: Institucional



Figura 27: Refeitório
Fonte: Archdaily.



Figura 28: Fachada Posterior
Fonte: Archdaily.



Figura 29: Dormitórios
Fonte: Archdaily.



Figura 30: Pátio Externo
Fonte: Archdaily.



Figura 31: Fachada Frontal
Fonte: Archdaily.

Análise:

Programa de necessidades

O programa de necessidades do centro de acolhimento conta com um refeitório amplo que atende o dobro de pessoas que são abrigadas durante a noite. Além disso o programa possui dormitórios, espaços de convivência, áreas de multiuso e ambientes destinados para atendimento médico. O programa abriga homens, mulheres e famílias, garantindo o atendimento a um público diversificado.

Os setores são separados de maneira organizada dividido em: uma ala para espaços de uso público e outra ala para serviços privados. Organizado de maneira longitudinal, conta com um grande hall, afim de facilitar o controle dos usuários no local, ajudar na interação entre os demais ambientes existentes, além de obter uma circulação direcionada pela edificação.

Legendas:

- Acesso Principal
- Serviços
- Área Social
- Oficinas
- Refeitório/Cozinha
- Habitações

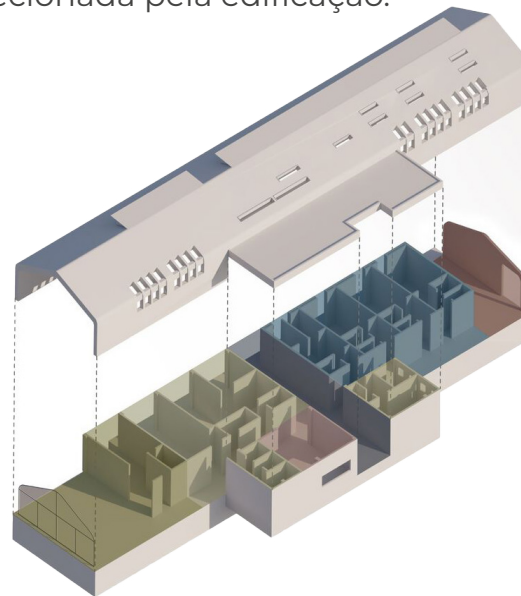
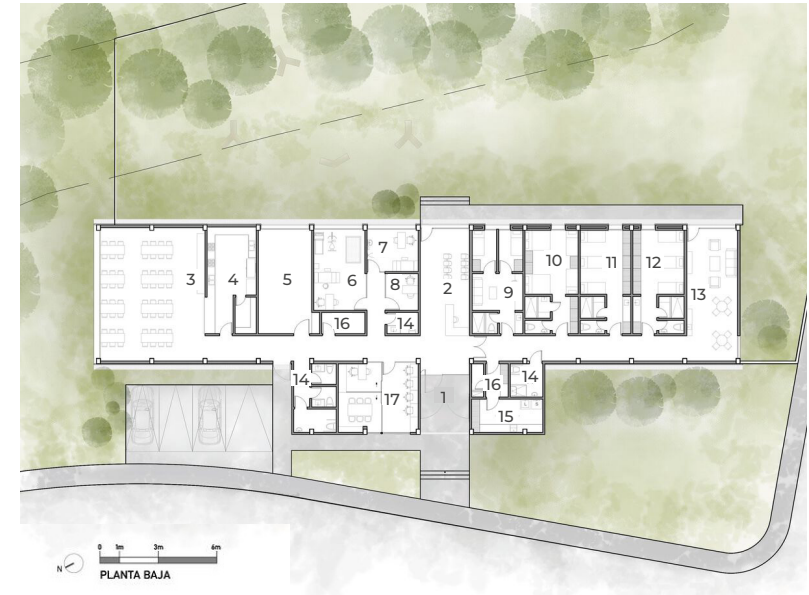


Figura 32: Setorização do Edifício
Fonte: Archdaily modificado pelo autor



Legendas:

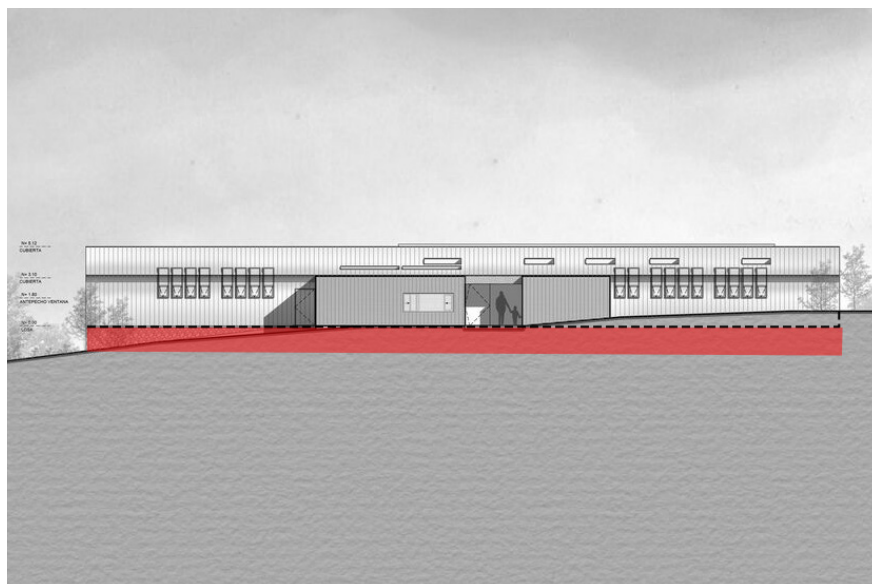
- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 1. Entrada principal | 10. Salas de família |
| 2. Sala de recepção/espera | 11. Salas masculinas |
| 3. Sala de jantar | 12. Salas femininas |
| 4. Cozinha | 13. Sala de reuniões |
| 5. Área multiuso | 14. Banheiro |
| 6. Fisioterapia | 15. Lavanderia |
| 7. Consultório médico | 16. Depósito |
| 8. Consultório de psicologia | 17. Escritórios |
| 9. Salas dos professores | |

Figura 33: Planta Térreo - Nome dos ambientes
Fonte: Archdaily modificado pelo autor

Solução topográfica

O edifício está implantado em um terreno com uma grande declividade, dessa forma foi feito sobre um platô, localizado na mais alta parte do terreno e que possuísse menos desnível em relação a rua. Essa solução permitiu apenas a construção de uma escada na parte frontal do edifício e uma rampa de pequena extensão.

O objetivo da implantação realizada dessa maneira foi tornar o equipamento mais acessível a todos os usuários. Além disso a solução contribuiu para que o equipamento trouxesse uma vista panorâmica do interior para o exterior podendo ser vista de dentro do refeitório.

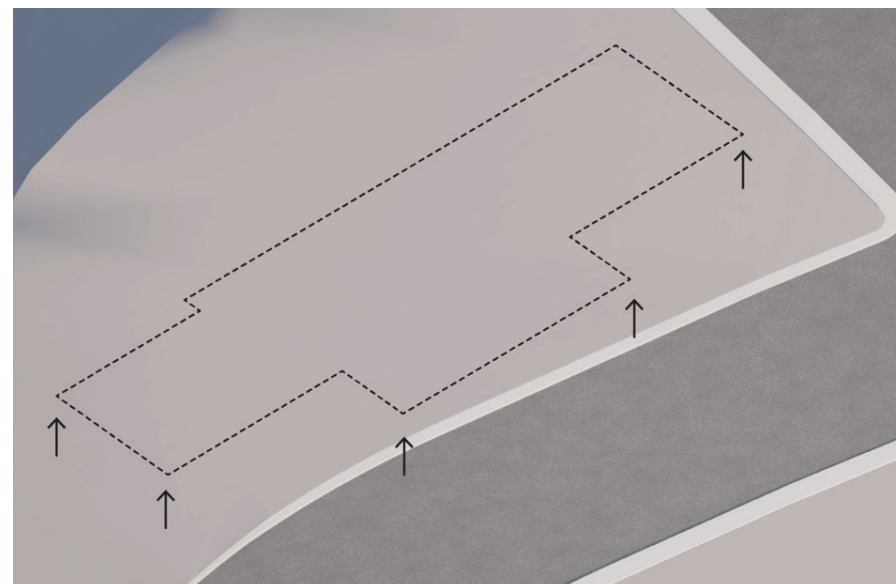


Legendas:

- Platô
- - Projeção da Edificação

Figura 34: Fachada Principal

Fonte: Archdaily modificado pelo autor



Legendas:

- - Projeção do Platô
- Sentido de implantação do platô no terreno

Figura 35: Projeção do Platô

Fonte: Archdaily

3.3 INSTITUTO VILA PRAIA

O Instituto Vila Praia foi um projeto construído com a colaboração da comunidade local da comunidade localizada na zona sul de São Paulo. O espaço foi realizado com o objetivo de criar uma rede de apoio sustentável para os moradores da região.

Objetivo da análise:

Análise do programa de necessidades.

Ficha Técnica

Localização: São Paulo, Brasil

Área: 95 m²

Arquitetos: Comunitá

Status: Construída

Ano: 2021

Tipologia: Institucional



Figura 36: Sala de Alinhavando
Fonte: Archdaily.



Figura 37: Fachada Frontal
Fonte: Archdaily.

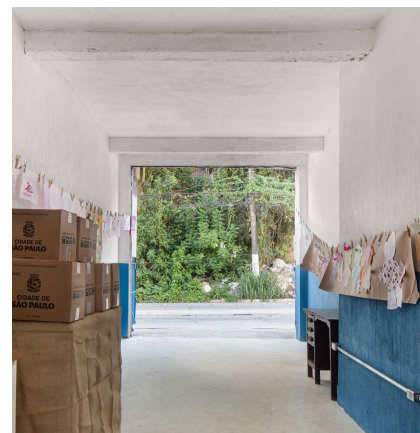


Figura 38: Recepção
Fonte: Archdaily.



Figura 39: Sala EJA
Fonte: Archdaily.



Figura 40: Fachada Frontal
Fonte: Archdaily.

Análise:

Programa de necessidades

O instituto conta com um programa diversificado, como: espaço para arrecadação de doações, fornecimento de alimentos, promoção de atividades educativas as crianças e alfabetização de adultos e crianças. Há também um espaço destinado ao ensino de corte e costura para adultos. Além de área para reuniões e confraternizações da comunidade, a estrutura conta com uma área para receber doação, uma cozinha colaborativa, lavabo e espaços de reuniões, além de salas para programas educativos e um espaço para práticas coletivas e oficinas.

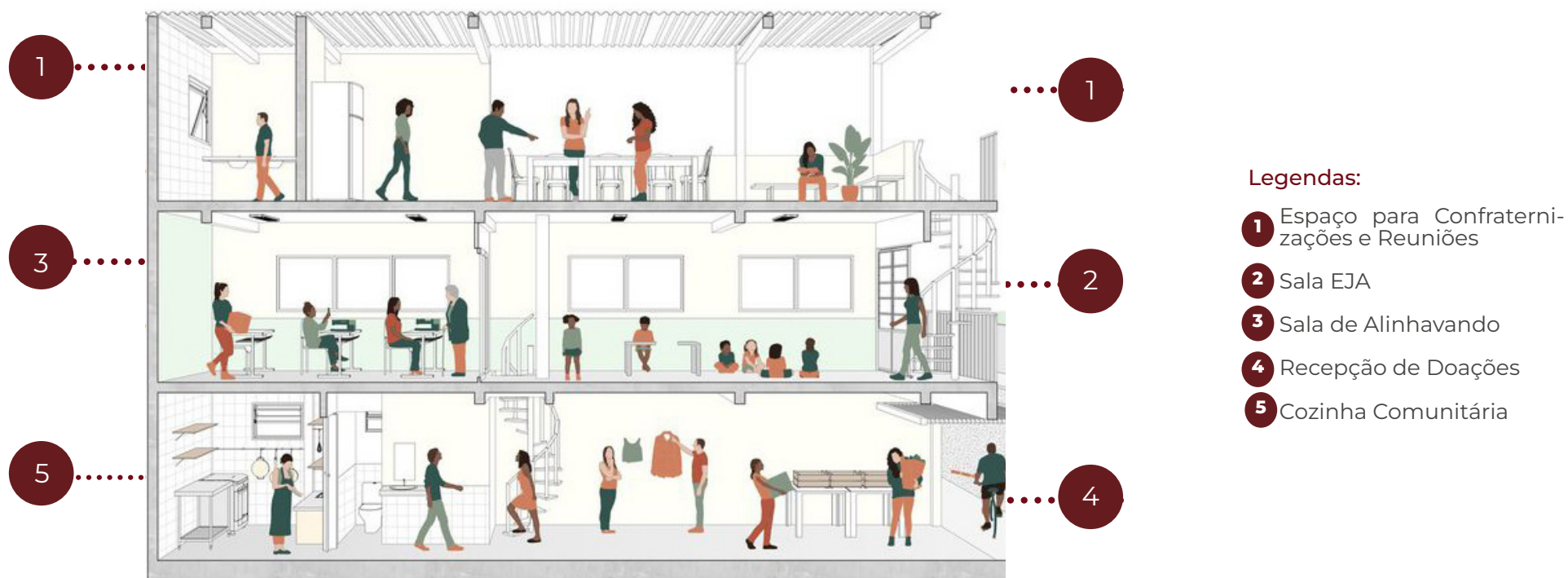


Figura 41: Programa do Edifício

Fonte: Archdaily modificado pelo autor

3.4 QUADRO DE APROVEITAMENTO

TABELA DE APROVEITAMENTO DE REFERÊNCIAS PROJETUAIS		
Obras Analisadas	Aspectos Aproveitados	Objetivos
CENTRO DE ACOLHIMENTO (CYS.ASDO)	Integração do edifício com a natureza	Melhorar o conforto térmico e aproveitar espaços vazios com vegetação.
	Aberturas	Melhorar o conforto térmico e a ventilação interna, além de quebrar a monotomia do interior com o exterior.
	Materiais	Criar um ambiente com cores neutras e sensação de acolhimento.
CASA DE ACOLHIMENTO E REFEITÓRIO COMUNITÁRIO (SIDE FX ARQUITECTURA)	Programa De Necessidades	Adotar o refeitório, espaços de uso médico e habitações como parte do programa.
	Solução Topográfica	Usar o platô como uma solução topográfica para um terreno com alto desnível.
INSTITUTO VILA PRAIA (COMUNITÁ)	Programa De Necessidades	Adotar espaços de programas educativos e programas que promovam a integração dos usuários ao mercado de trabalho.

Tabela 01: Tabela de Aproveitamento de Referências Projetuais
Fonte: Elaborada por Amanda Medeiros, 2025.

04

ASPECTOS RELATIVOS A ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 CONTEXTO DA CIDADE

A cidade de Goiânia se encontra localizada no estado de Goiás, na região centro-oeste do Brasil. Segundo o site da prefeitura de Goiânia, a cidade é considerada com um dos melhores índices de qualidade de vida do país. Com base no censo do IBGE, realizado em 2024, a cidade possui uma área territorial de aproximadamente 729.296km².

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a cidade de Goiânia é um bem tombado desde 2003 e foi inaugurada em 1935. O projeto da cidade foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, a pedido do governador Pedro Ludovico Teixeira. A construção da cidade integrou a política “Marcha Para o Oeste”, que tinha como objetivo ocupar o interior do país enfraquecendo o poder que as antigas famílias dominantes na capital anterior, na época queriam de transferir o centro político econômico para essa nova cidade (PALACIN; MORAES, 2008).

De acordo com Haddad e Cunha (2022), Goiânia possuía uma economia inicialmente voltada ao mercado agrícola, posteriormente a cidade tornou-se o primeiro centro urbano regional de grande importância. A cidade desenvolveu variados serviços indispensáveis para o seu desenvolvimento, a partir dos anos 1980 se consolidou como a metrópole regional, núcleo da região Metropolitana de

Goiânia (HADDDAD; CUNHA, 2022 p. 32), contando hoje com uma população estimada em segundo o censo do IBGE de 2022.

Planejada inicialmente para 50 mil habitantes, segundo a prefeitura de Goiânia, atualmente a cidade enfrenta desafios urbanos devido ao aumento da população, incluindo a população de rua. A tendência de desenvolvimento para a cidade aponta para expansão metropolitana, fortalecimento da mobilidade sustentável e políticas de inclusão.

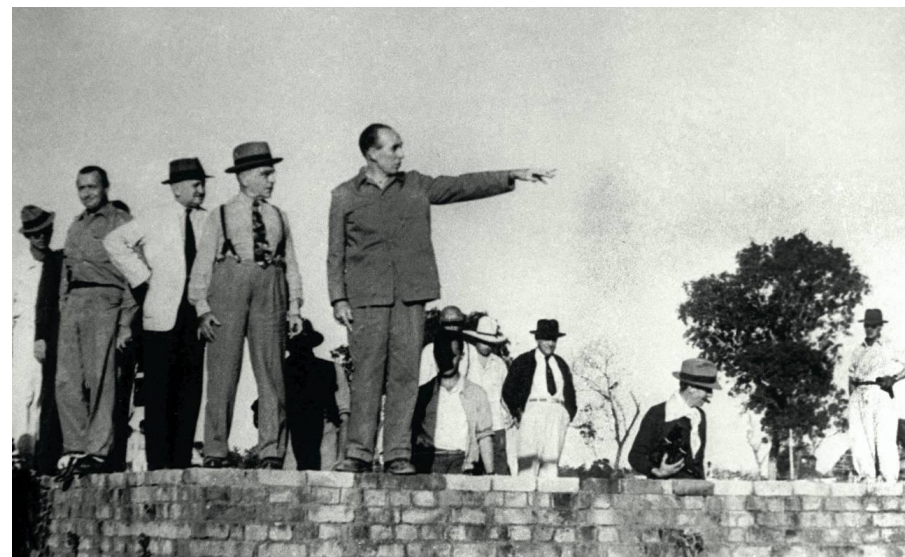


Figura 42: Representação da chamada “Marcha para o Oeste” em Goiás | Fonte: historiaesociedade.com

4.2.1 Histórico do Setor Leste Universitário

O setor leste foi incluído na planta de urbanização em Goiânia somente em 1947, compreendendo partes que hoje são o setor Leste Universitário, Vila Nova e a Nova vila. O projeto dessas áreas foi proposto por técnicos da secretaria de obras do Estado, e compreendia a Vila Nova e o setor Leste Universitário como os limites da região. (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2022) .

Segundo Diniz (2007), os primeiros ocupantes do setor Leste Universitário foram operários e pessoas de classe baixa, que ocuparam as terras do Estado nas margens do Córrego Botafogo e se espalharam no sentido leste da cidade onde hoje está o setor Leste universitário.

Uma proposta da Universidade Católica permitiu a regularização de algumas dessas áreas o projeto de urbanização nesta área, e a mesma foi diferente do restante do bairro. As ruas do setor eram ruas mais estreitas e os lotes pequenos, o desenho urbano proposto para a região seguiu a ordem dos móveis já existentes. Antes mesmo do bairro se consolidar como bairro residencial, as universidades PUC e UFG ocuparam o bairro dando início a história das duas maiores instituições de ensino superior no estado de Goiás. Os terrenos onde as instituições se instalaram, foram terrenos doados pelo governo.

A partir disso, o bairro se tornou uma referência educacional pois além das universidades abriga diversas instituições de ensino desde o maternal ao ensino médio e também a Escola do Futuro em Artes Basileu França, uma instituição ligada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Inovação (SEDI), que segundo o site oficial

da instituição informa que atualmente atende cerca de quatro (4) mil alunos.



Figura 43: Vista aérea do Setor Leste Universitário da Praça Universitária | Fonte: Terral Incorporadora

4.2.2 Mapa de Bairros Vizinhos

O Setor Leste Universitário possui caráter residencial e universitário, e se destaca por sua função social. Sua proximidade com o Setor Central, Setor Sul e Campinas, nas quais são áreas fortes em atividades econômicas e acabam por concentrar grande parte da população em situação de rua.

A concentração dessa população nesses setores está ligada à presença de renda informal, redes de apoio, infraestrutura de abrigos e mobilidade fácil. Diante disso, o Setor Leste Universitário se torna local ideal para implantação do equipamento, favorecendo questões de acessos, visibilidade e a conexão com dinâmicas urbanas.

Legendas:

 Área de Intervenção

- | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 1 Bairro Feliz | 15 Setor Central | 29 Setor Pedro Ludovico |
| 2 Ch. Elísios Campos | 16 Setor Centro Oeste | 30 Setor Sul |
| 3 Gleba | 17 Setor Criméia Leste | 31 Vila Bandeirantes |
| 4 Granja Agrícola Jacirema | 18 Setor dos Funcionários | 32 Vila Colemar Natal e Silva |
| 5 Jardim Goiás | 19 Setor Jaó | 33 Vila Froes |
| 6 Jardim Goiás - Área I | 20 Setor Leste Universitário | 34 Vila Jaraguá |
| 7 Jardim Novo Mundo | 21 Setor Leste Vila Nova | 35 Vila Maria Luiza |
| 8 Jardim Novo Mundo - Extensão | 22 Setor Marechal Rondon | 36 Vila Megale |
| 9 Lot. Areião I | 23 Setor Marista | 37 Vila Moraes |
| 10 Lot. Nova Vila | 24 Setor Moraes | 38 Vila Oswaldo Rosa |
| 11 Lot. Park Lozandes | 25 Setor Negrão de Lima | 39 Vila Romana |
| 12 Prq. Industrial de Goiânia | 26 Setor Norte Ferroviário | 40 Vila Santa Isabel |
| 13 Setor Aeroporto | 27 Setor Norte Ferroviário II | 41 Vila Viana |
| 14 Setor Areião II | 28 Setor Oeste | 42 Vila Vila Monticellii |

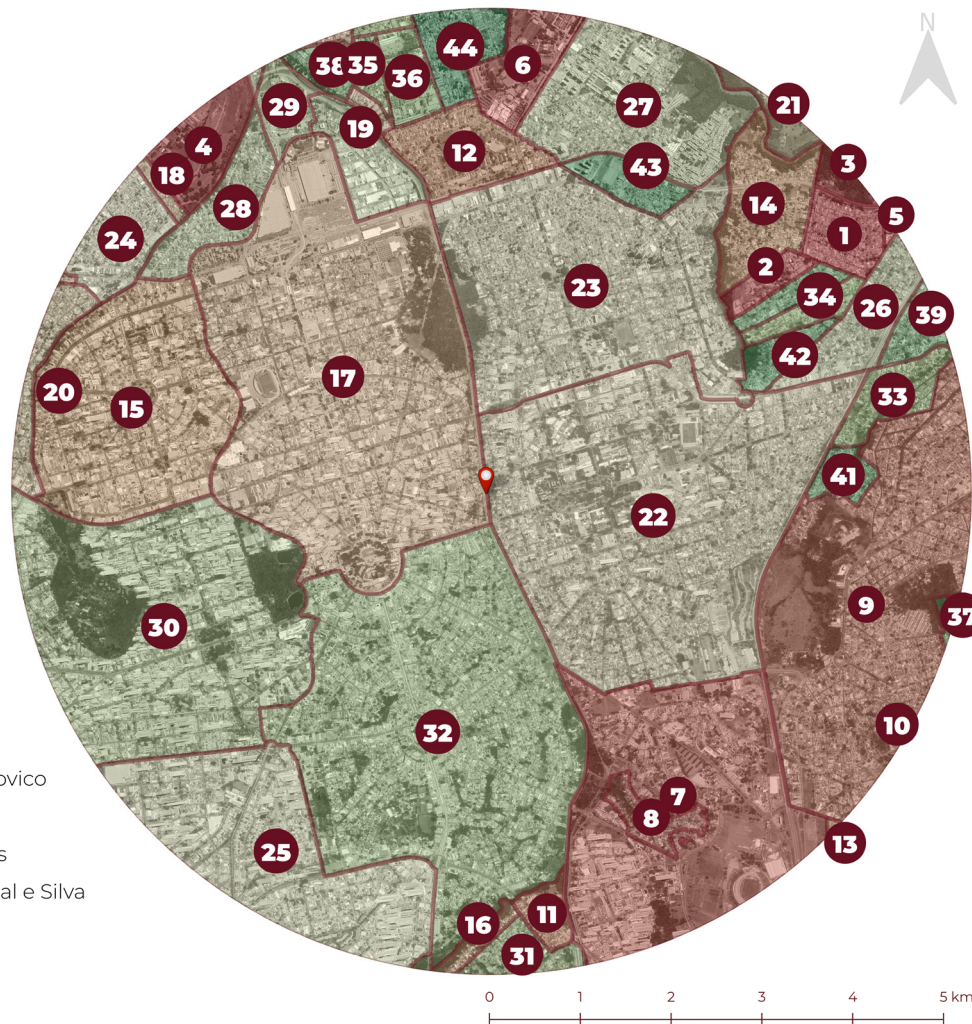


Figura 44: Mapa de Bairros Vizinhos
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.3 Mapa De Pontos De Interesse E Marcos Do Entorno

Em um raio de 300 m a partir da área de intervenção é possível identificar alguns pontos de interesse. Marcos do entorno relevantes para quem frequenta a área. Quando a análise é ampliada para um raio de 600 m a diversidade e importância dos elementos tornam ainda mais evidentes. Esses elementos reforçam a centralidade da área, demonstrando forte conexão social e alto potencial de integração social na região urbana.

Legendas:

- | | | |
|---|---|---|
|  Área de Intervenção | 5 Centro POP | 12 Hospital Santa Helena |
| 1 Banco de Sangue ACC | 6 CEROF - UFG | 13 Mercado Central de Goiânia |
| 2 Casa de Apoio de Santa Helena de Goiás | 7 CREA - GO | 14 Paróquia Universitária São João Evangelista |
| 3 Centro de Aulas D - UFG | 8 Delegacia da Mulher | 15 Praça Botafogo |
| 4 Centro de Ensino Integral Lyceu de Goiânia | 9 Eixo Anhanguera | 16 Praça Universitária |
| | 10 Hospital das Clínicas | 17 PUC - Goiás |
| | 11 Hospital de Câncer Araújo Jorge | |

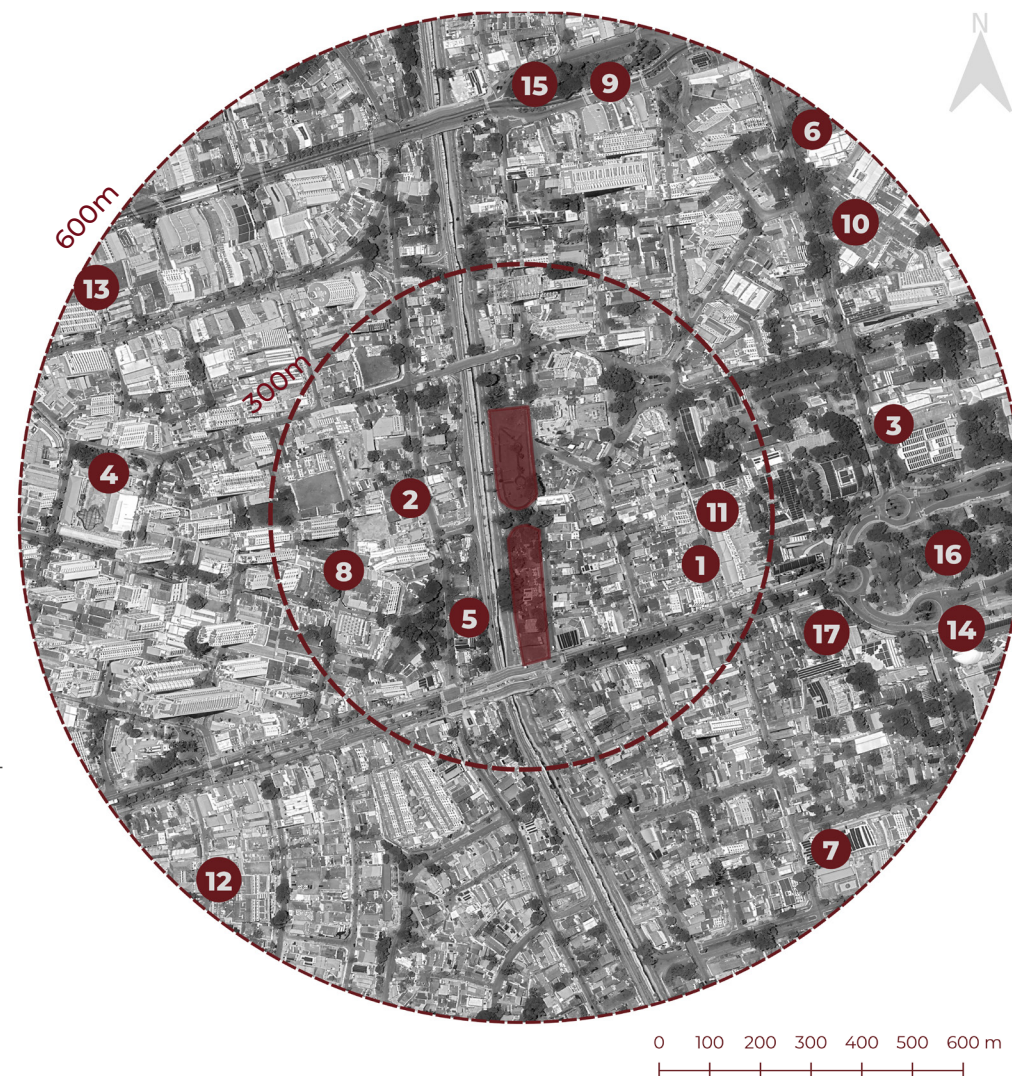


Figura 47: Mapa de Pontos de Interesse e Marcos do Entorno
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

Fonte Figuras 45, 44 e 46: O Popular

4.2.4 Mapa do Sistema Viário

Com base no mapa do sistema viário representado pela figura 42, observa-se que a região é bem estruturada por diversas vias arteriais e coletoras além de uma via expressa, entretanto apresenta escassez de vias locais. Essa escassez de vias locais pode ser desfavorável para os moradores da região, pois reduz as opções de circulação interna e acaba possuindo maior a dependência das vias de alto fluxo e também influencia na qualidade de vida dos moradores, especialmente se tratando de ruídos.

O sistema de transporte público está concentrado nas principais avenidas (Av. Anhanguera, Av. 10 e Av. Universitária), o que garante fácil acessibilidade. Porém devido ao alto fluxo da região é visto uma necessidade de ampliação na quantidade de pontos de ônibus.

Entre as vias de destaque está a Av. Marginal Botafogo (via expressa), a Av. Universitária (via coletora) e Av. Anhanguera (via coletora), que favorecem a conexão local com o restante da cidade. Essa localização representa um ponto positivo para os equipamentos, institucionais, comércios e até mesmo para moradores locais.

Legendas:

- | | | | |
|---|---|--|---|
|  Área de Intervenção |  Ponto de Ônibus |  Áreas Verdes | |
|  Expressa |  Arterial |  Coletora |  Local |

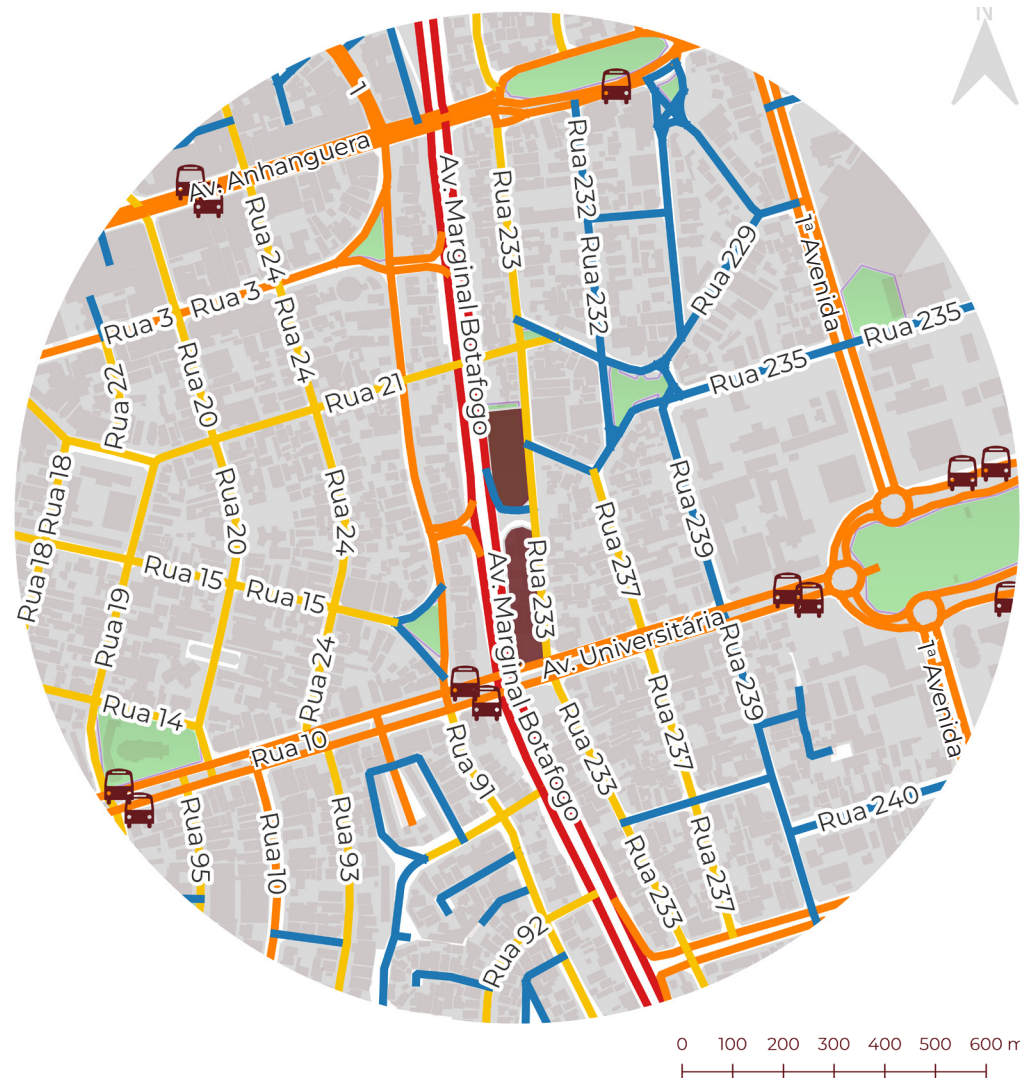


Figura 48: Mapa Sistema Viário
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.5 Mapa de Gabarito

As edificações existentes no raio de estudo de 600m, apresenta em certas quadras a existência grandes edifícios de até 23 pavimentos entre edificações de apenas um pavimento. A região do setor Leste Universitário concentra um grande número de prédios muitas vezes destinados a estudantes, mas ainda é possível observar muitas residências em meio a essas grandes edificações.

Essa relação alternada dessa forma, pode gerar conflitos pela diferença causada pela escala, que impacta diretamente na privacidade dos moradores das casas vizinhas em relação aos grandes edifícios existentes no percurso do perímetro da área de estudo.

Durante o percurso feito na área de estudo é possível observar que construtoras tem investido em edifícios de grande porte, mesmo em quadras que possuem predominantemente edifícios térreos. Um bom exemplo é o caso de um prédio de grande porte que está a ser construído em frente à área de intervenção.



Figura 49 e 50: Imagens de edificações na área de Intervenção
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

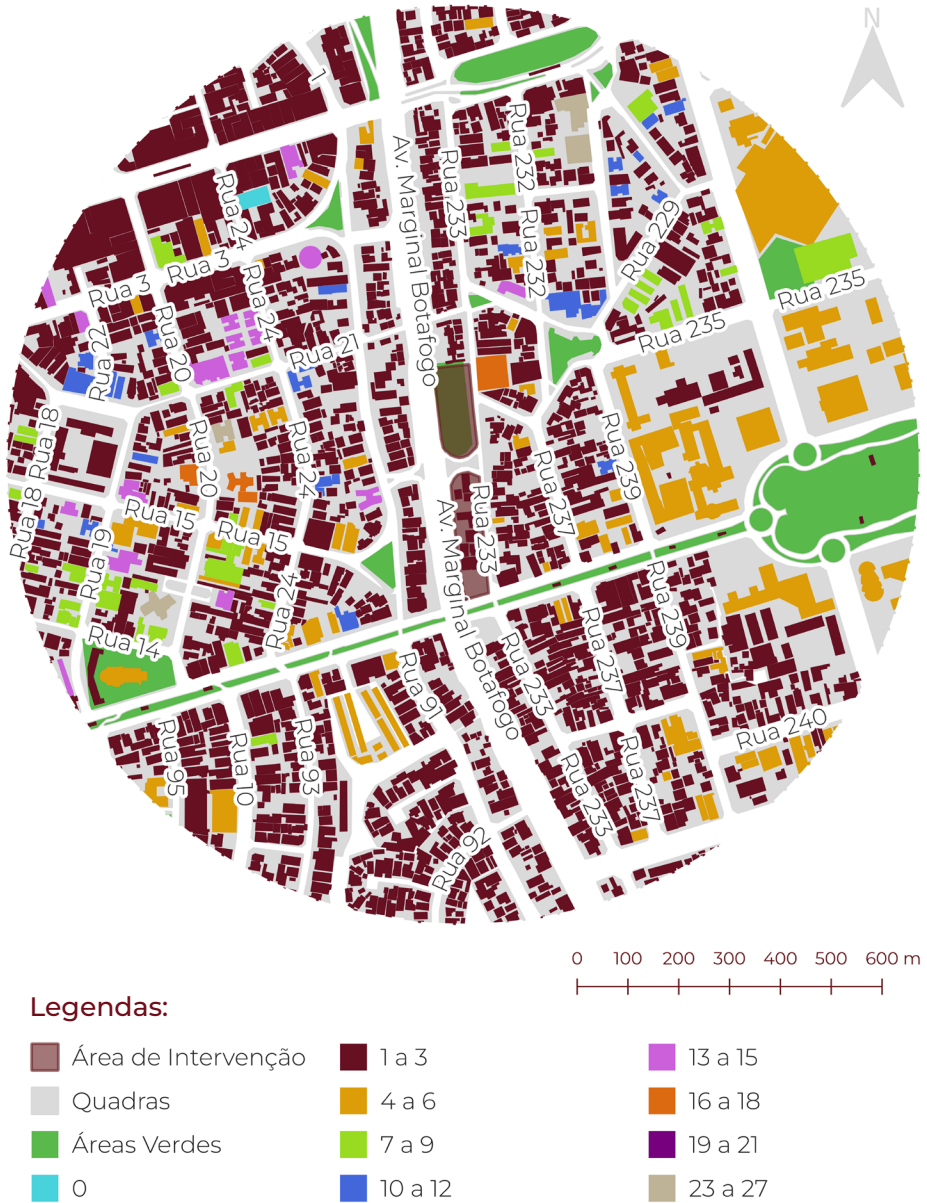


Figura 51: Mapa de Gabarito
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.6 Mapa de Uso do Solo

O mapa de uso do solo apresentado na figura 46, quando analisado é possível observar que a região é predominantemente residencial porém ainda é possível notar uma presença significativa de comércio e equipamentos institucionais, como: universidades, templos religiosos, unidades de saúde, praças, casas de apoio, estações de ônibus e outros equipamentos públicos de assistência ao governo.

Além disso observa-se a existência de diversos edifícios de uso misto destinados a uso comercial e residencial. A distribuição espacial do uso do solo da região não é bem resolvida, é possível ver comércios e casas lado a lado intercaladas revelando a ausência de um planejamento urbano nesta região.

Essa má distribuição pode impactar no meio urbano, obtendo além de uma pressão maior por infraestrutura, também um aumento da circulação em áreas residenciais, causando desconforto nos moradores em relação a ruídos.

A única região do raio de análise que apresenta indícios de planejamento está concentrada na área dos equipamentos educacionais e da saúde. Esse planejamento localizado preserva a função do setor em si porém apresenta um alto contraste com o restante da região.

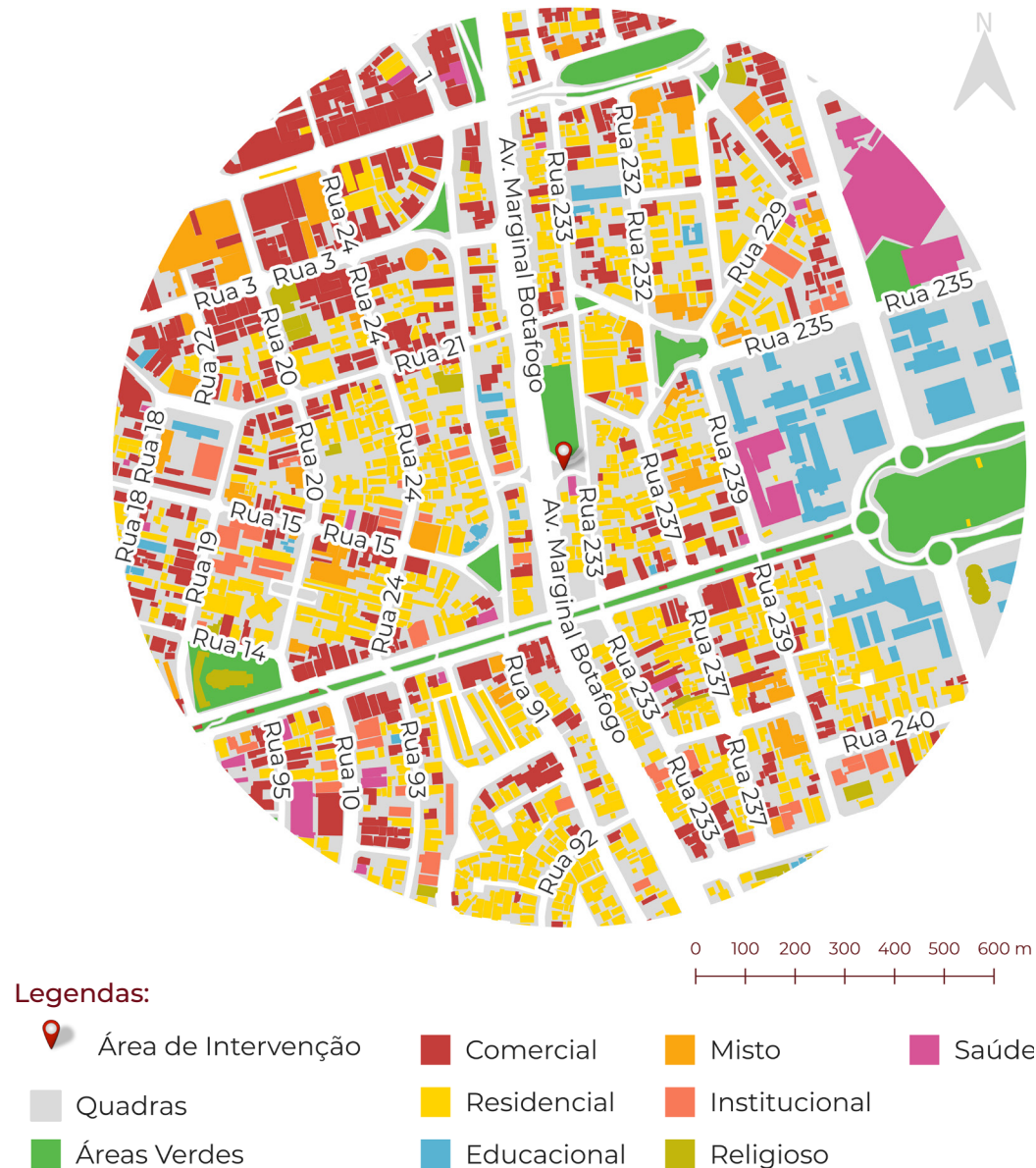


Figura 52: Mapa de Bairros Vizinhos
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.7 Mapa de Adensamento

O raio de análise relaizado para o estudo de adensamento, inclui além do setor Leste Universitário, o setor Sul e o setor Central.

Ao analisar o setor leste Universitário em relação a estes outros bairros observa-se um alto contraste entre eles. No setor Leste Universitário ainda é possível visualizar lotes vazios e quadras parcialmente ocupadas, sejam por residências ou por grandes edifícios, voltados para o uso social. Também é possível visualizar maior presença de áreas verdes neste raio do que nesses outros bairros.

No setor Central e no setor Sul, pode-se observar o auto adensamento nas quadras onde possui presença de lotes vagos tornando quase impossível a possibilidade de novas ocupações na região.



Figura 53 e 54: Lotes Vazios na Área de Intervenção

Fonte: Amanda Medeiros, 2025.



Legendas:

- Área de Intervenção
- Cheios
- Vazios

- Árvore de Grande Porte
- Árvore de Médio Porte
- Árvore de Pequeno Porte

Figura 55: Mapa de Adensamento
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.8 Mapa de Mobiliário Urbano

A região é bem abastecida por postes e placas de sinalização apesar de que em algumas áreas haja menos placas do que outras. Em Relação às lixeiras públicas é observada que a existência das mesmas está mais presente nas áreas verdes, mas são escasas em grande parte do setor o que ajuda a contribuir para o acúmulo de lixo em diversos pontos.

Um exemplo crítico da ausência de lixeira na região ocorre na área de intervenção, onde está localizada uma praça, que não possui nenhuma lixeira pública disponível e está tomada por lixo descartado. Essa situação mostra a necessidade de melhor distribuição e manutenção de lixeiras nos espaços públicos, afim de promover mais higiene, conforto e qualidade de uso nos espaços públicos.



Figura 56 e 57: Mobiliário Urbano na Área de Intervenção
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.



Legendas:

- Área de Intervenção
- Áreas Verdes
- Quadras
- Lixeiras Públicas
- Placas de Sinalização
- Postes
- Sinais

Figura 58: Mapa de Mobiliário Urbano
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.9 Mapa de Aspectos Físicos e Naturais

A região apresenta topografia acidentada, fundo de vale, característica marcante em grande parte do setor Leste Universitário, favorecendo o escoamento das águas pluviais. A trajetória solar mostra que, pela manhã, a face leste recebe iluminação direta, positiva para o conforto térmico, enquanto o sol da tarde na face oeste atua com intensidade, exigindo estratégias de proteção solar e sombreamento. As áreas verdes e a direção dos ventos no entorno favorecem a ventilação natural. A proximidade com vias gera ruído, sendo necessárias soluções como barreiras vegetais, isolamento acústico e organização funcional adequada para garantir conforto aos usuários.



Figura 49: Topografia Acidentada no Local
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

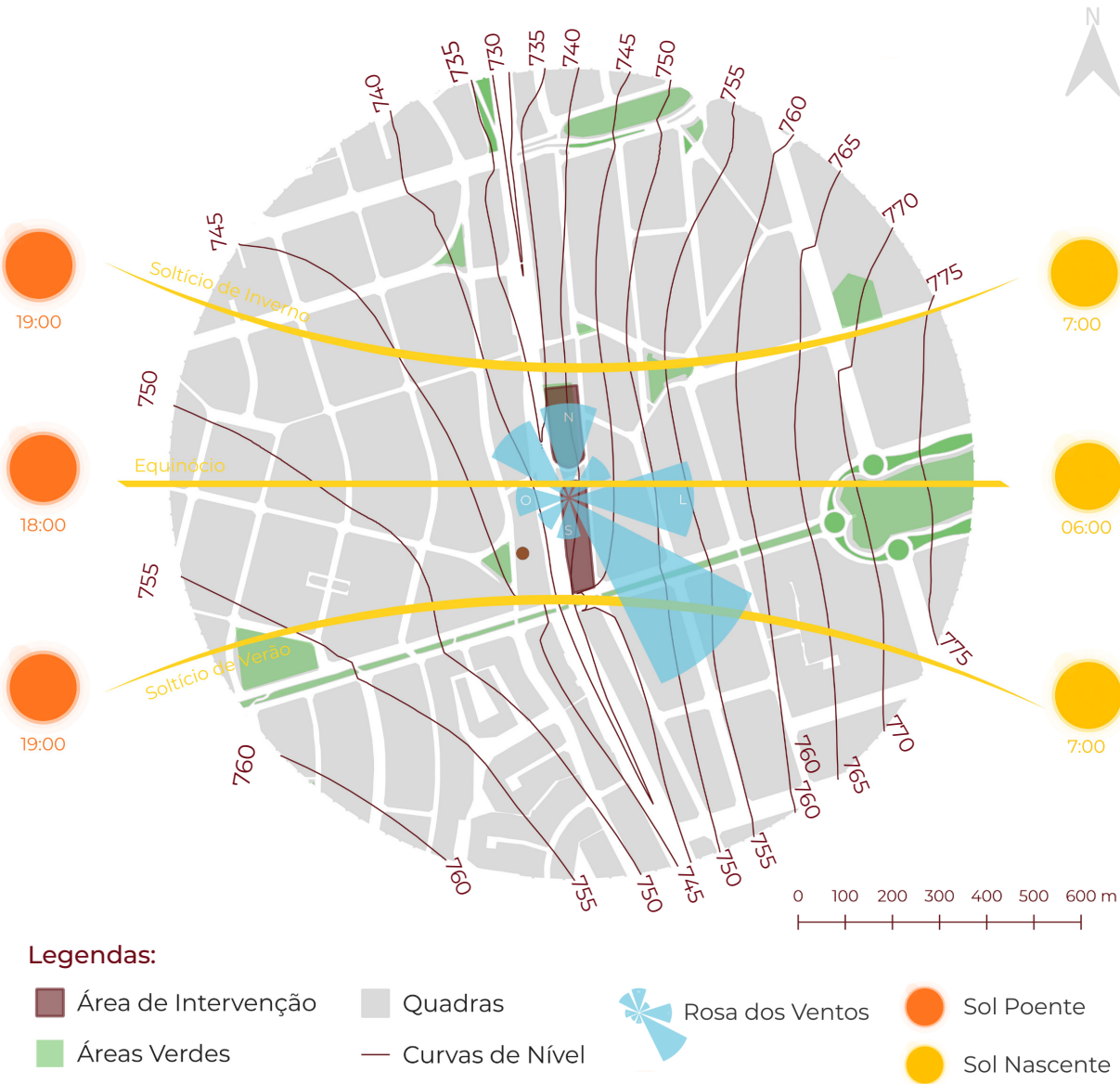


Figura 50: Mapa de Aspectos Físicos e Naturais
Fonte: Mapa feito por Amanda Medeiros, 2025.

4.2.10 Mapa de Localização da Área de Intervenção

A área de intervenção está localizada na Rua 233 do Setor Leste Universitário com a Av. Marginal Botafogo. As áreas de intervenção estão indicadas na figura 41, mostra que a área 1 conta com cerca de 5.438m^2 e a área 2 cerca de 5.959m^2 , a soma das áreas 1 e 2 possui cerca de 11.397m^2 .

Legendas:

■ Lotes a desapropriar

● Mobiliário Urbano

● Poste de Luz

● Árvores

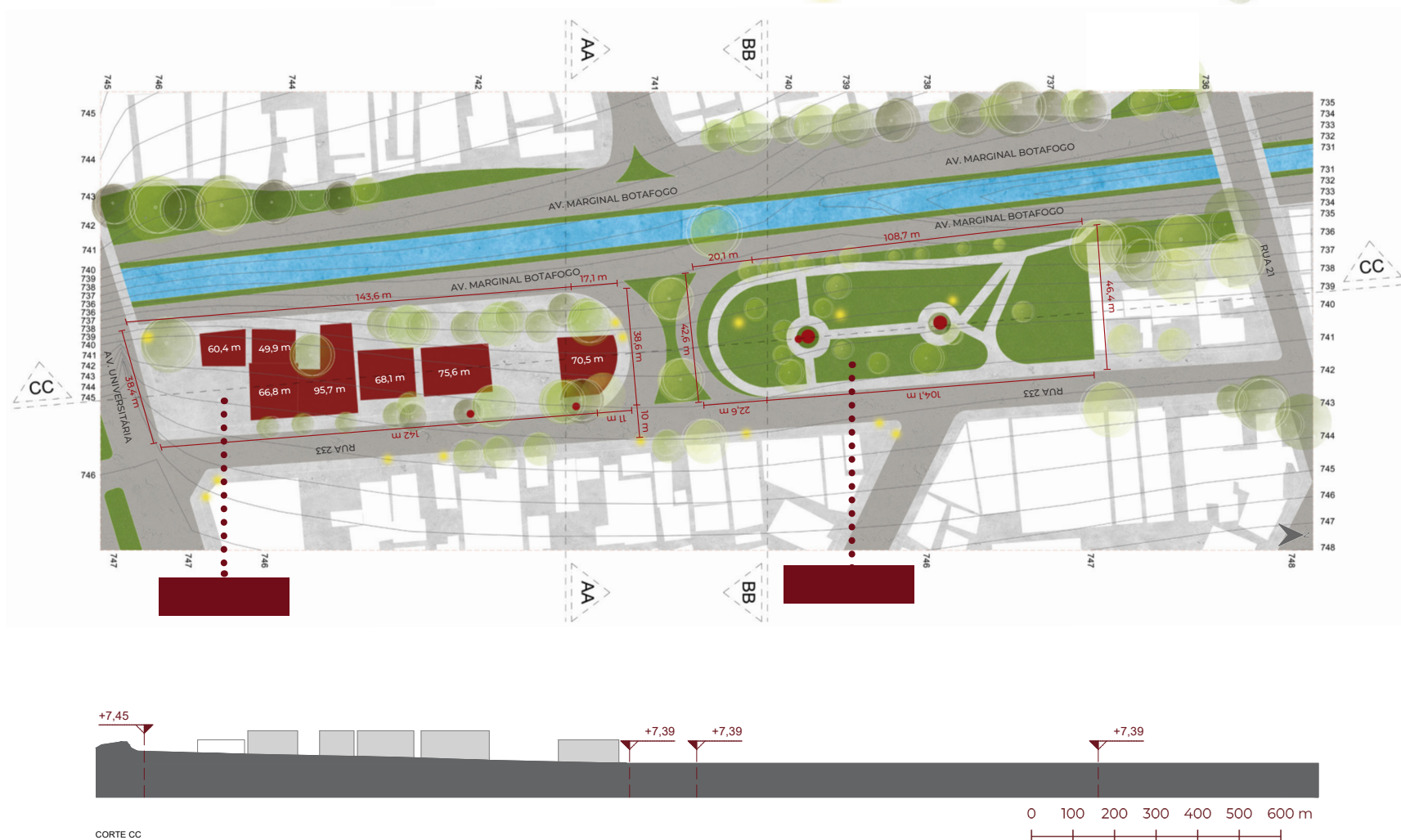


Figura 62: Corte CC da Área de Intervenção | Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

Na área 1, existe uma praça que atualmente se encontra sendo apropriada por pessoas em situação de rua, ali realizaram abrigos em baixo dos pergolados existentes. A falta de lixeiras, além da ocupação desses indivíduos, na área acaba contribuindo significativamente para a poluição local. A praça se encontra tomado por lixos espalhados em toda sua extensão e equipamentos, como bancos e pergolados, se encontram em estado degradável (figura 53).

As áreas construídas das edificações existentes na área 2, ocupa cerca de 2.534m², a ocupação é dada por residências. Nesta área ainda existe uma edificação (figura 54), que se encontra em um estado de abandono, faltando até mesmo portas e janelas na local sendo possível observar da rua que existem pessoas morando lá. Em hipótese essa edificação, pelas condições precárias, acredita-se que está sendo ocupada por pessoas em situação de rua que se apropriaram do local e hoje vivem nessa edificação. Nesta área ainda é possível ver quatro (4) lotes vagos nesta área, onde dois (2) deles é possível observar que estavam tomados por moradias precárias, acredita-se que eram áreas que possuíam ocupações irregulares e que posteriormente foram demolidas pelos seus proprietários, com o objetivo de retirar essas pessoas do local

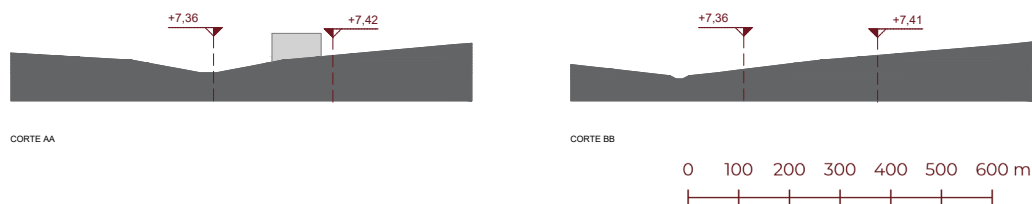


Figura 52: Corte AA, Corte BB e Corte CC da Área de Intervenção
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.



Figura 53: Mobiliário Urbano degradado e Lixos na Praça
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.



Figura 54: Residência Abandonada
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

4.2.11 Redes de Infraestrutura e Condicionantes Legais

Com base no mapa fácil de Goiânia (2017), a região de estudo é bem abastecida de água potável e rede de esgoto. A região conta com a presença adequada de postes, porém a área de intervenção deixa a desejar nesses aspectos de infraestrutura. As calçadas do local de intervenção também se encontram em mau estado e apresenta um empecilho a acessibilidade no local. As placas de sinalização também deixam a desejar, pois no local se encontra apenas a estrutura para as placas, contribuindo negativamente em aspectos de sinalização no entorno.

A área de intervenção escolhida se classifica com uma Área de Ocupação Sustentável (AOS)¹⁴, de acordo com o Plano Diretor de Goiânia e a Lei Complementar nº 371/2024. Os imóveis nesta tipologia devem ser enquadrados como Projeto Diferenciado de Urbanização (PDU)¹⁵, classificados com IV (PDU IV). Nesta classificação deve-se obter apenas ocupações de baixa densidade e respeitar as normas redigidas a Área de Preservação Permanente (APPS)¹⁶. Ainda de acordo com a Lei Complementar nº 371/2024, Capítulo IV, Art. 45, §2ª deve se destinar no mínimo 15% da área de ocupação como Área Pública Municipal (APM)¹⁷, além de atender área mínima de 180m² e

testada mínima de 9 metros (Art.47), quando destinada a equipamentos públicos urbanos e comunitários.

A partir dos Art. 18 a 33 da legislação municipal e com a regulamentação da Lei nº 9.123/2011, será usado com Direito de Preempção¹⁸, uma vez que este instrumento favorece a aquisição de imóveis em áreas estratégicas voltados ao uso para fins de interesse público. Com base neste instrumento será reforçado a necessidade de soluções urbanísticas compatíveis com seus fins sociais e ambientais segundo a lei ao implantar o equipamento. Diante disso todas as famílias instaladas atualmente na área, devem ser reassentadas em lotes vagos na própria região do Setor Leste Universitário, buscando evitar o deslocamento das mesmas para outros bairros, respeitando a experiência de identidade histórica e cultural destas famílias.

Em relação ao Plano Diretor e ao Código de Obras de Edificação (Lei Complementar nº 177/2008), os parâmetros urbanísticos específicos do PDU IV, se aplica as AOS. O código de obras junto ao plano diretor apara os parâmetros necessários para o licenciamento e a concessão de alvarás de uso do solo, demolição, construção e finalização de obras diante dessa área. Esta lei também estabe-

¹⁴ Locais com normas para controlar a densidade habitacional – como as AAB – juntamente da preservação do meio ambiente, são as áreas ao redor dos locais de preservação permanente (rios, florestas, morros, etc.)

¹⁵ Ferramenta de planejamento urbano que permite a ocupação de vazios urbanos e lotes vagos, possuindo diretrizes específicas para implantação de infraestrutura, estruturação espacial e o uso das edificações permitidos.

¹⁶ Áreas naturais intocáveis, com rígidos limites de exploração, ou seja, não é permitida a exploração econômica direta.

¹⁷ Áreas públicas municipais os bens imóveis como apartamentos, casas, prédios, lotes vagos ou qualquer outro tipo de edificação que pertença ao Município ou embora não pertença, esteja sendo utilizada para prestar um serviço público municipal.

lece normas para equipamentos públicos comunitários com relação aos afastamentos, recuos obrigatórios, índices de ocupação, gabarito e saliências (marquises, varandas, fachadas, etc.).

A área de estudo está situada em uma Zona Mista de Média Densidade¹⁹, a Subseção III (Art. 76) determina que essa tipologia deve obedecer aos parâmetros urbanísticos estabelecidas na Tabela II (tabela de parâmetros urbanísticos para média densidade). O Art. 38 do código de obras municipal define parte do setor leste universitário como uma Zona de Revitalização Cultural²⁰ e em relação as atividade permitidas na Zona de Revitalização Cultural, o Código de Obras Municipal permite usos para habitação unifamiliar, habitação geminada, habitação seriada, habitação coletiva, comércio varejista de Bairro, de médio porte, prestação de serviço Local, de micro e pequeno portes e de Bairro, de médio porte e indústrias inofensiva de micro porte (Art. 41).

Em relação as normas de proteção contra incêndio, o Código de Obras afirma que as edificações destinadas a uso institucional devem possui circulações horizontais e vertical (rampas e escadas) e devem atender ao Código de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico do Estado

de Goiás (Art. 63). Além disso é obrigatório em edificações com mais de quatro (4) pavimentos ou excedentes a doze (12) metros a instalação de elevadores (Art. 64).

Com relação as normas de acessibilidade, conforme exigido pelo Código de Obras no art. 55, a observação da NBR 9050 para nortear questões de acessibilidade, mobiliário, espaços públicos e equipamentos urbanos.

E por fim com relação as Normas de proteção do ambiente natural e patrimônio histórico e cultural, como a área é classificada como AOS, será utilizado o art. 54-D como norteador das condicionantes culturais e ambientais utilizadas na proposta.

¹⁸ Direito que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

¹⁹ Segundo a Seção II, Art. 14, §2 do código de obras, é definida como uma tipologia habitacional com características de média densidade, compatíveis com as demais atividades urbanas.

²⁰ São áreas urbanas onde serão adotadas medidas visando a dinamização do seu respectivo caráter de difusão educacional e cultural. (Lei Complementar N° 031, de 29/12/1994)

05 ASPECTOS RELATIVOS A PROPOSTA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

Segundo o os gráficos obtidos pelo relatório elaborado pelo Instituto Mauro Borges (2020), com base em cerca de 2.575 pessoas em situação de rua no estado de Goiás, cerca de 30,8%, ou seja nem 1/3 (um terço) dessas pessoas não possuem acesso ao Centro POP. Além disso é discorrido no relatório promovido tanto pelo Instituto Mauro Borges (2020), quanto pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua/POLOS-UFGM (2023), que a maioria dessa população é composta por idades entre 18 e 50 anos.

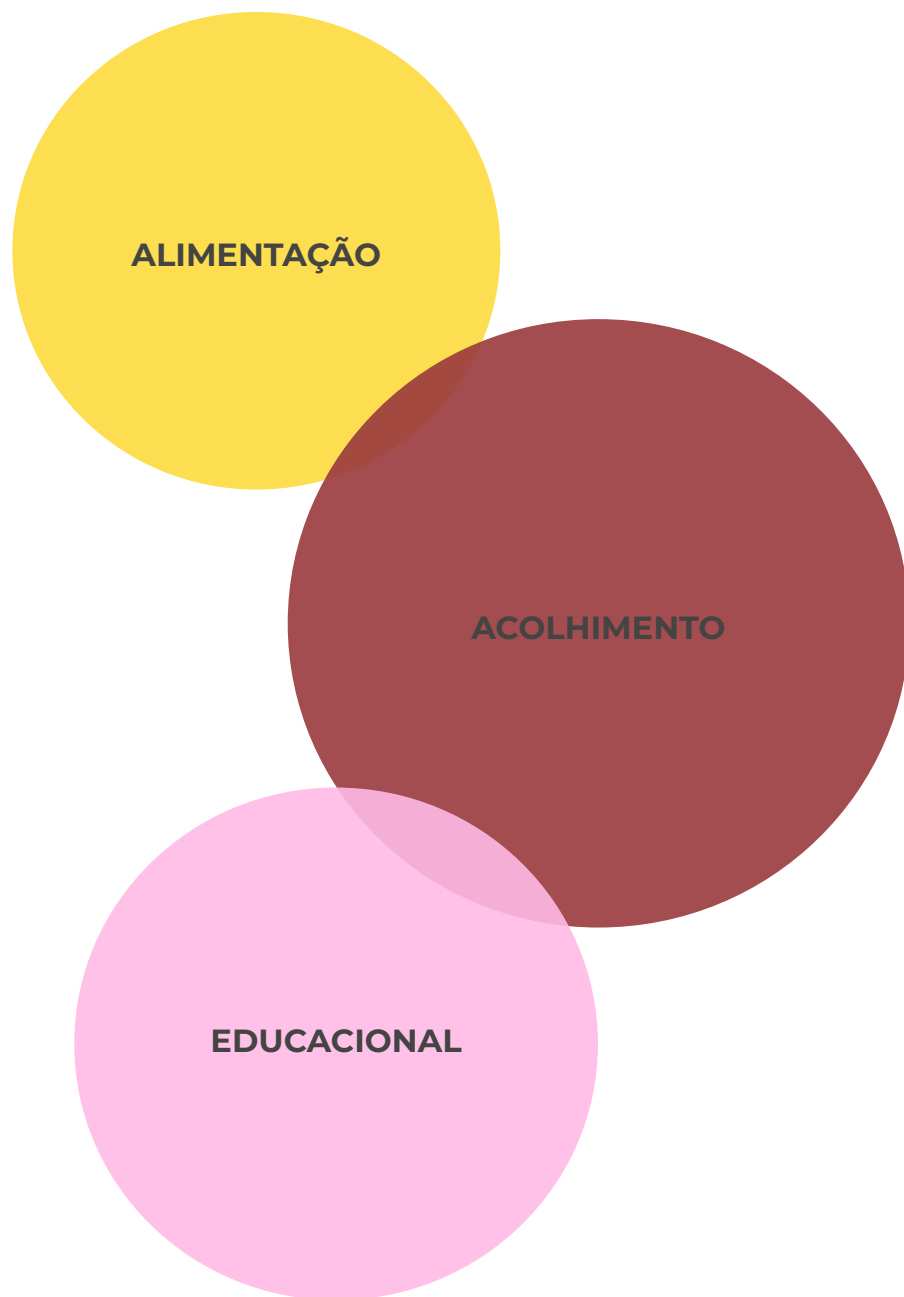
O relatório apresentado pelo Instituto Mauro Borges (2020), também indica que uma pequena porcentagem possui acesso a albergues ou a outros lugares para passarem uma pernoite, sendo que a maioria acaba dormindo nas ruas.

Com base nisso, o Centro Acolher irá englobar o grupo de jovens e adultos, tanto homens, mulheres e famílias em situação de rua, atendendo a faixa etária de 18 a 50 anos. O espaço buscará oferecer suporte que favoreça a reconstrução dos vínculos e inclusões sociais.

A revitalização da praça busca seguir este mesmo princípio, gerando o convívio dos usuários do centro e a comunidade local. O espaço será voltado tanto para o uso social dos usuários do centro, quanto para o lazer e uso dos moradores e usuários da região, buscando reforçar a integração das pessoas com a natureza, assim como o sentimento de acolhimento e pertencimento das pessoas em situação de rua a sociedade.



Figura 67: Morador de rua recebendo ajuda
Fonte: blogfca.pucmiVnas.br



5.2 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

O programa do Centro Acolher foi elaborado para que pudesse atender não somente as necessidades básicas, como abrigo, alimentação e higienização, das pessoas em situação de rua. O programa busca ampliar o apoio a ser oferecido a essa população oferecendo educação social, educacional, profissional, opções de lazer e oportunidades, que contribuam para a reintegração desse público na sociedade como um todo. Além disso o programa foi pensado de maneira que pudesse atender o 4 (quatro) vezes mais o numero de pessoas que irão ocupar os dormitórios disponiveis, ampliando ainda mais o raio de pessoas que possam buscar ajuda.

Os principais setores do projeto serão: o **setor de acolhimento**, o **setor de alimentação** e o **setor educacional**, que juntos ocupará uma área 1829,04m². Estes setores são de extrema importância, pois serão essenciais para apoiar e assegurar os usuários a possuírem condições de vidas mais dignas.

Além dos principais setores mencionados, serão incluídos outros setores como: setor de convivência, setor administrativo, setor de serviço e a setor da praça. Que serão setores complementares essenciais para a eficiência dos demais setores e para a promoção de atividades que auxiliem os usuários do espaço em aspectos sociais e íntimo.

Figura 68: Principais Setores do Programa
Autor: Amanda Medeiros, 2025.

5.2.1 Descrição e Pré-Dimensionamento dos Setores

Setor de Convivência | 404,88 m²

Setor destinado a áreas de convivência, áreas de descanso, áreas para confraternizações e atividades em grupo, áreas de lazer afim de oferecer integração social entre os usuários, lazer e descanso para os usuários.

Setor de Apoio | 160,56 m²

Setor destinado a serviços de orientação e consulta sobre direitos cívicos e sociais dos usuários, atendimento clínico geral e enfermagem para primeiros socorros e encaminhamentos médicos urgentes, além de área para recebimento e destinação de doações da população em geral.

Setor de Acolhimento | 888,96 m²

Setor destinado a recepção e triagem dos usuários no espaço e onde será incluindo sanitários, vestiários, lavanderia, armários individuais e dormitórios, buscando de oferecer abrigo e higienização do usuários.

Setor de Alimentação | 294,72 m²

Setor destinado a alimentação diária para os usuários com cozinha, despensa e refeitório comunitário

Setor Administrativo | 182,64 m²

Setor destinado a salas de administração e coordenação geral do edifício, áreas técnicas, vestiários dos funcionários, salas para atividades, reuniões de trabalho, direcionados para a manutenção interna.

Setor Educacional | 645,36 m²

Setor destinado as salas de aula (EJA), a oficinas de arte, salas de informática e cursos profissionalizantes, afim de promover educação e capacitação profissional com o objetivo de reintegrar os usuários ao meio social.

Praça | 1057,94 m²

Anexo ao lado do centro de acolhimento existente que será revitalizado. O setor será destinado a integração do usuário com a natureza, promoção de atividades ao ar livre com suporte profissional do centro, áreas de lazer e contemplação.

Área total Construída: 3635,06 m²

5.2.2 Descrição dos Principais Ambientes

Espaço de convivência: Espaço destinado à interação social, descanso e atividades livres para a promoção da integração entre os usuários do centro.

Auditório: Espaço para diversos usos como apresentações, palestras, reuniões e atividades em grandes grupos.

Redário: Área equipada com redes, voltada ao descanso, leitura e momentos de contemplação e reflexão.

Expedição de Doações: Local destinado à triagem, organização e distribuição de recebimentos de doações.

Sala de Atendimento Cívico: Espaço destinado para apoio na orientação sobre direitos civis e sociais existentes para os usuários.

Sala de Atendimento Social: Espaço para atendimento individual, usado para aconselhamento e encaminhamento para serviços públicos, profissionais e programas de reintegração.

Consultório Clínico Geral: Espaço para atendimentos médicos básicos, avaliações de saúde e primeiros socorros.

Enfermaria: espaço destinado a primeiros socorros e cuidados básicos de enfermagem, sem atendimentos aprofundados. Funciona como apoio para estabilização inicial e recebimento de ambulâncias, com encaminhamento a hospitais para atendimento especializado.

Sala de Triagem: Local destinado à recepção inicial dos abrigados para realização de entrevistas, avaliações de perfil e encaminhamento.

Lavanderia: Ambiente destinado para que os usuários do centro possa lavar e higienizar suas roupas

Vestiários Feminino e Masculino: Ambientes destinados para que os usuários do centro possam se higienizar

Refeitório comunitário: Espaço para refeições coletivas voltado para o público alvo do centro.

Sala de Informática: Espaço com computadores e acesso à internet voltado a capacitação dos usuários do centro.

Oficina de Artes: Espaço destinado para atividades artísticas como pintura, escultura, artesanato, desenho.

Oficina CP: Espaço para cursos profissionalizantes (CP) e treinamentos visando à reinserção dos usuários no mercado de trabalho.

Salas EJA: Espaço voltado para alfabetização e formação educacional básica para adultos.

Playground: Espaço com brinquedos voltada às crianças.

Área Pet: destinado ao acolhimento temporário, oferecendo descanso, alimentação, sem atendimento veterinário especializado.

Setor de Convivência						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Pátio Central	50	1	Mesas; Bancos; Lixeiras	Transitório	75,00 m²	75,00 m²
Espaço de Convivência	30	5	Bancos; Lixeiras	Transitório	12,00 m²	60,00 m²
Auditório	70	1	Mesas; Cadeiras; Lixeiras	Transitório	126,00 m²	126,00 m²
Sanitário Fem.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	8,40 m²	8,40 m²
Sanitário Masc.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	8,40 m²	8,40 m²
Sanitário PCD	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	3,80 m²	3,80 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	5,00 m²	5,00 m²
Sala de Descanso	15	1	Mesas; Cadeiras; Puffs; Lixeiras; Estantes	Transitório	27,00 m²	27,00 m²
Sanitário Fem.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	12,00 m²	10,00 m²
Sanitário Masc.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	12,00 m²	10,00 m²
Sanitário PCD	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	12,00 m²	3,80 m²
Redário	5	2	Mesas; Cadeiras; Puffs; Lixeiras; Estantes	Transitório	10,00 m²	20,00 m²
Área de Contemplação	5	5	Mesas; Cadeiras; Puffs; Lixeiras; Estantes	Transitório	10,00 m²	50,00 m²
Área Total Construída						337,40 m²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						404,88 m²

Setor de Apoio						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Recepção	15	1	Balcão de atendimento; Cadeiras; Armários	Transitório	18,00 m²	18,00 m²
Sanitário Fem.	2	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	6,00 m²	6,00 m²
Sanitário Masc.	2	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	6,00 m²	6,00 m²
Sanitário PCD	1	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitório	2,80 m²	2,80 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	5,00 m²	5,00 m²

Expedição de Doações	4	1	Mesa; Cadeiras	Prolongada	12,00 m ²	12,00 m ²
Depósito de Armazenamento	4	1	Prateleiras	Transitória	12,00 m ²	12,00 m ²
Sala de Atendimento Cívico	3	2	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	9,00 m ²	18,00 m ²
Lavabo	1	2	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	3,00 m ²	6,00 m ²
Sala de Atendimento Social	3	2	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	9,00 m ²	18,00 m ²
Lavabo	1	2	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	3,00 m ²	6,00 m ²
Consultório Clínico Geral	3	2	Mesa; Cadeiras; Armários; Maca; Balança	Prolongada	9,00 m ²	18,00 m ²
Lavabo	1	2	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	3,00 m ²	6,00 m ²
Enfermaria	7	1	Mesa; Cadeiras; Armários; Maca; Balança	Prolongada	42,00 m ²	42,00 m ²
Banho PCD Fem.	1	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Chuveiro	Transitória	5,00 m ²	5,00 m ²
Banho PCD Masc.	1	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Chuveiro	Transitório	5,00 m ²	5,00 m ²
Área Total Construída						133,80 m ²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						160,56 m ²

Setor de Acolhimento						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m ²)	Área Útil Total (m ²)
Recepção	15	1	Balcão de atendimento; Cadeiras; Armários	Transitório	18,00 m ²	18,00 m ²
Sanitário Fem.	2	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	4,80 m ²	4,80 m ²
Sanitário Masc.	2	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	4,80 m ²	4,80 m ²
Sanitário PCD	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	2,80 m ²	2,80 m ²
Sala de Triagem	4	2	Mesa; Cadeiras; Armários	Transitório	7,20 m ²	14,40 m ²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	5,00 m ²	5,00 m ²
Dormitório Masculino	36	12	1 Cama e 1 beliche; 3 Armários	Prolongado	15,00 m ²	180,00 m ²
Banho Masculino	1	6	Espelho; Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária; Dcuha	Prolongado	4,00 m ²	24,00 m ²

Dormitório Feminino	16	8	2 Camas ou 1 beliches; 2 Armários	Prolongado	15,00 m²	120,00 m²
Banho Feminino	1	4	Espelho; Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária; Dcuha	Prolongado	4,00 m²	16,00 m²
Dormitório PCD	4	2	2 Camas; 1 Armários	Prolongado	15,00 m²	30,00 m²
Banho PCD	1	2	Espelho; Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária; Dcuha	Prolongado	6,00 m²	12,00 m²
Vestiário Fem.	30	1	Bancos; Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Dcuha	Transitório	102,00 m²	102,00 m²
Vestiário Masc.	30	1	Bancos; Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Ducha	Transitório	102,00 m²	102,00 m²
Lavanderia	25	1	Máquinas de lavar e secar; Bancadas de apoio; Armários; Cestos; Varais	Transitório	100,00 m²	100,00 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	5,00 m²	5,00 m²
Área Total Construída						740,80 m²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						888,96 m²

Setor de Apoio						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Cozinha Industrial	12	1	Bancadas de trabalho; Pias; Fogões; Fornos, Utensílios de cozinha;	Prolongada	40,00 m²	40,00 m²
Camara de Refrigeração	2	1	Prateleiras;	Transitória	10,00 m²	10,00 m²
Camara Frigorífica	2	1	Prateleiras;	Transitória	10,00 m²	10,00 m²
Depósito de Alimentos	2	1	Prateleiras;	Transitória	15,00 m²	15,00 m²
Área de Higienização	4	1	Pias; Bancadas de trabalho; Armários;	Prolongada	10,00 m²	10,00 m²
Balcão de distribuição	5	1	Balcão;	Prolongada	10,00 m²	10,00 m²
Deposito do Lixo	2	1	Contêineres ou latas de lixo;	Transitória	6,00 m²	6,00 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitória	4,00	4,00 m²
Central de Gás	1	1	-	Transitória	12,00	12,00 m²
Refeitório Comunitário	60	1	Mesas; Cadeiras	Prolongada	108,00 m²	108,00 m²
Sanitário Fem.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	8,40 m²	8,40 m²

Sanitário Masc.	3	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	8,40 m²	8,40 m²
Sanitário PCD	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	3,80 m²	3,80 m²
Área Total Construída						245,60 m²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						294,72 m²

Setor Administrativo						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Recepção	10	1	Balcão de atendimento; Cadeiras; Armários	Transitório	12,00 m²	12,00 m²
Sanitário PCD Fem.	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	4,00 m²	4,00 m²
Sanitário PCD Masc.	1	1	Bancada; Lavatório; Bacia Sanitária	Transitório	4,00 m²	4,00 m²
Sala dos Educadores	5	1	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	15,00 m²	15,00 m²
Sala de Reuniões	10	1	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	20,00 m²	20,00 m²
Sala Administrativa	10	1	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	20,00	20,00
Copa dos Funcionários	15	2	Mesa; Cadeiras; Armários	Prolongada	22,50	45,00
Vestiário Fem.	4	1	Bancos; Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Dcuha	Transitório	13,60 m²	13,60 m²
Vestiário Masc.	4	1	Bancos; Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária; Ducha	Transitório	13,60 m²	13,60 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	5,00 m²	5,00 m²
Área Total Construída						152,20 m²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						182,64 m²

Setor Educacional						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Recepção	15	1	Balcão de atendimento; Cadeiras; Armários	Transitório	18,00 m²	18,00 m²
Sanitário Fem.	3	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	9,00 m²	9,00 m²
Sanitário Masc.	3	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	9,00 m²	9,00 m²

Sanitário PCD	1	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitório	2,80 m²	2,80 m²
Biblioteca	30	1	Prazeiras; Mesas; Cadeiras; Puffs	Transitório	75,00 m²	75,00 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitório	4,00 m²	4,00 m²
Depósito	1	4	Prazeiras	Transitório	5,00 m²	20,00 m²
Sala de Informática	25	2	Mesas; Cadeiras; Computadores; Quadro; Projetor	Prolongada	50,00 m²	100,00 m²
Oficina de Artes	25	2	Mesas; Cadeiras; Prateleiras	Prolongada	50,00 m²	100,00 m²
Oficina CP	25	2	Mesas; Cadeiras; Quadro; Projetor	Prolongada	50,00 m²	100,00 m²
Salas EJA	25	2	Mesas; Cadeiras; Quadro; Projetor	Prolongada	50,00 m²	100,00 m²
Área Total Construída						537,80 m²
Área Total Construída com acréscimo de 20% de circulação						645,36 m²

Praça						
Ambientes	Qtd. de Usuários	Qtd.	Mobiliário/Equipamento	Tempo de Permanência	Área Útil (m²)	Área Útil Total (m²)
Área de Convivência	8	4	Bancos	Prolongada	112,00 m²	448,00 m²
Academia ao ar livre	20	1	Equipamentos para exercícios	Prolongada	40,00 m²	40,00 m²
Playground	20	1	Balanço; Escorregador; Roda-Roda; Trepá-Trepá; Gangorra	Prolongada	40,00 m²	40,00 m²
Sanitário Fem.	4	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	14,00 m²	14,00 m²
Sanitário Masc.	4	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	14,00 m²	14,00 m²
Sanitário PCD	1	1	Espelhos; Bancadas; Lavatórios; Bacia Sanitária	Transitória	3,80 m²	3,80 m²
DML	2	1	Tanque; Bancada; Armários	Transitória	4,00 m²	4,00 m²
Estacionamento	20	1	-	Transitória	250,00 m²	250,00 m²
Área Total Construída						813,80 m²
Área Total Construída com acréscimo de 30% de circulação						1057,94 m²

5.3 CONCEITUAÇÃO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Acolher é “dar ou receber refúgio, abrigo ou proteção”. Aqui o acolhimento não se limita a estrutura, mas busca se mostrar em espaços que integram, fortalecem e permitem reconstruir vidas.

Ressignificar é “dar um novo significado”. Assim, a proposta parte do desejo de transformar vidas e impactar a sociedade como um todo.

Com isso, **o conceito** do projeto nasce da premissa “**acolher para resignificar**”. Um gesto que vai além da ação e se manifesta também como símbolo e emoção, se construindo de maneira dupla e complementar, não agindo apenas como abrigo, mas incluindo e resignificando como um todo.

O partido busca traduzir o conceito através decisões projetuais, que se expressam no espaço de maneira material e abstrata. O ato de acolher para resignificar, se transforma em um gesto que une empatia, inclusão e oportunidades.

Dessa forma, serão adotadas diretrizes para concretizar esse pensamento:

- **Forma e Espaço:** transmitindo sensações de acolhimento e confiança
- **Caminhos e Fluxos:** criando percursos de fluidos, acessíveis e contínuos
- **Setorização:** distribuindo espaços respeitando o íntimo e promovendo o a socialização.

- **Materiais e Texturas:** transmitindo sensação de acolhimento e pertencimento, integrando com o paisagismo
- **Programa de Necessidades:** cada ambiente é pensado como um ponto de apoio para resignificar vidas



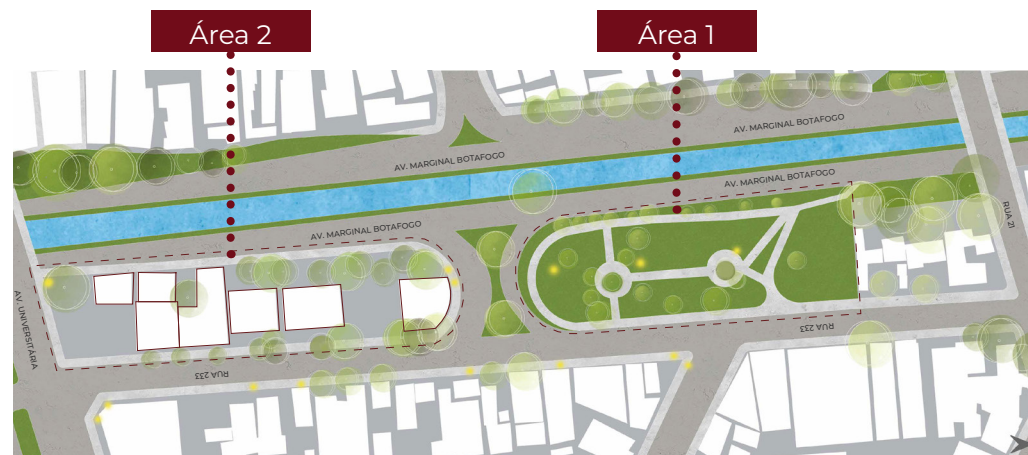
Figura 69: Processo de Criação do Conceito e Partido
Fonte: Elaborado por Amanda Medeiros, 2025.

5.3.1 Interpretações e Apropriações Iniciais na Área de Intervenção

O princípio do processo para a implantação do centro de acolhimento, terá início com a desapropriação de sete (7) lotes particulares de uso residencial (Ver Figura 58) localizados na Área 2, totalizando cerca de 2.534m². Essa ação será realizada com o amparo do Art. 18 a 33 da legislação municipal e pela Lei nº 9.123/2011, mediante a ampliação do Direito de Preempção.

Após a conclusão desse processo, será realizado o remembramento dos lotes na área, resultando em uma área total de 5.959m², destinada para a inserção do edifício proposto.

Na Área 1 (Ver Figura 58), não haverá necessidade de desapropriação, pois já se trata de um espaço público existente. Com isso, será realizado apenas uma revitalização da praça, seguindo as normas da ABNT NBR 9050 (Acessibilidade) e outras normas complementares que buscam auxiliar a otimização e ampliação do programa proposto para o local.



Legendas:

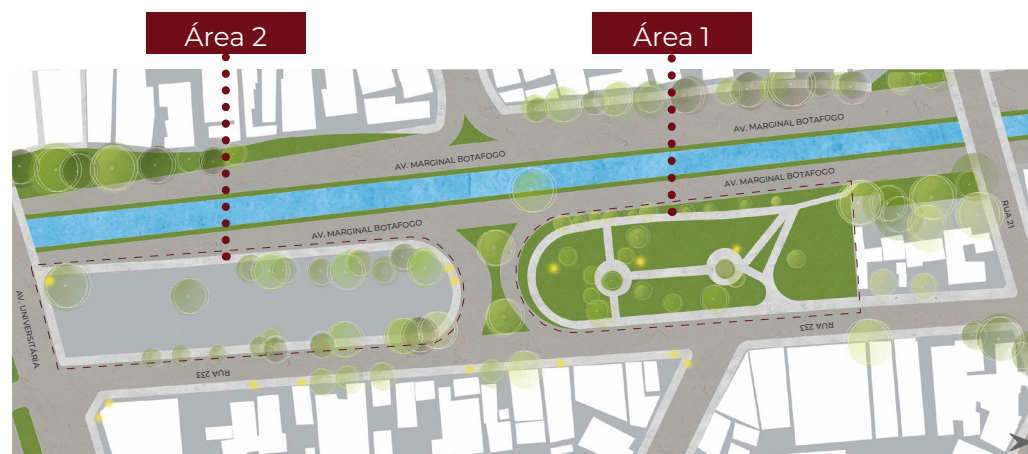
-- Área de Intervenção

□ Lotes a desapropriar

0 100 200 300 400 500 600 m

Figura 70: Área de Intervenção Atual

Fonte: Amanda Medeiros, 2025.



Legendas:

-- Área de Intervenção

0 100 200 300 400 500 600 m

Figura 71: Área de Intervenção após mudanças

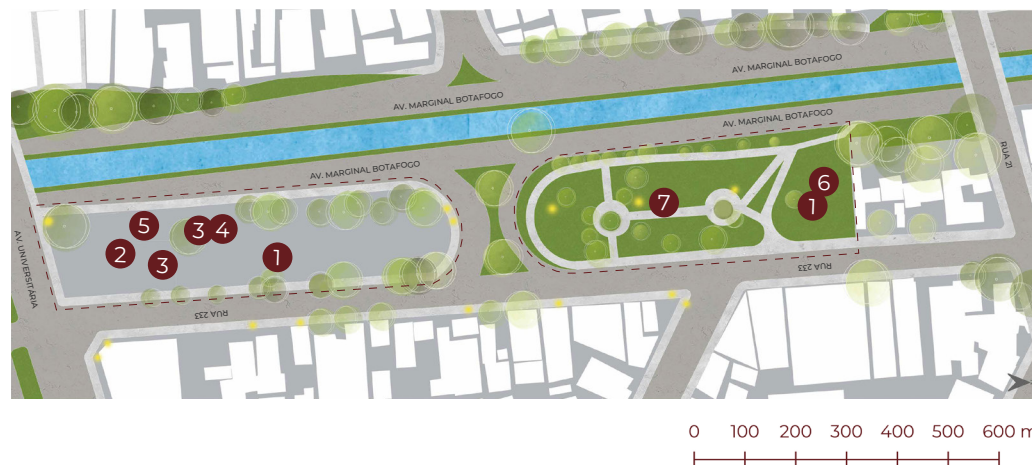
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

5.3.1.1 Alocação Inicial dos Equipamentos

O objetivo do programa busca além de acolher pessoas em situação de rua, visando a integração dessas pessoas a comunidade e ao meio social. Como mencionado no perfil do usuário, o programa engloba diferentes públicos. Sendo assim, o objetivo é integrar as duas áreas e destinar ambas para promover a integração e a inclusão dessas pessoas ao meio social.

Dessa forma, o centro de acolhimento com base no programa, irá ocorrer tanto na área inicialmente destinada ao centro como também será alocado em parte da Área 1, em um trecho que antes já foi destinado para construção de algum equipamento que não foi finalizado.

O centro se subdividirá de modo que concentre em uma área os serviços de apoio, acolhimento, alimentação e administração, destinado as pessoas em situação de rua, enquanto a parte de convivência e educação se dividirá entre a área da praça e a área principal do centro. Esta distribuição reforça que a setorização dos usos será distribuída de maneira que promova além da integração entre as duas áreas e a integração do público alvo. (Ver Figura 62)



Legendas:

- Área de Intervenção
- 1 Setor de Convivência
- 2 Setor de Apoio
- 3 Setor de Acolhimento
- 4 Setor de Alimentação
- 5 Setor Administrativo
- 6 Setor Educacional
- 7 Praça

Figura 72: Alocação Inicial dos Equipamentos
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

5.3.1.2 Estudo de Fluxos e Acessos

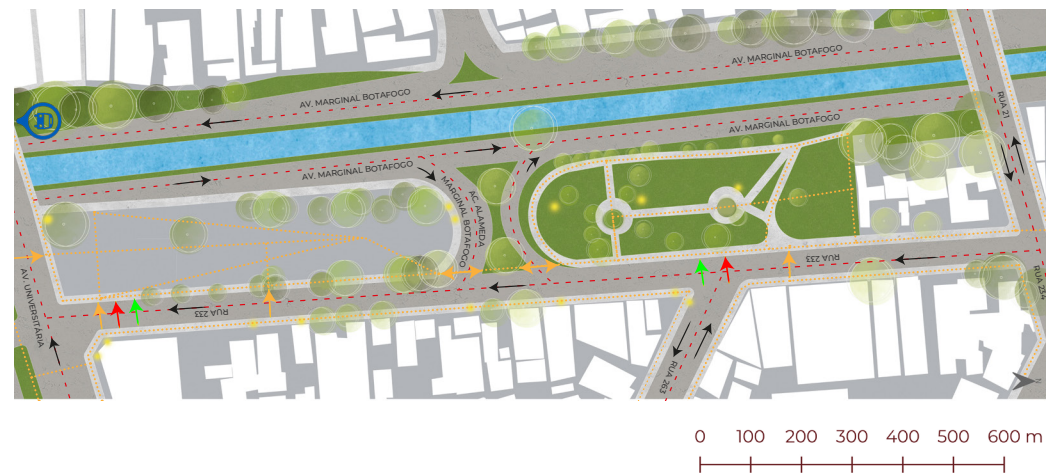
Os fluxos e acesso de pedestres e veículos foram definidos de forma que garanta eficiência, segurança e integre o centro, seus anexos e a praça existente.

Para pedestres os principais acessos foram definidos pela Av. Universitária, Rua 233 e Ac. Alameda Marginal Botafogo. O acesso pela Av. Universitária ocorre em função da proximidade com os pontos de ônibus localizados na Av. Universitária e na Rua 10, o que favorece o deslocamento dos usuários do centro. O acesso pela Ac. Alameda Marginal Botafogo ocorre afim de manter uma integração física e visual entre as duas áreas.

Para a efetivação dos acessos deve ser realizado a implantação de faixas de pedestres onde ainda não possui e a remoção parcial da vegetação existente na esquina entre a Av. Marginal Botafogo e Ac. Alameda Marginal Botafogo, afim de assegurar melhor visibilidade dos veículos vindos da Marginal Botafogo em sentido a Rua 233. O acesso pela Av. Marginal Botafogo não é considerado para o acesso de pedestre devido ao alto tráfego de veículos por ser uma via expressa.

Os acessos de veículos tanto na Área 1 quanto na Área 2 ocorre pela Rua 233, de modo em que os fluxos existentes pela Rua 263, Rua 234 ou Rua 21

possam chegar na área sem necessidade de retornos. Os pontos de carga e descarga ocorrem também pela Rua 233, definida por seu baixo fluxo de tráfego e pela conexão direta que possui com a Av. Marginal Botafogo, uma via expressa que favorece a logística de transporte de mercadorias até o centro.



Legendas:

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| → Acesso de Pedestres | Fluxo de Pedestres |
| → Acesso Carca e Descarga | --- Fluxo de Veículos |
| → Acesso de Veículos | 🚌 Ponto de Ônibus |
| → Sentido das Vias | |

Figura 73: Estudo de Fluxos e Acesso na área de Intervenção

Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

5.3.1.3 Noções Iniciais da Implantação

O edifício por estar em uma Área de Ocupação Sustentável (AOS), deve manter sua altura máxima em 12,00m de acordo com o Código de Obras de Goiânia.

A Rua 233 e a Av. Marginal Botafogo são os principais canais de vento, assim ao considerar a altura máxima para este local, é importante limitar também a altura das vegetações. Parte do edifício na área 2 deve permanecer recuada sentido norte, para não bloquear a visão da Av. Marginal Botafogo e da esquina desta área.

Ao posicionar aberturas no sentido sudeste/noroeste, consegue-se aproveitar a ventilação cruzada no centro da área. Os dormitórios e as áreas de maior permanência devem ser posicionados para o leste, onde se localiza o sol nascente, mantendo esses ambientes mais frescos ao longo do dia e da noite, além da adoção de tecnologias construtivas para minimizar a insolação direta.

Os recuos obrigatórios devem seguir as diretrizes dispostas pela Tabela 2, do anexo III – Parâmetros Urbanísticos. Os afastamentos considerados inicialmente serão de 3,00m lateral, 3,00m de fundo e 5,00m de frente, considerando que a edificação tenha entre 9m a 12m de altura.

O índice de ocupação também é limitado a 40%. As calçadas devem atender medidas e diretrizes previstas na norma NBR 9050.



Figura 74: Estudo de Implantação
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

5.3.2 Aspectos Formais

5.3.2.1 Área 2

O processo formal é iniciado pela Área 2 por nela concentrar os principais programas do projeto. Esta área exige maior aprofundamento formal e iniciar por ela traz a possibilidade de definir traçados a ser mantido em todo o projeto.

Processo de Concepção Formal:

O processo formal parte de um retângulo simples sob, ocupando o máximo do terreno. Essa forma rígida simboliza a realidade das pessoas em situação de rua dura e insensível, antes do acolhimento.

O retângulo foi dividido em três (3) partes na vertical e duas na horizontal.

No sentido sudoeste/noroeste é traçado uma linha afim de orientar o sentido da circulação do vento no terreno aproveitando ao máximo trazendo conforto ao usuário.

Com a malha definida, foram considerados aspectos de ventilação, os fluxos, recuos obrigatórios e desejáveis e a implantação de um pátio central, reforçando o conceito de acolhimento. Com base nessa definição, obteve-se o primeiro volume.

As linhas auxiliares foram removidas para melhor leitura da forma, mantendo apenas as divisões do terreno, que orientam a distribuição dos espaços íntimos e áreas de socialização e possíveis aberturas orientadas por essas diretrizes.

Foi subtraído no formato entre as linhas, gerando três (3) blocos, facilitando a setorização dos programas.

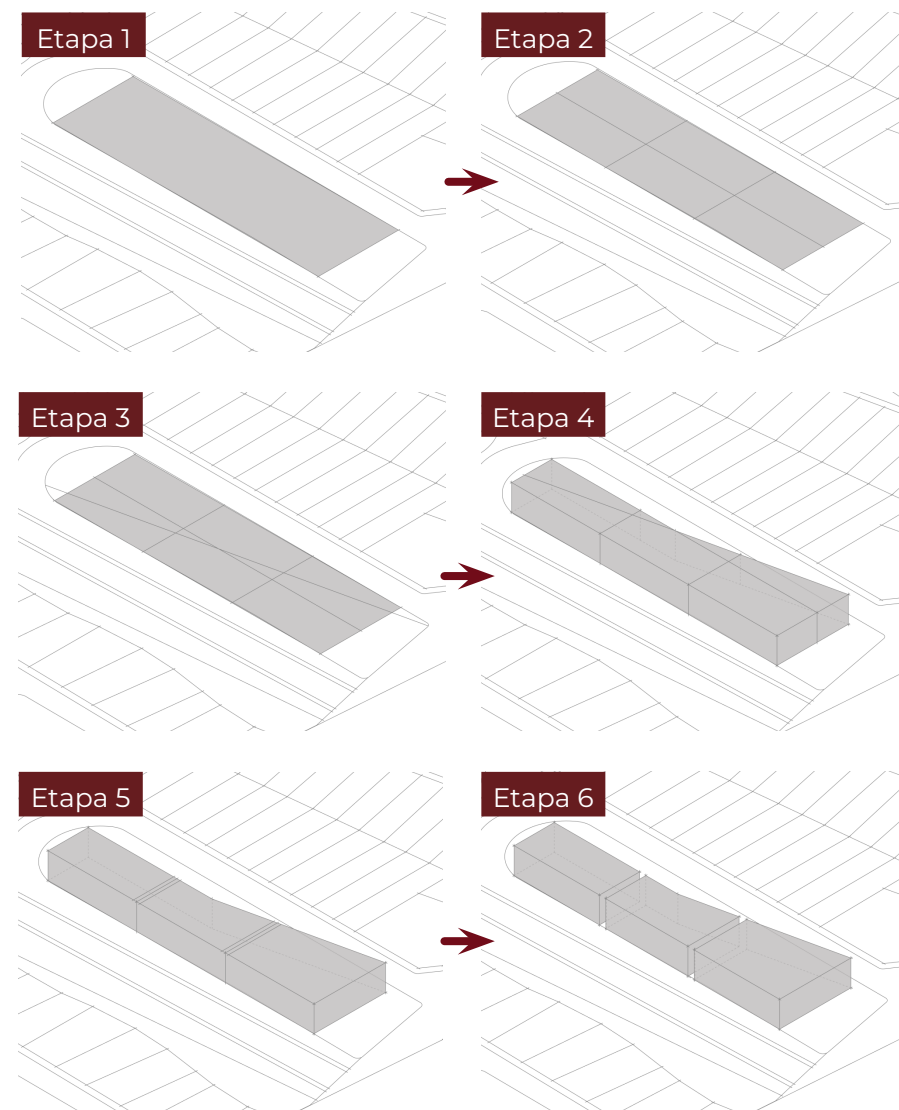


Figura 75: Processo de Concepção Formal da Área 2
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

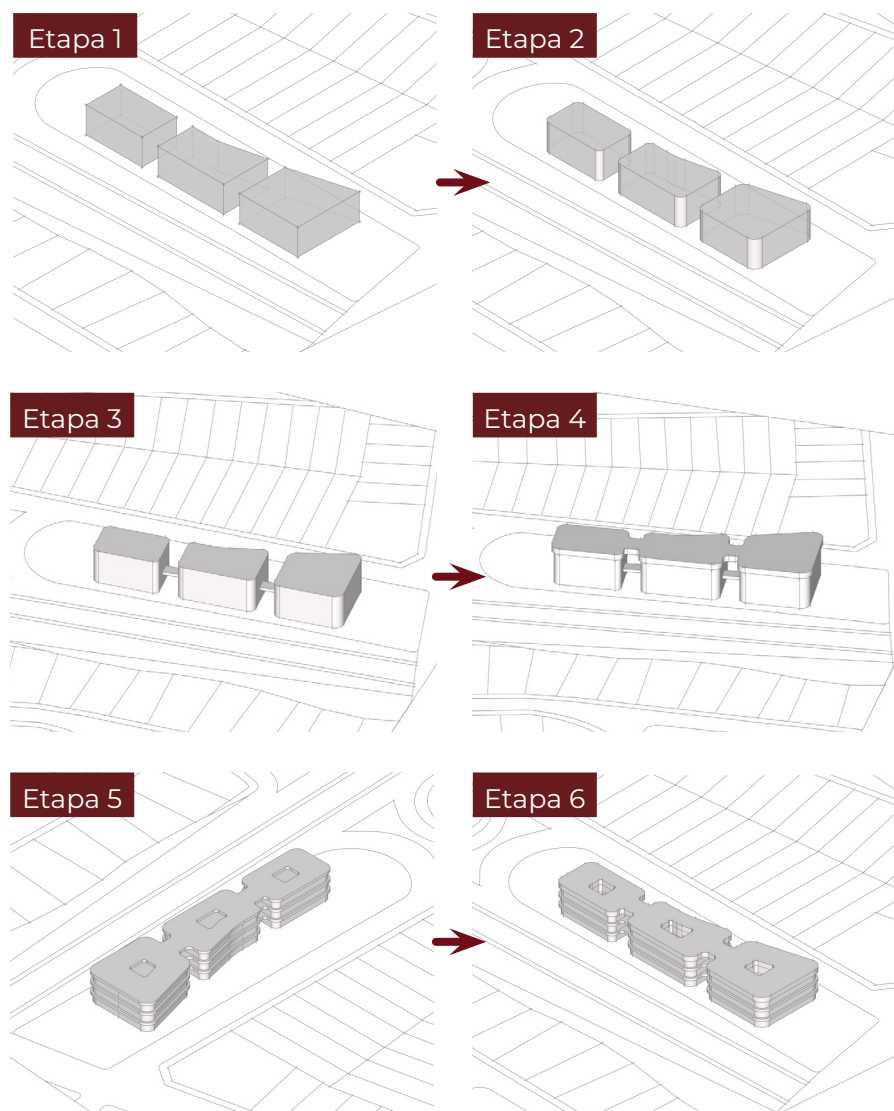


Figura 76: Processo de Evolução Formal da Área 2

Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

Processo de Evolução Formal:

As formas foram retraídas ao centro, ampliando áreas verdes nas extremidades.

O recuo sentido oeste foi retirado e foi ampliado o afastamento entre edificações, permitindo mais iluminação e ventilação por todos os lados na forma.

À medida que a forma evolui as formas rígidas são substituídas por curvas suaves transmitindo fluidez, conforto e acolhimento .

Os blocos são ligados por uma plataforma direcionada, garantindo integração e circulação fluida.

Com os volumes definidos, foi modelada uma cobertura contínua com avanços laterais, reforçando proteção solar e conforto térmico.

A base formal é dividida em níveis, transformando a cobertura ao longo do corpo volumetrico em possíveis marquises/varandas verticais integradas ao edifício auxiliando no conforto térmico e contribuindo para a setorização dos ambientes com base no partido arquitetônico.

A cobertura foi alongada na vertical para diferenciar a cobertura das possíveis marquises/varandas no corpo do edifício, facilitando a leitura volumétrica do edifício.

Aberturas estratégicas são inseridas na cobertura, garantindo melhor aproveitamento da iluminação natural.

5.3.2.2 Área 1

A concepção formal desta área, segue princípios semelhantes para manter a identidade visual entre as duas áreas, porém se adaptando ao espaço disponível e suas necessidades específicas.

Processo de Concepção Formal:

Foi utilizado como ponto de partida para a organização espacial no terreno, um retângulo sob uma área já disponível na área 1 para a implantação do equipamento.

Eixo simétricos foram adicionados ao volume para estruturar a forma e orientar as decisões projetuais na área.

Uma linha diagonal foi utilizada para auxílio na quebra da ridez do retângulo inicial.

A forma obtida foi escalonada para melhor aproveitamento do terreno, além de obter mais áreas verdes em seu entorno, gerando um volume integrado à área existente.

Após a evolução da forma a malha foi retirada e extrudada para cima para melhor visualização do volume obtido.

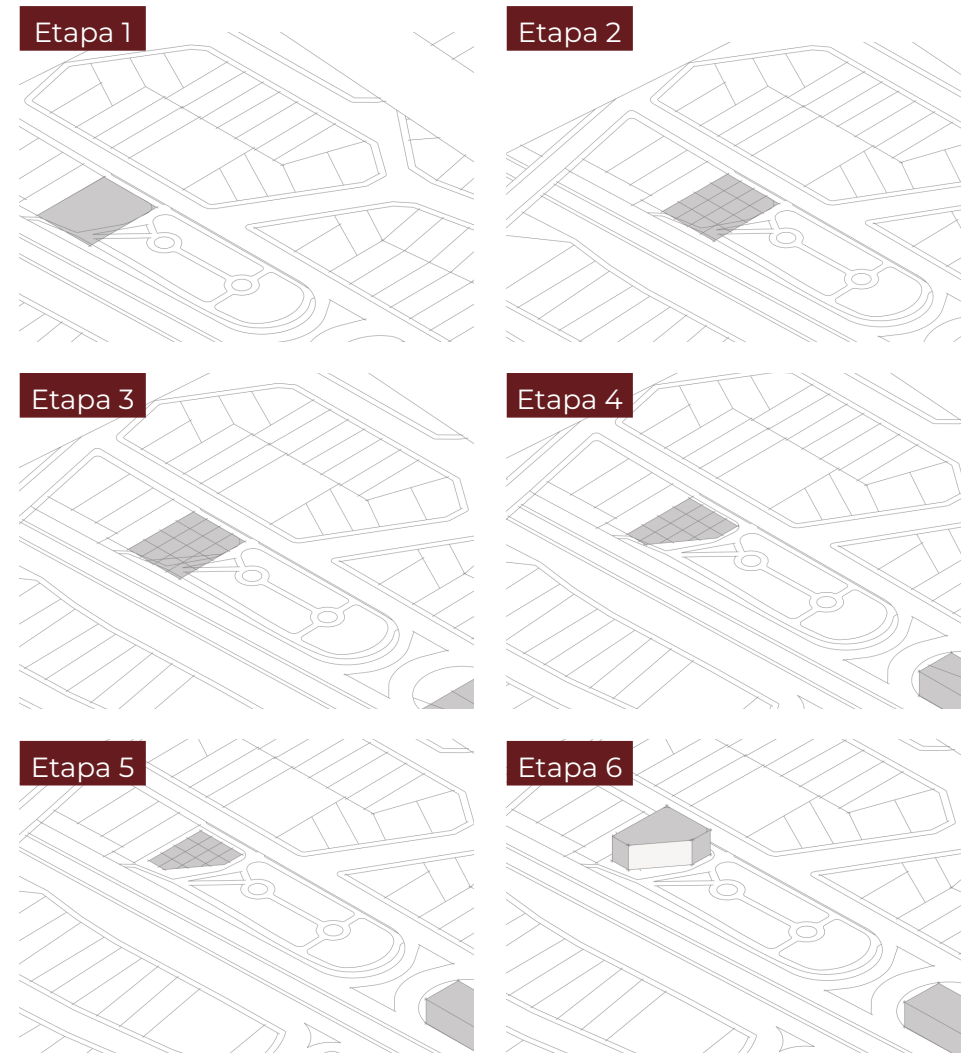


Figura 77: Processo de Concepção Formal da Área 1
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

Processo de Evolução Formal:

Curvas são adicionadas nas extremidades e subtraídas no volume, afim de aproximar a identidade visual da área 1 com a área 2, trazendo mais integração entre as duas áreas.

Com a forma definida foi adotado o mesmo princípio formal da cobertura utilizado na volumetria da área 2, a forma foi modelada com avanços laterais, contribuindo para o conforto térmico da edificação e dando início a modelagem final da cobertura.

O mesmo princípio para aproveitamento vertical utilizado na área 2 foi adotado na forma da área 1, se expandindo verticalmente em níveis. Essa solução garante maior aproveitamento da área e mais espaço para destinar os usos propostos para a área. Além disso, segue a mesma identidade visual e integração entre as edificações das duas áreas.

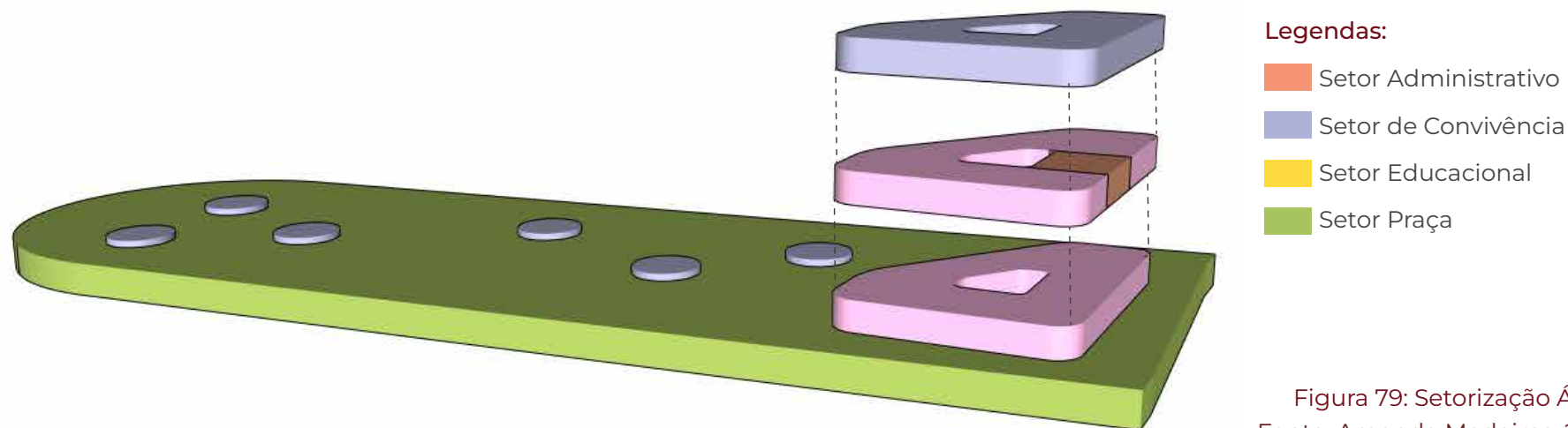
A base da cobertura é alongada para melhor compreensão visual da forma. As marquises são adotadas verticalmente e funcionam além de uma barreira solar, gerando possíveis espaços de contemplação nas extremidades do edifício, integrando o interior com o exterior.

Assim como feito na área 2, também foram realizada uma abertura na cobertura posicionada em ponto estratégico no volume da edificação, para maior aproveitamento da iluminação natural no interior do edifício.



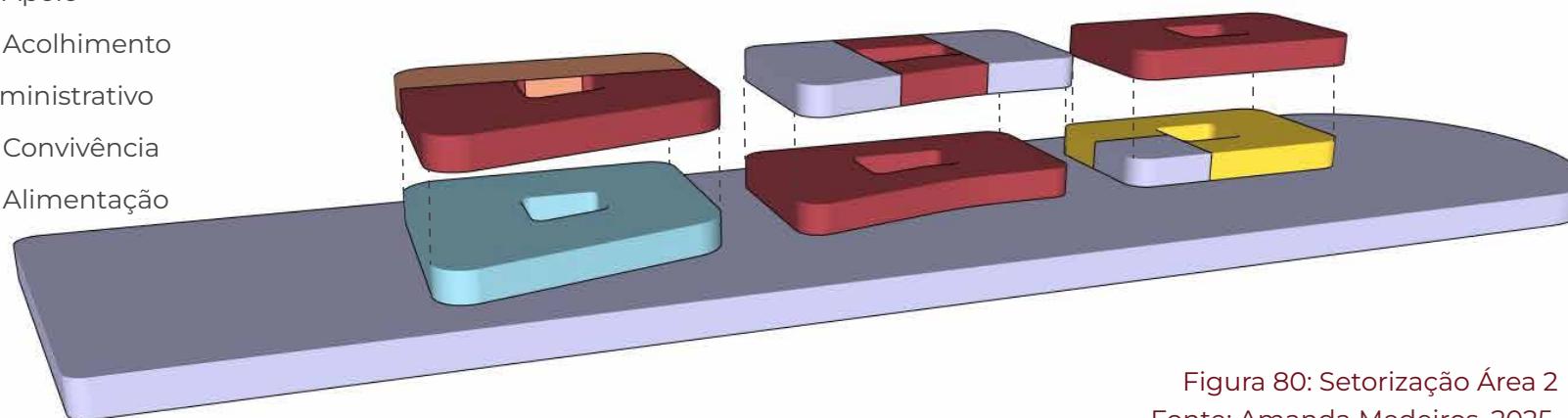
Figura 78: Processo de Evolução Formal da Área 1
Fonte: Amanda Medeiros, 2025.

5.3.3 Setorização



Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação



5.3.4 Sistemas Construtivos

Para atender às necessidades estruturais da edificação, será adotado um sistema misto composto por concreto armado e aço. O concreto será utilizado em estruturas de suporte como vigas e pilares, garantindo resistência às cargas estruturais. O aço será adotado em vãos maiores, permitindo maior fluidez espacial e aberturas amplas.

A alvenaria de vedação com blocos de alta densidade será aplicada em espaços de uso íntimo e de permanência prolongada (dormitórios, áreas de estudo e consultórios médicos), buscando atender critérios de isolamento acústico. Serão utilizados materiais com alto índice de redução sonora, com aplicação de materiais fibrosos (lã de rocha ou PET) para minimizar a transmissão de ruídos gerados pelas vias do entorno. Também serão adotados forros com tratamento acústico e esquadrias com vedação, garantindo privacidade e silêncio necessários para as atividades do edifício.

O edifício contará com brises metálicas e elementos de fachada que buscam contribuir para a integração com o paisagismo e o programa e atuar no controle da insolação. Na composição externa e interna, serão utilizados painéis metálicos com isolamento termoacústico (tipo sanduíche), reduzindo a carga térmica solar e ruídos. A madeira será utilizada em mobiliários e acabamentos internos, trazendo texturas que gerem sensação de acolhimento nos ambientes.

Para os caminhos e áreas verdes será adotado pisos intertravados de concreto natural, devido sua durabilidade e permeabilidade. Nos mobiliários urbanos será adotado o uso de aço, visando sua durabilidade, resistência e facilidade de manutenção.

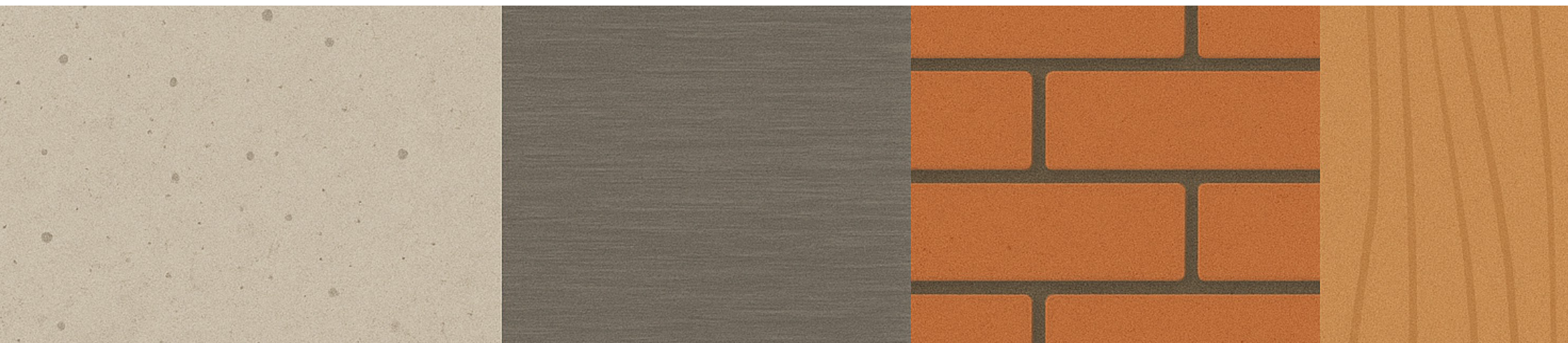


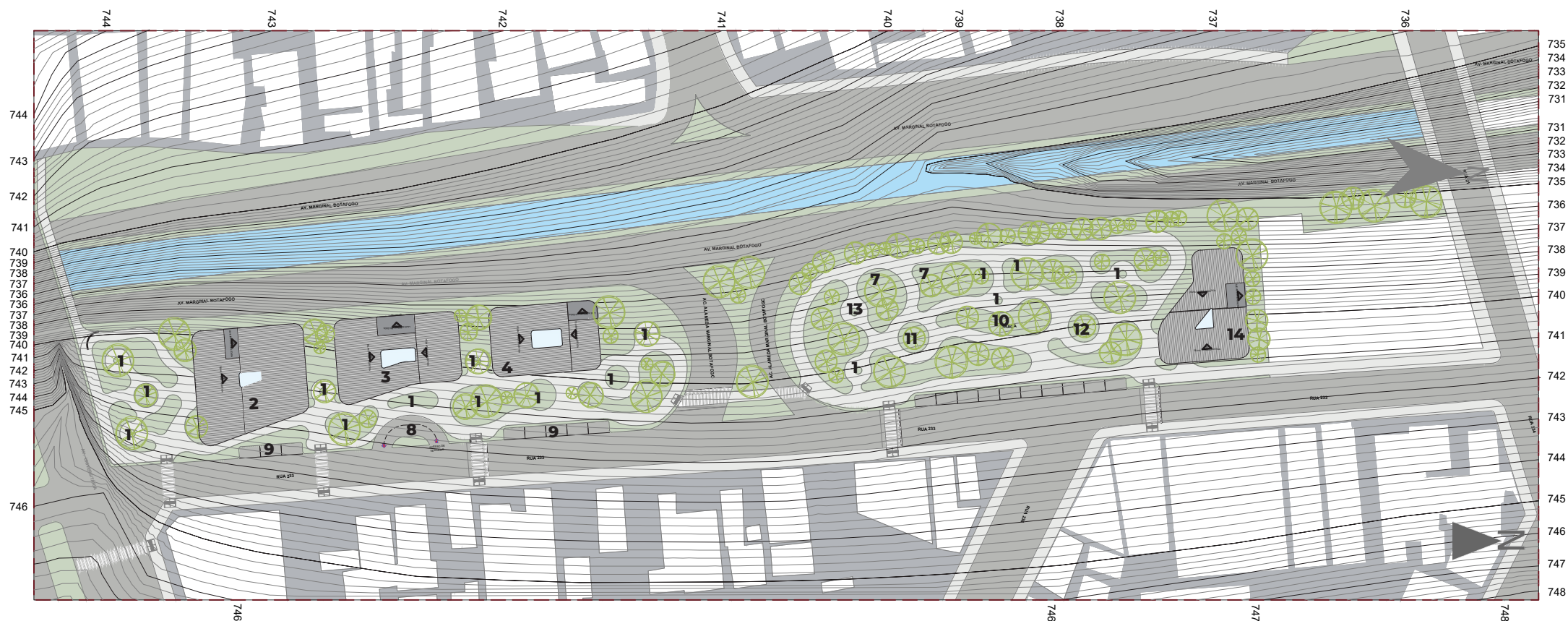
Figura 81: Texturas dos materiais utilizados no sistema construtivo (concreto, aço, alvenaria e madeira)

Fonte: Elaborada por Amanda Medeiros, 2025.

5.4 PROPOSTA PROJETUAL

O conceito acolher para ressignificar vem para orientar todo o projeto, buscando criar espaços que não apenas abrigam, mas também integram as pessoas em situação de rua. O partido busca traduzir esse gesto por meio de formas, percursos e ambientes que transmitem pertencimento e reconstrução. A implantação une o edifício proposta a praça existente, buscando conecta-los para reforçar a relação com a comunidade e ampliar a interação social. Os acessos são buscados ser organizados de maneira fluída e segura, facilitando a chegada dos usuários e a circulação entre as áreas. No aspecto formal o projeto nasce de uma forma rígida que envolveu, se tornando suave e se fragmenta em volumes conectados por pátios e áreas verdes. As curvas buscam reforçar a sensação de acolhimento. Ambas áreas seguem a mesma linguagem, garantindo unidade entre os volumes. Todo o projeto busca expressar acolhimento, ressignificação e integração, tornando o projeto um símbolo de cuidado e transformação.





Planta de Implantação | Esc 1:1400

Legendas:

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| 1 Área de Convivência | 8 Carga e Descarga |
| 2 Bloco A | 9 Estacionamento |
| 3 Bloco B | 10 Praça |
| 4 Bloco C | 11 Playground |
| 5 Pátio Central | 12 Academia |
| 6 Redário | 13 Área Pet |
| 7 Área de Contemplação | 14 Bloco D |

O projeto de implantação prioriza a acessibilidade dos usuários, buscando atender de forma inclusiva a todos, por meio de soluções que favoreçam a circulação de modo seguro e eficiente. Além disso, foi considerado às particularidades da área destinada ao Centro Acolher, respeitando parâmetros urbanísticos e diretrizes estabelecidas para a Área de Ocupação Sustentável (AOS), em conformidade com a legislação vigente. A implantação dos edifícios foi concebida de modo a se adaptar as condicionantes topográficas do terreno e necessidades do programa. A forma em planta das edificações adotam os mesmos princípios formais, assegurando conexão e integração entre as áreas ao conjunto.



AV. MARGINAL BOTAFOGO

AV. MARGINAL BOTAFOGO

AV. MARGINAL BOTAFOGO

AV. MARGINAL BOTAFOGO

AC. ALAMEDA MARGINAL BOTAFOGO

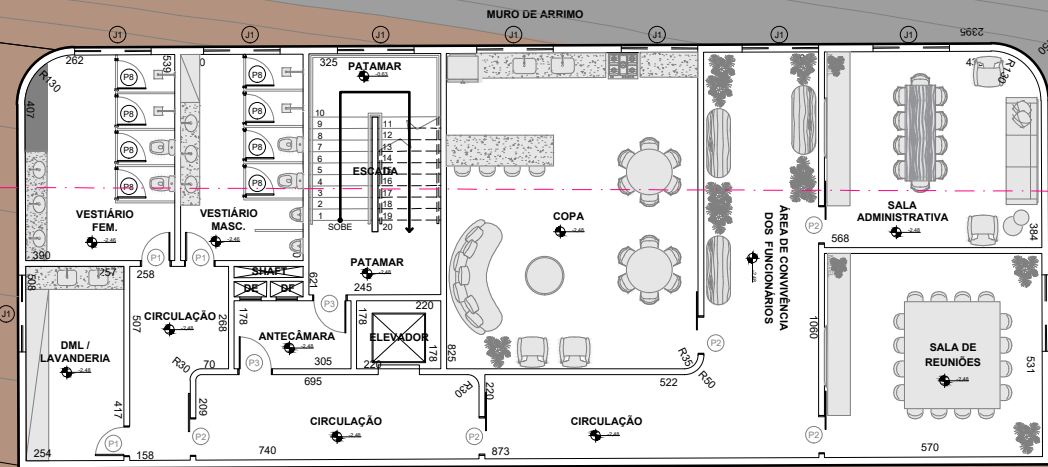
AC. ALAMEDA MARGINAL BOTAFOGO

RUA 233

RUA 233

Planta Área 2 | Esc 1:600

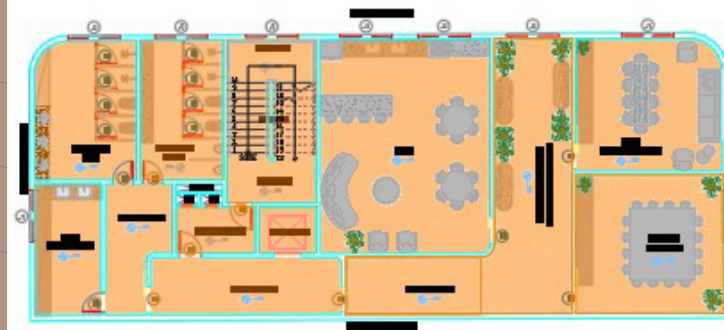
AV. MARGINAL BOTAFOGO

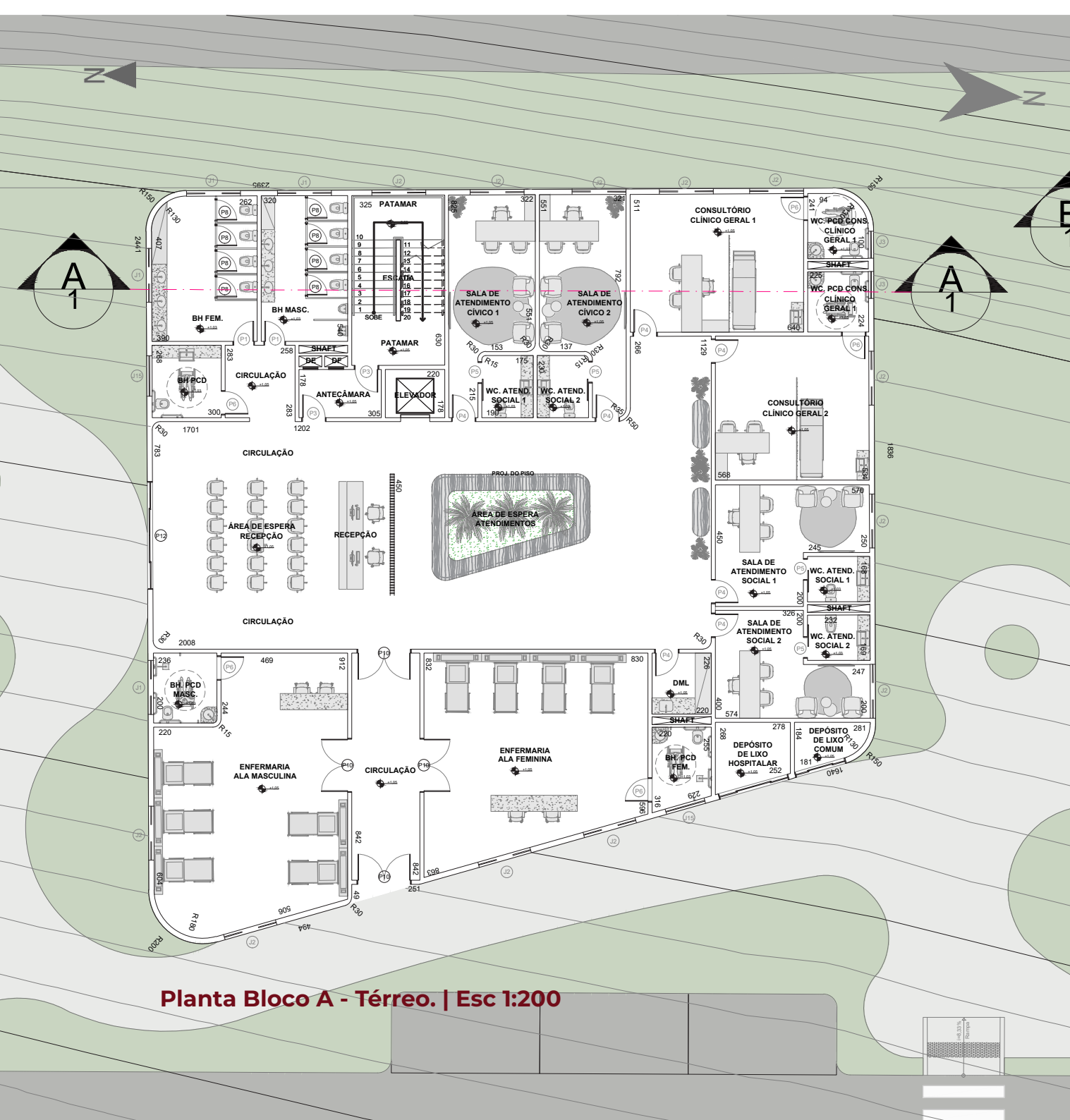


Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

Planta Bloco A - Subsolo | Esc 1:200



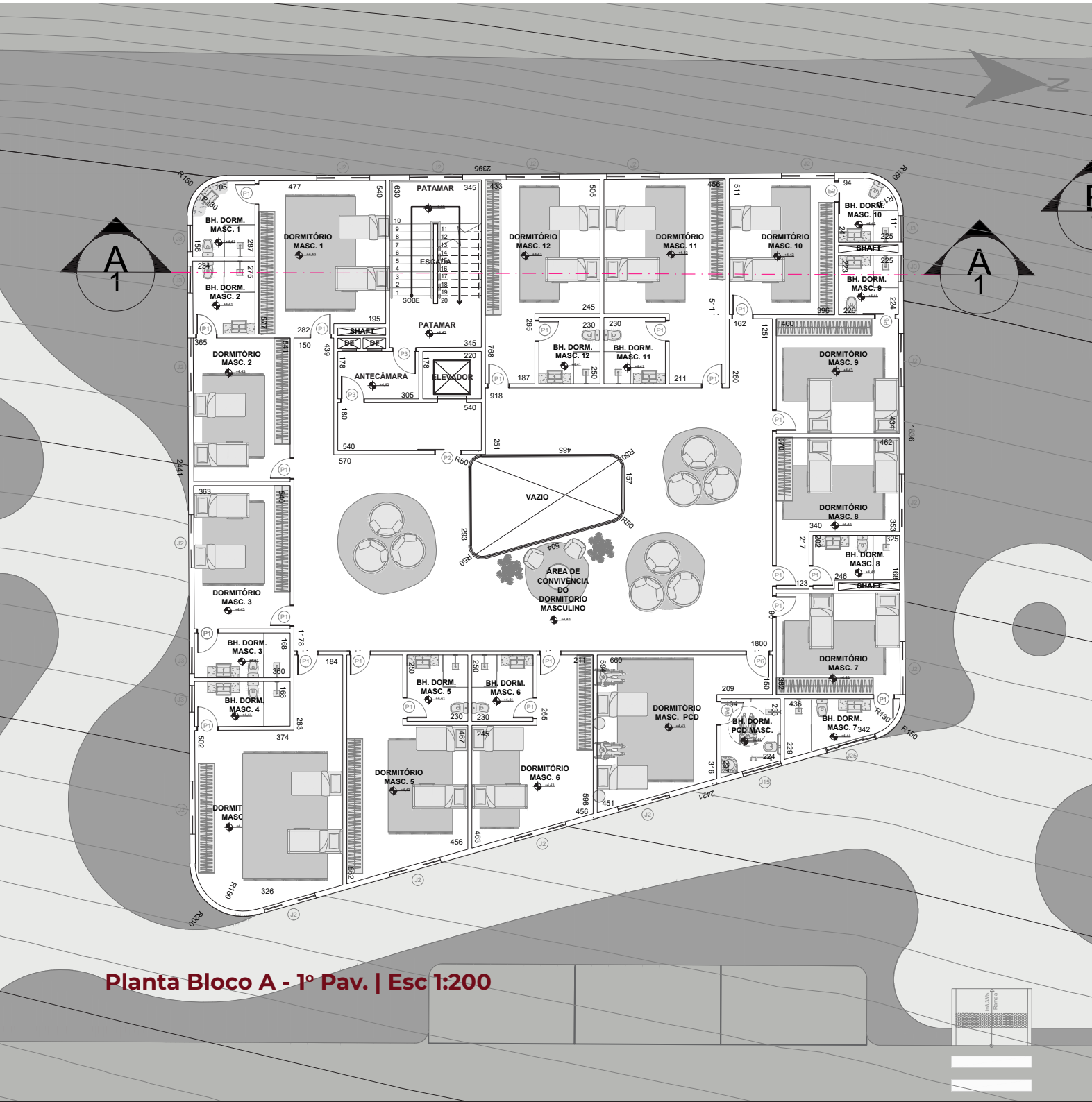


Planta Bloco A - Térreo. | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

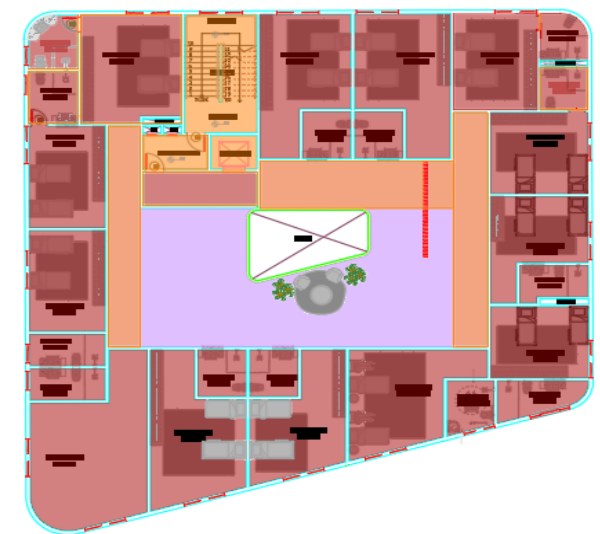


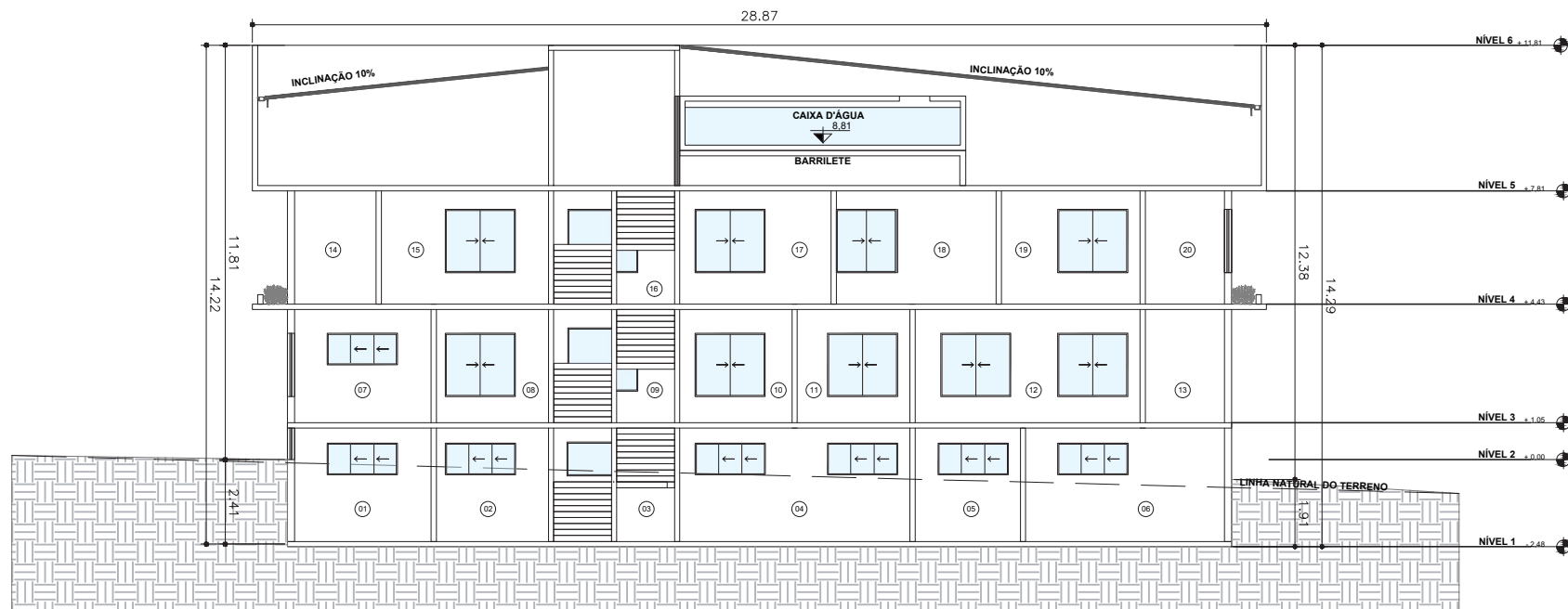


Planta Bloco A - 1º Pav. | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação





Corte A | Esc 1:200

Legendas:

- | | | |
|------------------------------------|---------------------------------|------------------------|
| 1 Vestiário fem. | 8 Bh masc. | 15 Dormitório Masc. 1 |
| 2 Vestiário masc. | 9 Escada | 16 Escada |
| 3 Escada | 10 Sala de atendimento cívico 1 | 17 Dormitório Masc. 12 |
| 4 Copa | 11 Sala de atendimento cívico 2 | 18 Dormitório Masc. 11 |
| 5 Área de convivência funcionários | 12 Consultório clínico geral 1 | 19 Dormitório Masc. 10 |
| 6 Sala administrativa | 13 Wc. PCD cons. Clínco geral 1 | 20 Bh dorm. Masc. 9 |
| 7 Bh fem. | 14 Bh dorm. Masc. 2 | |

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO A - SUBSOLO

Nome do ambiente	Área
Sala administrativa	28,66 m²
Sala de reunião	30,28 m²
Área de convivência dos funcionários	32,93 m²
Área de circulação total	38,93 m²
Copa	54,28 m²
Elevador	4,08 m²
Escada	21,73 m²
Antecâmara	5,44 m²
Vestiário masculino	17,28 m²
Vestiário feminino	20,65 m²
DML/lavanderia	12,98 m²

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO A - TÉRREO

Nome do ambiente	Área
Consultório geral 1	33,03 m²
WC - PCD cons. geral clínico 1	5,18 m²
Consultório geral 2	30,48 m²
WC - PCD cons. geral clínico 2	5,17 m²
Sala de atendimento social 1	20,93 m²
WC - atend. social 1	3,99 m²
Sala de atendimento social 2	18,09 m²
WC - atend. social 2	4,01 m²
Depósito de lixo comum	3,89 m²
Depósito de lixo hospitalar	6,35 m²
DML	5,1 m²
Enfermaria ala feminina	54,44 m²
BH - PCD fem.	6,37 m²
Área de circulação total	151,28 m²
Enfermaria ala masculina	64,9 m²
BH - PCD masc.	6,23 m²
Área de espera recepção	25,72 m²
Recepção	9,23 m²
BH - PCD	6,99 m²
BH - feminino	20,78 m²
BH - masculino	17,37 m²
Escada	21,73 m²
Elevador	4,08 m²
Antecâmara	5,44 m²
Sala de atendimento cívico 1	21,4 m²
WC - atendimento cívico 1	4,48 m²
Sala de atendimento cívico 2	21,87 m²
WC - atendimento cívico 2	4,48 m²
Área de espera atendimentos	26,07 m²

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO A - 1º PAVIMENTO

Nome do ambiente	Área
Dormitório masc. 12	26,77 m²
BH - dorm. masc. 12	5,75 m²
Dormitório masc. 11	28,68 m²
BH - dorm. masc. 11	5,75 m²
Dormitório masc. 10	20,41 m²
BH - dorm. masc. 10	5,04 m²
Dormitório masc. 9	29,8 m²
BH - dorm. masc. 9	5,04 m²
Dormitório masc. 8	18,99 m²
BH - dorm. masc. 8	5,74 m²
Dormitório masc. 7	17,77 m²
BH - dorm. masc. 7	12,85 m²
Dormitório masc. PCD	27 m²
BH - masc. PCD	5,93 m²
Área de convivência	91,19 m²
Área de circulação total	70,71 m²
Dormitório masc. 6	23,76 m²
BH - dorm. masc. 6	5,75 m²
Dormitório masc. 5	29,85 m²
BH - dorm. masc. 5	5,75 m²
Dormitório masc. 4	40,67 m²
BH - dorm. masc. 4	6,05 m²
Dormitório masc. 3	19,5 m²
BH - dorm. masc. 3	6,06 m²
Dormitório masc. 2	19,78 m²
BH - dorm. masc. 2	6,39 m²
Dormitório masc. 1	26,81 m²
BH - dorm. masc. 1	6,35 m²
Escada	21,73 m²
Elevador	4,08 m²
Antecâmara	5,44 m²

QUADRO DE PORTAS

BLOCO A

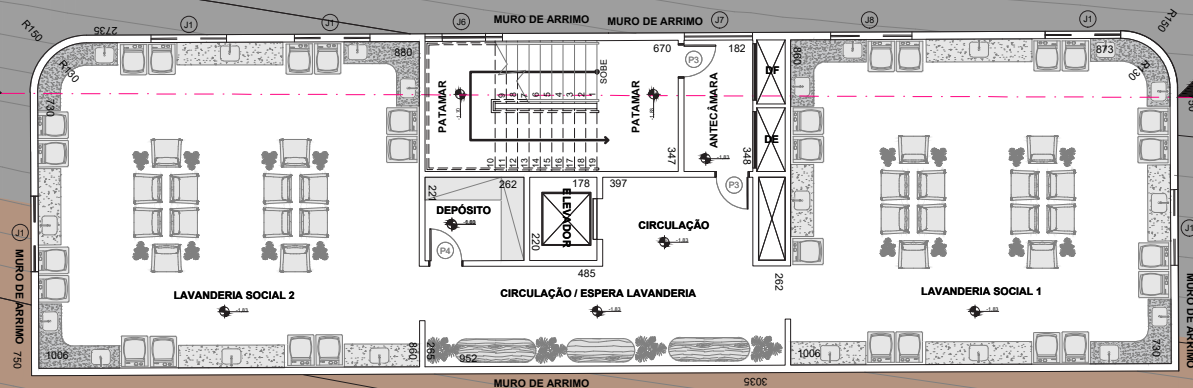
Código	Dimensão (A x L)
P1	2,10 x 0,80 m
P2	2,10 x 1,00 m
P3	2,10 x 0,90 m
P4	2,10 x 0,90 m
P5	2,10 x 0,80 m
P6	2,10 x 0,90 m
P7	2,10 x 2,00 m
P8	1,80 x 0,80 m
P9	2,10 x 1,00 m
P10	2,10 x 1,20 m
P11	2,10 x 0,80 m
P12	2,10 x 4,00 m
P13	1,80 x 0,70 m
P14	2,10 x 1,50 m
P15	2,10 x 1,00 m
P16	2,10 x 2,00 m
P17	2,40 x 1,00 m

QUADRO DE JANELAS

BLOCO A

Código	Dimensão (A x L)
J1	3,00 x 1,00 m
J2	2,00 x 2,00 m
J3	1,00 x 0,90 m
J4	1,50 x 1,80 m
J5	1,95 x 1,80 m
J6	1,60 x 0,90 m
J7	1,80 x 0,90 m
J8	2,15 x 0,90 m
J9	1,60 x 1,80 m
J10	1,80 x 1,80 m
J11	2,464 x 0,90 m
J12	2,60 x 0,90 m
J13	4,00 x 1,80 m
J14	1,796 x 0,90 m
J15	1,50 x 0,90 m
J16	4,00 x 0,90 m
J17	1,70 x 0,90 m
J18	1,70 x 1,80 m
J19	1,65 x 0,90 m
J20	3,50 x 0,90 m
J21	3,00 x 1,80 m
J22	3,50 x 1,80 m
J23	1,65 x 1,80 m
J24	3,00 x 0,90 m
J25	1,95 x 0,90 m

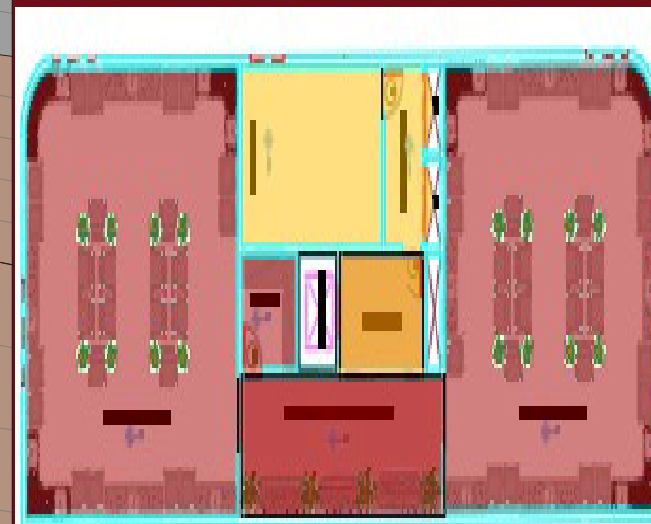
AV. MARGINAL BOTAFOGO

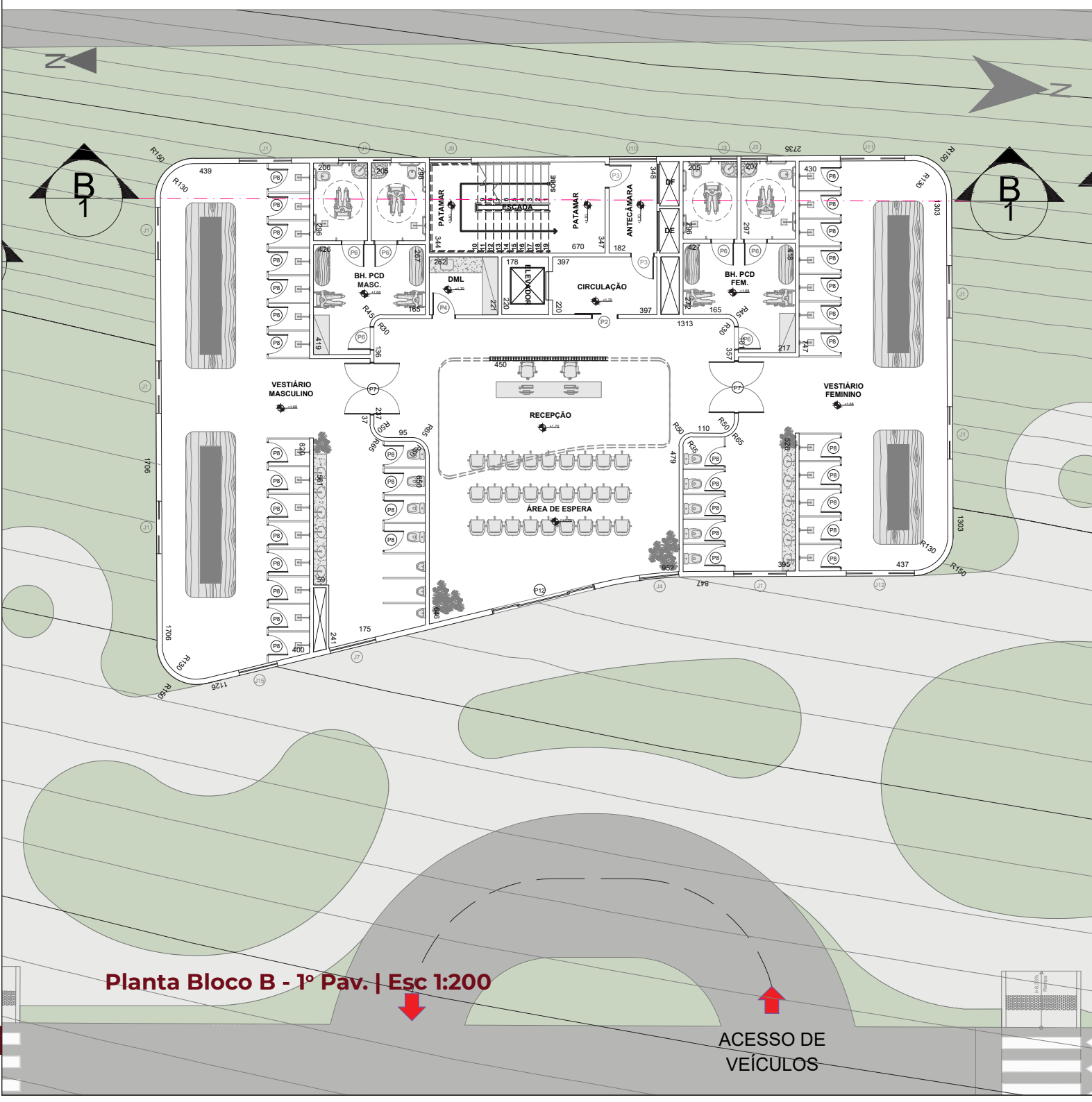


Planta Bloco B - Subsolo | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

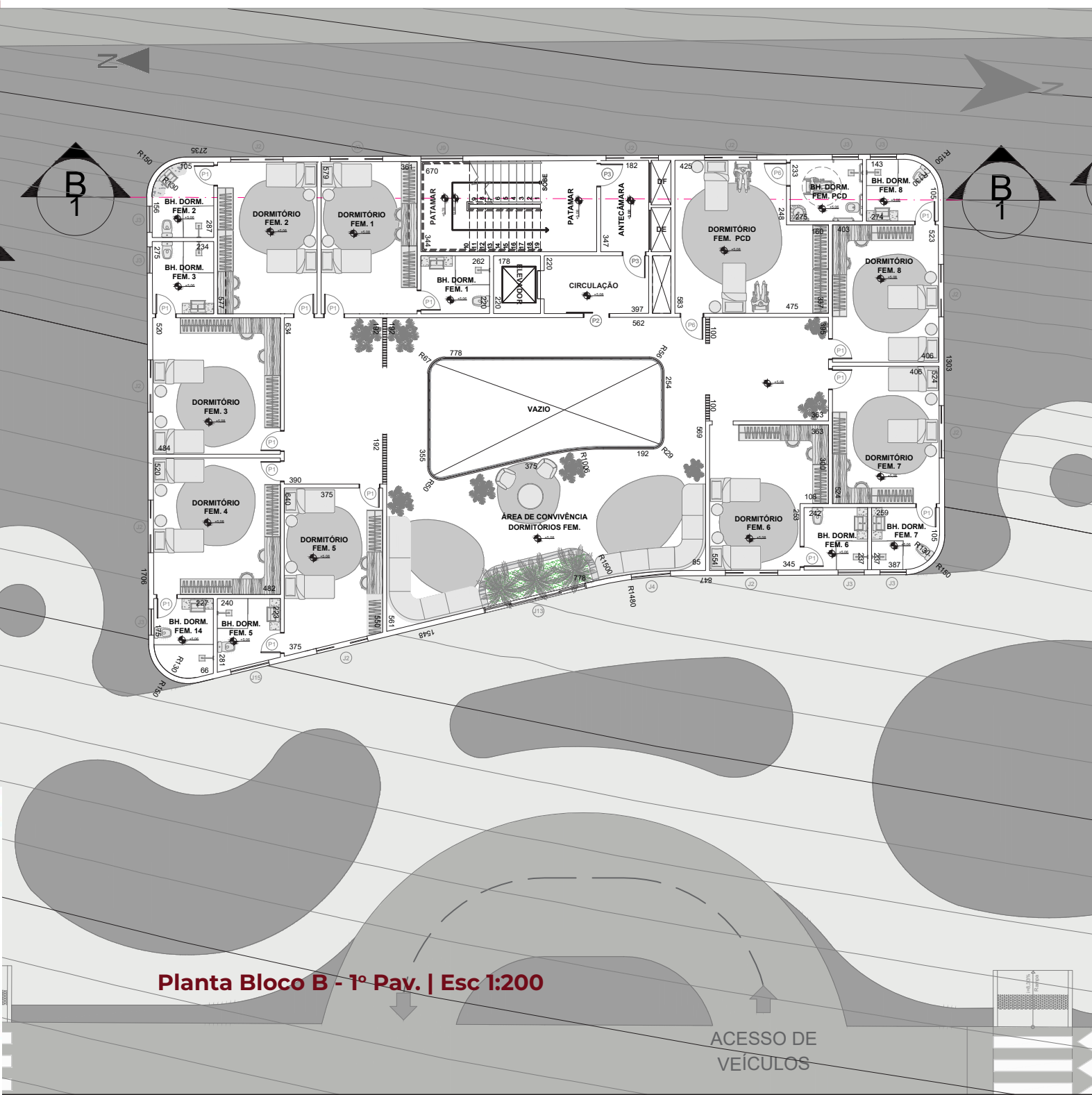




Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

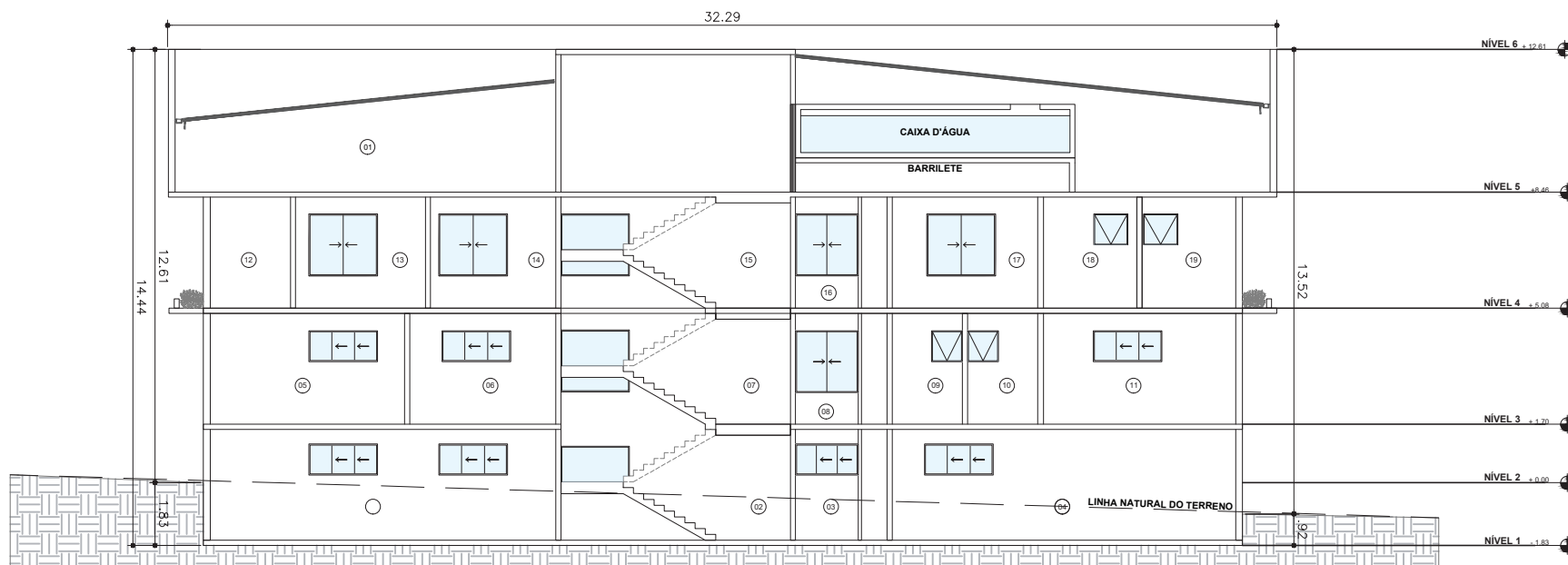




Legendas:

- Sector de Apoio
- Sector de Acolhimento
- Sector Administrativo
- Sector de Convivência
- Sector de Alimentação





Corte B | Esc 1:200

Legendas:

- | | | |
|------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1 Lavanderia social 2 | 8 Antecâmara | 15 Escada |
| 2 Escada | 9 Bh PCD Fem. | 16 Antecâmara |
| 3 Antecâmara | 10 Bh PCD Fem. | 17 Dormitório Fem. PCD |
| 4 Lavanderia social 1 | 11 Vestuário Fem. | 18 Bh dorm. Fem PCD |
| 5 Vestuário Masculino | 12 Bh dorm. Fem. 2 | 19 Bh dorm. Fem 3 |
| 6 Bh PCD Masc. | 13 Dormitório Fem. 2 | |
| 7 Escada | 14 Dormitório Fem. 1 | |

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO B - SUBSOLO

Nome do ambiente	Área
Lavanderia social 1	86,05 m²
Circulação/espera lavanderia	25,77 m²
Área de circulação total	9,31 m²
Escada	23,17 m²
Antecâmara	7,53 m²
Elevador	3,92 m²
Depósito	5,9 m²
Lavanderia social 2	86,36 m²

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO B - TÉRREO

Nome do ambiente	Área
Vestiário feminino	116,33 m²
BH - PCD fem.	27,34 m²
Recepção	14,47 m²
Área de espera	33,21 m²
Área de circulação total	80,68 m²
Escada	23,17 m²
Elevador	3,92 m²
Antecâmara	7,53 m²
DML	5,9 m²
Vestiário masculino	146,07 m²
BH - PCD masc.	26,92 m²

QUADRO DE ÁREAS

BLOCO B - 1º PAVIMENTO

Nome do ambiente	Área
Dormitório feminino PCD	30,47 m²
BH - dorm. fem. PCD	6,46 m²
Dormitório feminino 8	21,09 m²
BH - dorm. fem. 8	6,16 m²
Dormitório fem. 7	21,25 m²
BH - dorm. fem. 7	5,87 m²
Dormitório fem. 6	22,44 m²
BH - dorm. fem. 6	5,75 m²
Área de circulação total	82,6 m²
Elevador	3,92 m²
Escada	23,17 m²
Antecâmara	7,53 m²
Área de convivência dormitórios fem.	63,2 m²
Dormitório fem. 1	21,18 m²
BH - dorm. fem. 1	5,76 m²
Dormitório fem. 2	21,86 m²
BH - dorm. fem. 2	6,47 m²
Dormitório fem. 3	25,19 m²
BH - dorm. fem. 3	6,41 m²
Dormitório fem. 4	25,07 m²
BH - dorm. fem. 4	6,57 m²
Dormitório fem. 5	22,32 m²
BH - dorm. fem. 5	6,17 m²
Vazio	35,51 m²

QUADRO DE PORTAS

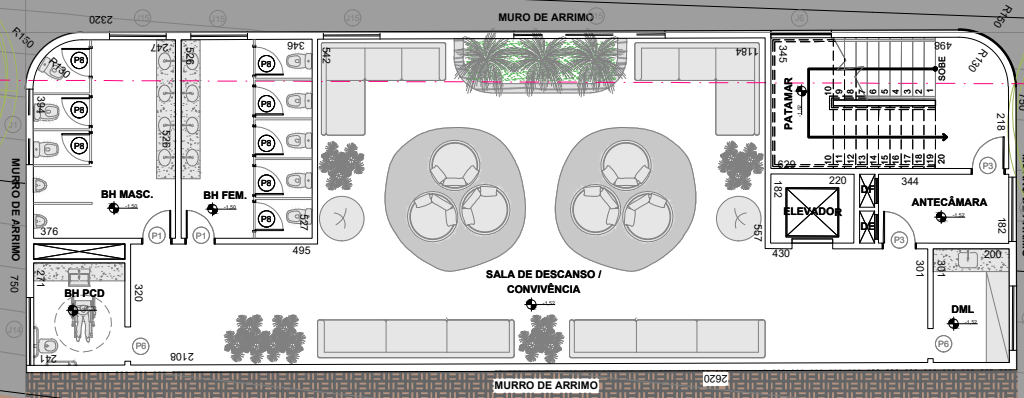
BLOCO A

Código	Dimensão (A x L)
P1	2,10 x 0,80 m
P2	2,10 x 1,00 m
P3	2,10 x 0,90 m
P4	2,10 x 0,90 m
P5	2,10 x 0,80 m
P6	2,10 x 0,90 m
P7	2,10 x 2,00 m
P8	1,80 x 0,80 m
P9	2,10 x 1,00 m
P10	2,10 x 1,20 m
P11	2,10 x 0,80 m
P12	2,10 x 4,00 m
P13	1,80 x 0,70 m
P14	2,10 x 1,50 m
P15	2,10 x 1,00 m
P16	2,10 x 2,00 m
P17	2,40 x 1,00 m

QUADRO DE JANELAS

BLOCO A

Código	Dimensão (A x L)
J1	3,00 x 1,00 m
J2	2,00 x 2,00 m
J3	1,00 x 0,90 m
J4	1,50 x 1,80 m
J5	1,95 x 1,80 m
J6	1,60 x 0,90 m
J7	1,80 x 0,90 m
J8	2,15 x 0,90 m
J9	1,60 x 1,80 m
J10	1,80 x 1,80 m
J11	2,464 x 0,90 m
J12	2,60 x 0,90 m
J13	4,00 x 1,80 m
J14	1,796 x 0,90 m
J15	1,50 x 0,90 m
J16	4,00 x 0,90 m
J17	1,70 x 0,90 m
J18	1,70 x 1,80 m
J19	1,65 x 0,90 m
J20	3,50 x 0,90 m
J21	3,00 x 1,80 m
J22	3,50 x 1,80 m
J23	1,65 x 1,80 m
J24	3,00 x 0,90 m
J25	1,95 x 0,90 m

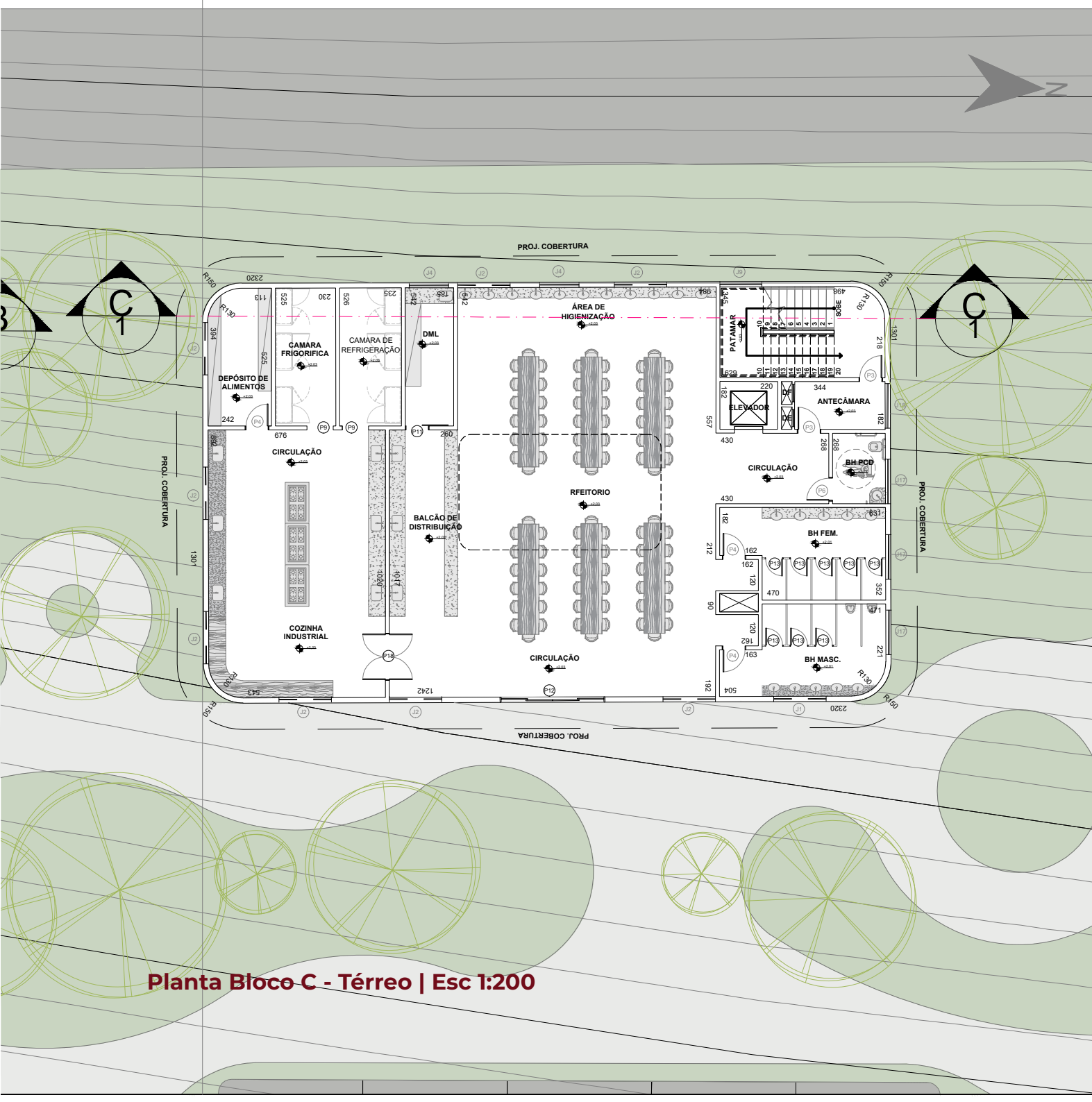


Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

Planta Bloco C - subsolo | Esc 1:200

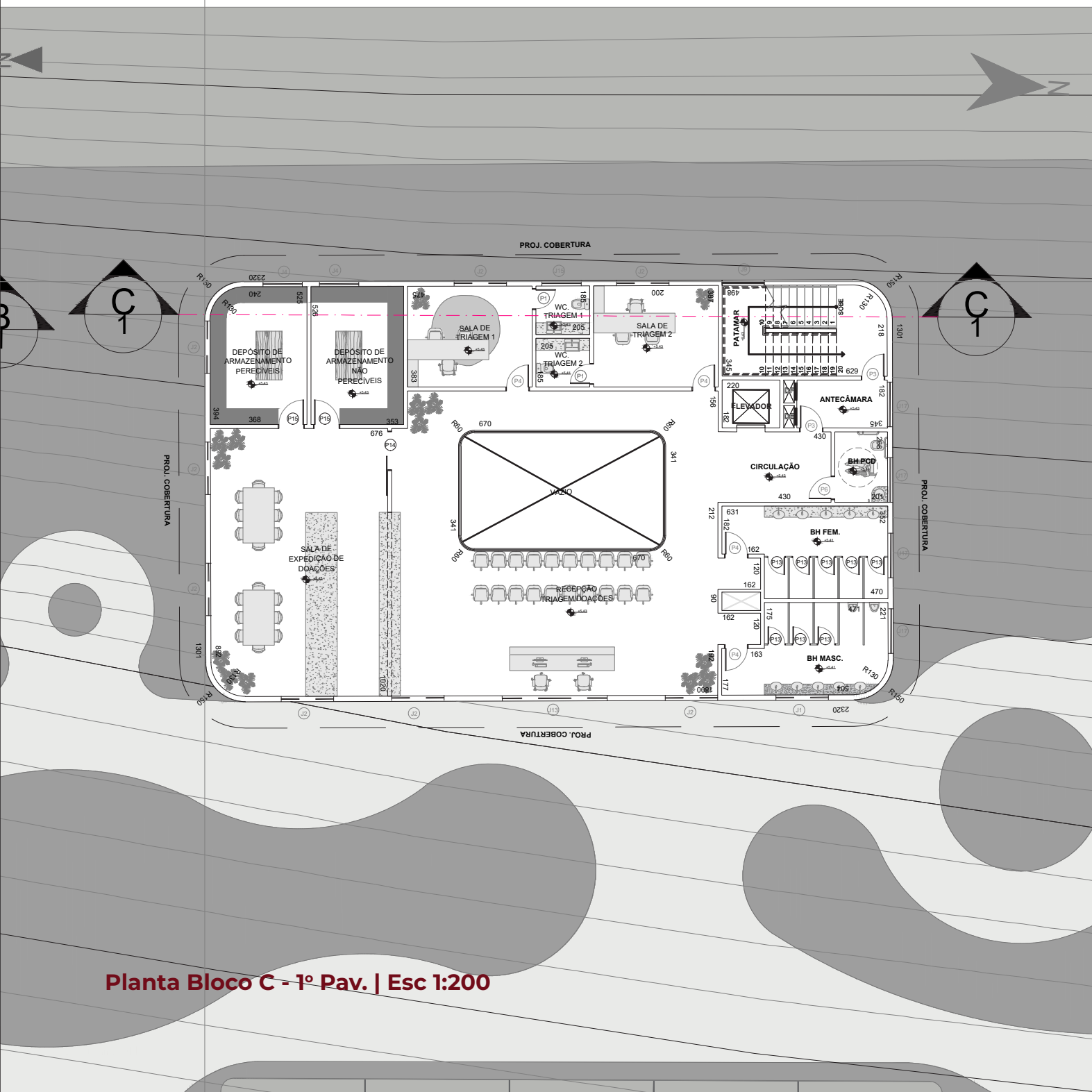




Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

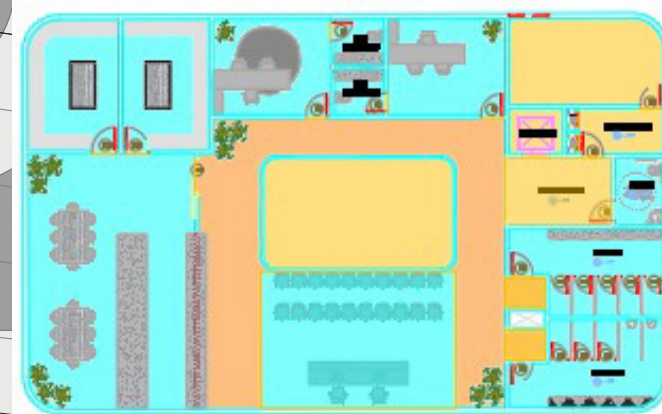


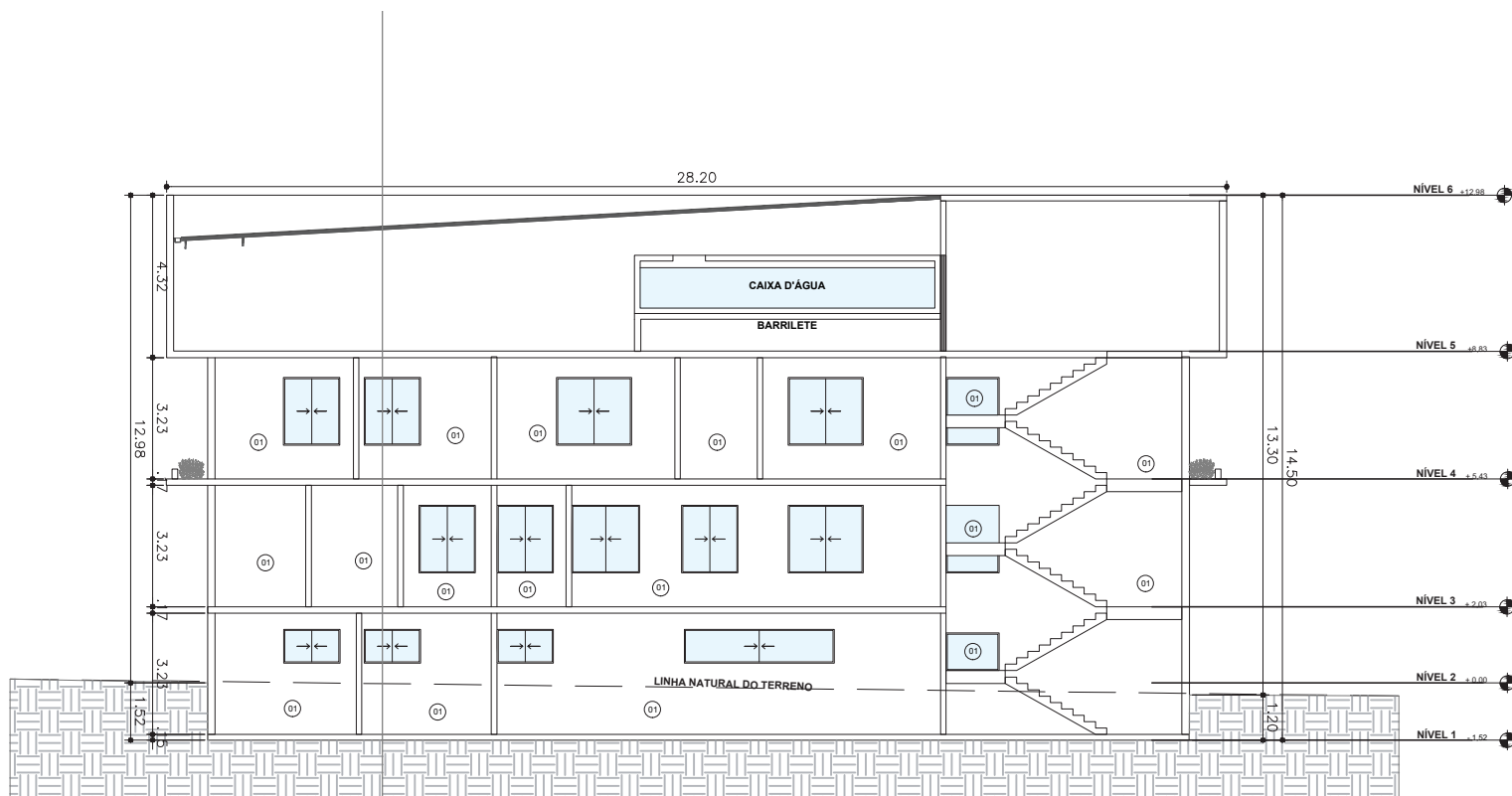


Planta Bloco C - 1º Pav. | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação





Corte C | Esc 1:200

Legendas:

- | | | |
|---------------------------------------|--|-----------------------------|
| 1 Bh Masc. | 8 DML | 15 Sala de Triagem 2 |
| 2 Bh Fem. | 9 Área de higienização | 16 Escada |
| 3 Sala de descanso/convivência | 10 Escada | |
| 4 Escada | 11 Deposito de armazenamento perecíveis | |
| 5 Depósito de alimentos | 12 Deposito de armazenamento não perecíveis | |
| 6 Câmara friorífica | 13 Sala de triagem 1 | |
| 7 Câmara de refrigeração | 14 Wc. Triagem 1 | |

BLOCO C**QUADRO DE ÁREAS****BLOCO C - SUBSOLO**

Nome do ambiente	Área
Escada	21,54 m²
Elevador	4,17 m²
Antecâmara	6,41 m²
DML	6,14 m²
Sala de descanso/convivência	130,54 m²
BH - feminino	18,18 m²
BH - masculino	19,52 m²
BH - PCD	6,62 m²

QUADRO DE ÁREAS**BLOCO C - TÉRREO**

Nome do ambiente	Área
Escada	21,54 m²
Elevador	4,17 m²
Antecâmara	6,41 m²
BH - PCD	5,5 m²
Área de circulação total	23,43 m²
BH - feminino	19,65 m²
BH - masculino	19,2 m²
Refeitório	153,96 m²
DML	9,85 m²
Balcão de distribuição de refeições	18,44 m²
Cozinha industrial	68,46 m²
Depósito de alimentos	12,48 m²
Câmara frigorífica	12,23 m²
Câmara de refrigeração	12,51 m²

QUADRO DE ÁREAS**BLOCO C - 1º PAVIMENTO**

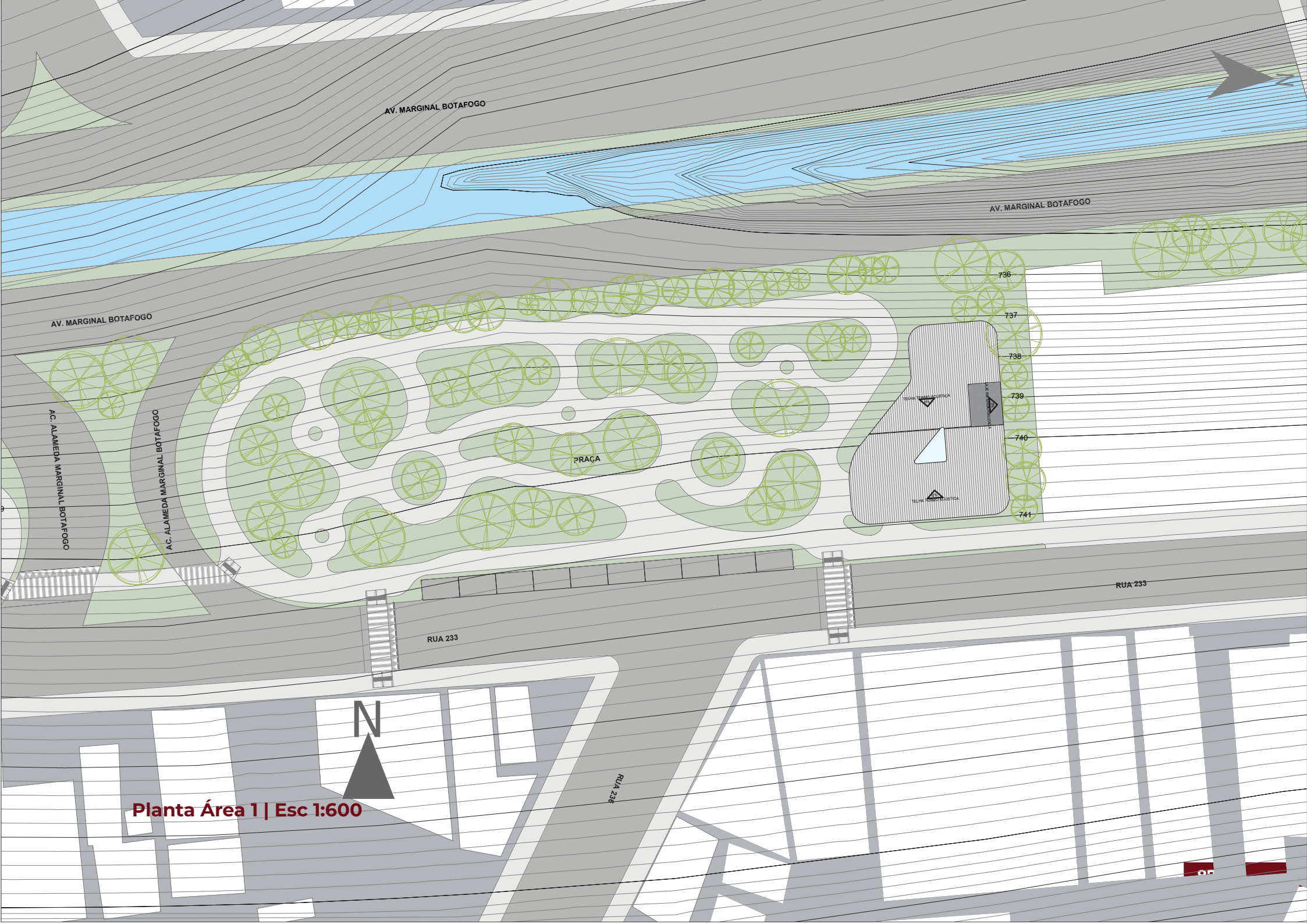
Nome do ambiente	Área
Escada	21,54 m²
Antecâmara	6,41 m²
Elevador	4,17 m²
Área de circulação total	24,66 m²
BH - PCD	5,5 m²
BH - feminino	19,65 m²
BH - masculino	19,2 m²
Recepção triagem/doações	43,43 m²
Sala de triagem 1	18,44 m²
WC - triagem 1	3,91 m²
Sala de triagem 2	18,35 m²
WC - triagem 2	3,91 m²
Sala de expedição de doações	68,46 m²
Depósito de armazenamento de perecíveis	19,15 m²
Depósito de armazenamento de não perecíveis	18,71 m²

QUADRO DE PORTAS**BLOCO A**

Código	Dimensão (A x L)
P1	2,10 x 0,80 m
P2	2,10 x 1,00 m
P3	2,10 x 0,90 m
P4	2,10 x 0,90 m
P5	2,10 x 0,80 m
P6	2,10 x 0,90 m
P7	2,10 x 2,00 m
P8	1,80 x 0,80 m
P9	2,10 x 1,00 m
P10	2,10 x 1,20 m
P11	2,10 x 0,80 m
P12	2,10 x 4,00 m
P13	1,80 x 0,70 m
P14	2,10 x 1,50 m
P15	2,10 x 1,00 m
P16	2,10 x 2,00 m
P17	2,40 x 1,00 m

QUADRO DE JANELAS**BLOCO A**

Código	Dimensão (A x L)
J1	3,00 x 1,00 m
J2	2,00 x 2,00 m
J3	1,00 x 0,90 m
J4	1,50 x 1,80 m
J5	1,95 x 1,80 m
J6	1,60 x 0,90 m
J7	1,80 x 0,90 m
J8	2,15 x 0,90 m
J9	1,60 x 1,80 m
J10	1,80 x 1,80 m
J11	2,464 x 0,90 m
J12	2,60 x 0,90 m
J13	4,00 x 1,80 m
J14	1,796 x 0,90 m
J15	1,50 x 0,90 m
J16	4,00 x 0,90 m
J17	1,70 x 0,90 m
J18	1,70 x 1,80 m
J19	1,65 x 0,90 m
J20	3,50 x 0,90 m
J21	3,00 x 1,80 m
J22	3,50 x 1,80 m
J23	1,65 x 1,80 m
J24	3,00 x 0,90 m
J25	1,95 x 0,90 m



AV. MARGINAL BOTAFOGO

AV. MARGINAL BOTAFOGO

AV. MARGINAL BOTAFOGO

AC. ALAMEDA MARGINAL BOTAFOGO

AC. ALAMEDA MARGINAL BOTAFOGO

PRAÇA

TRAMPA DE ÁGUA

TRAMPA DE ÁGUA

RUA 233

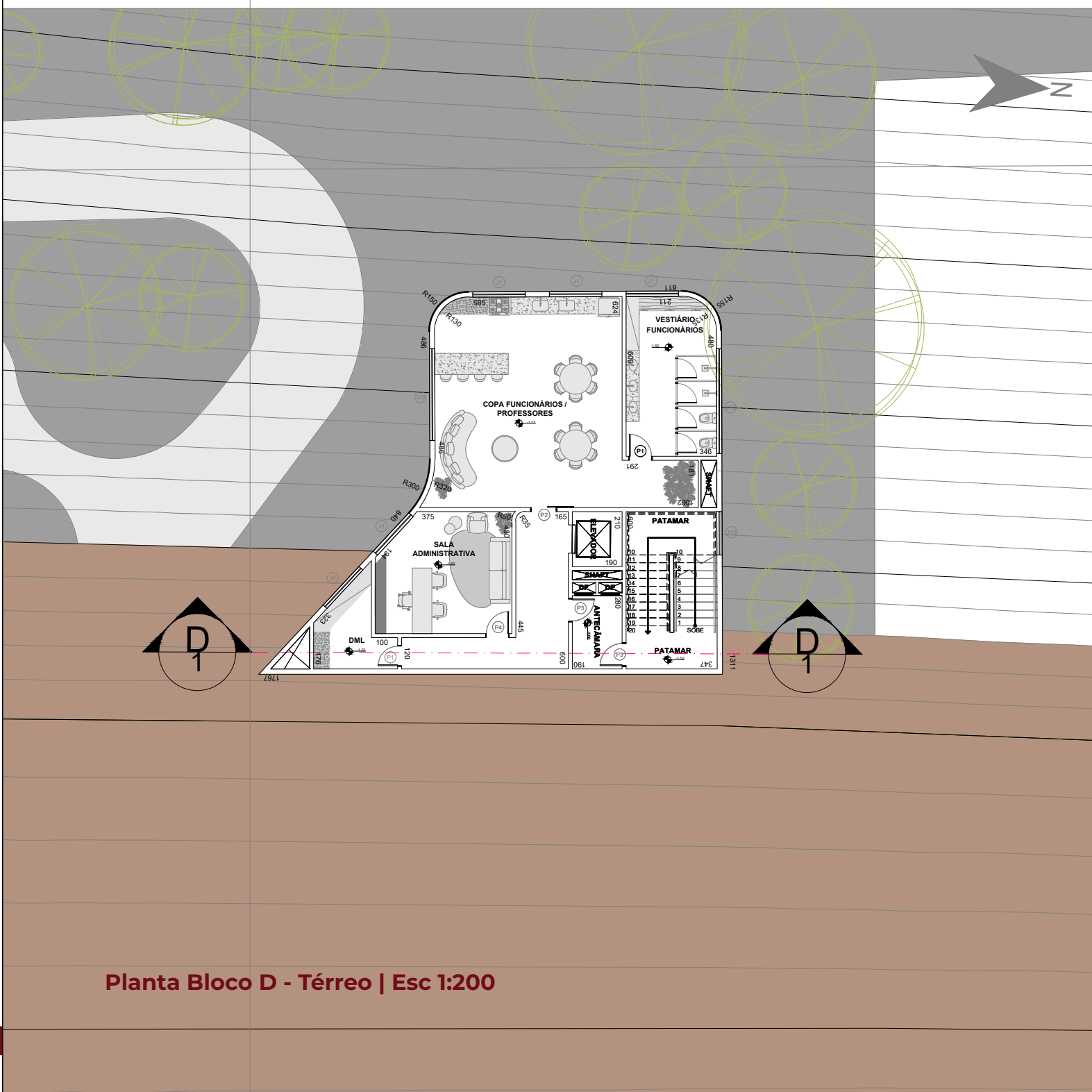
RUA 233

RUA 238

N

Planta Área 1 | Esc 1:600

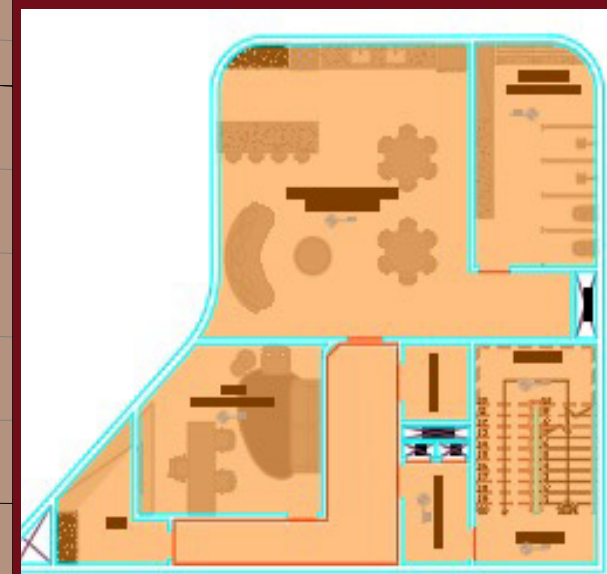
85

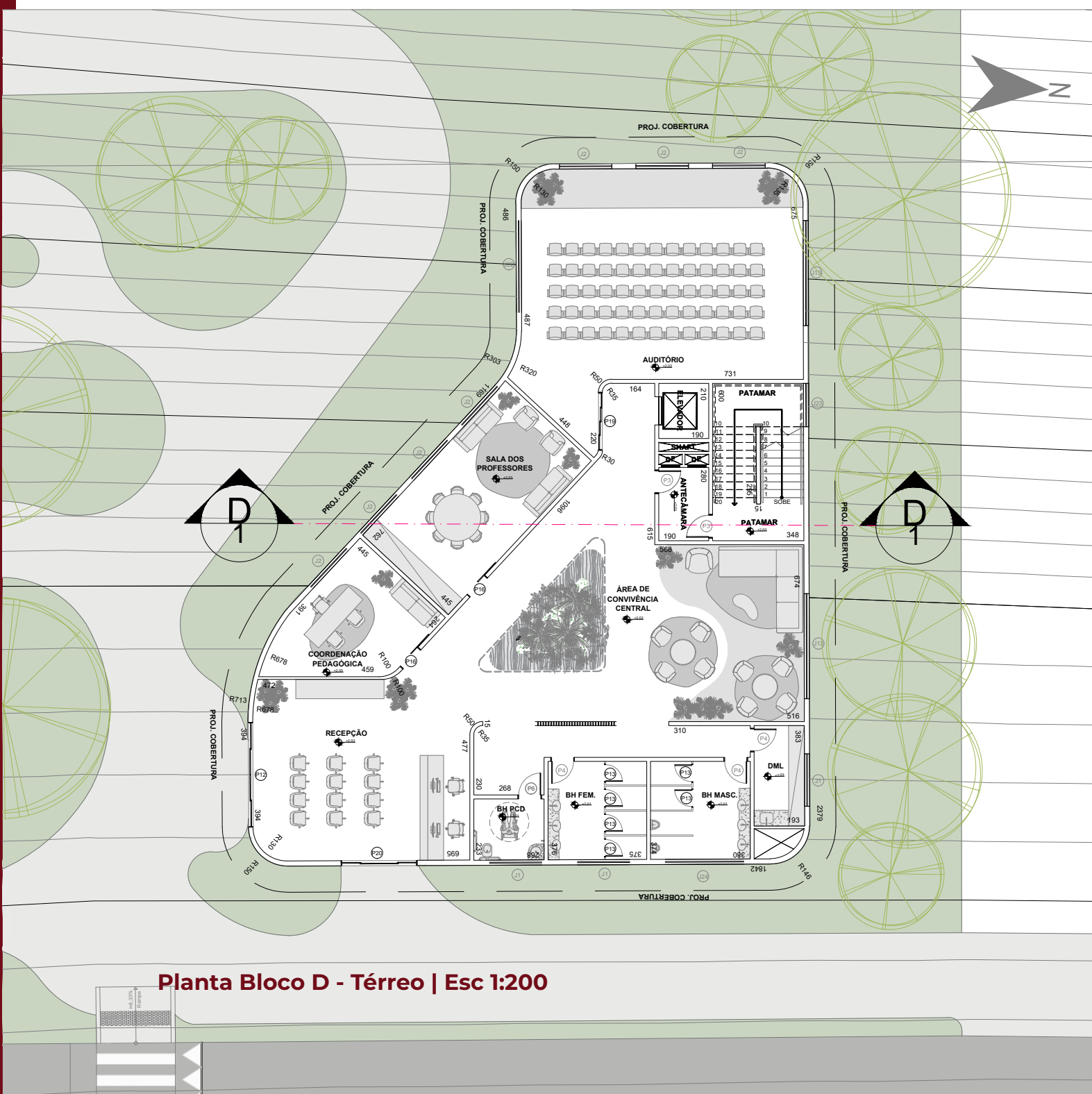


Planta Bloco D - Térreo | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

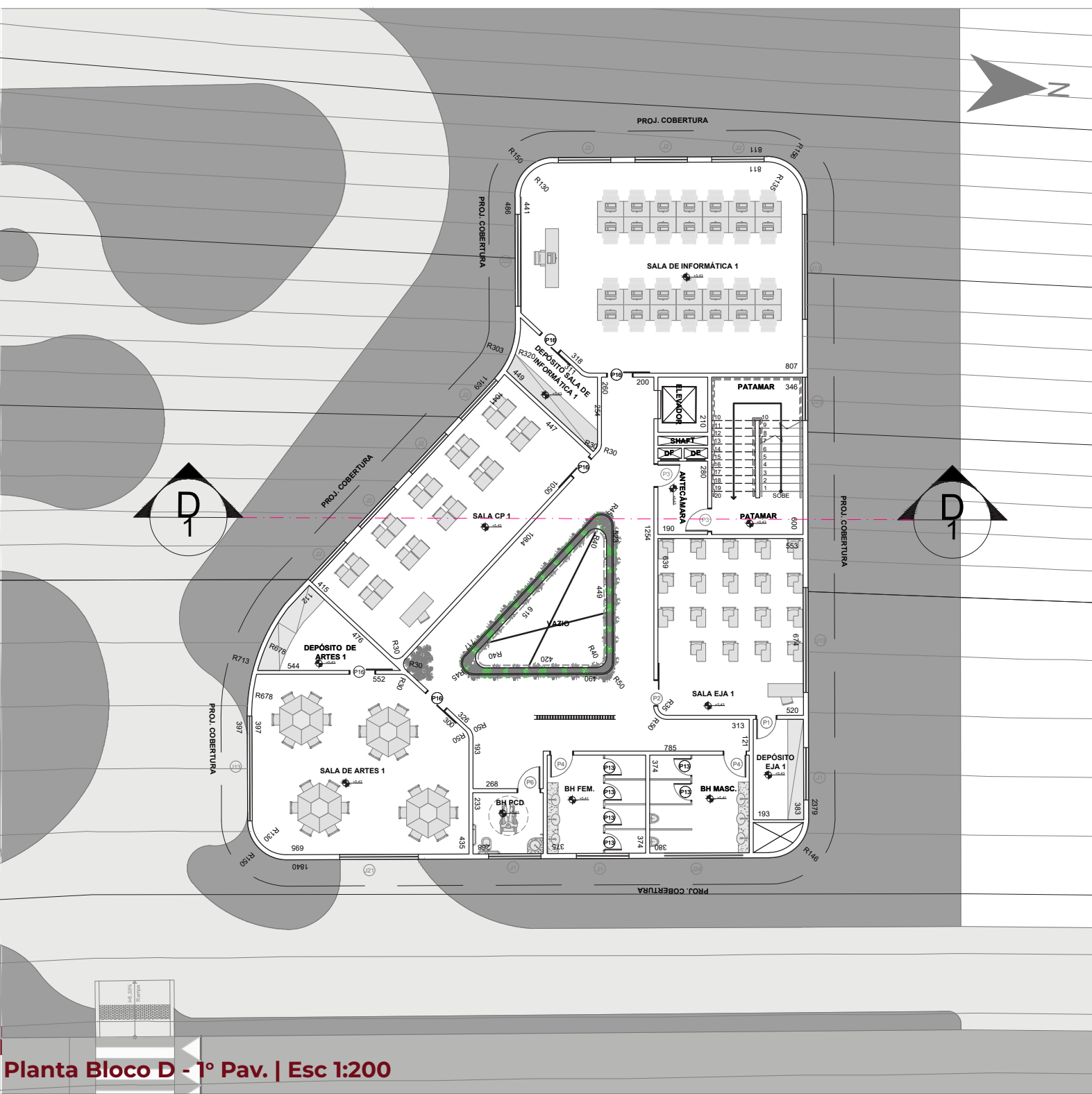




Legendas:

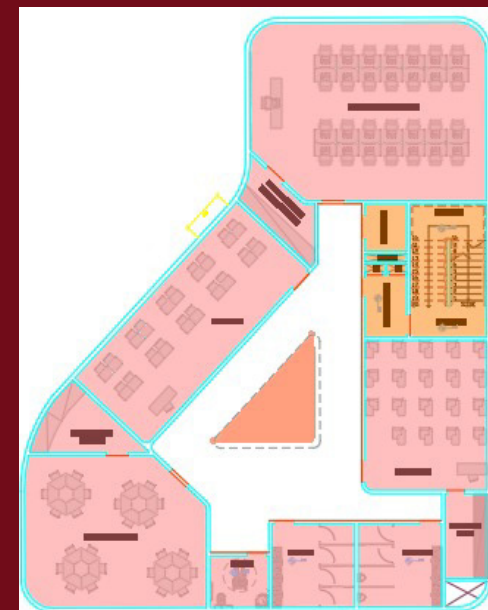
- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

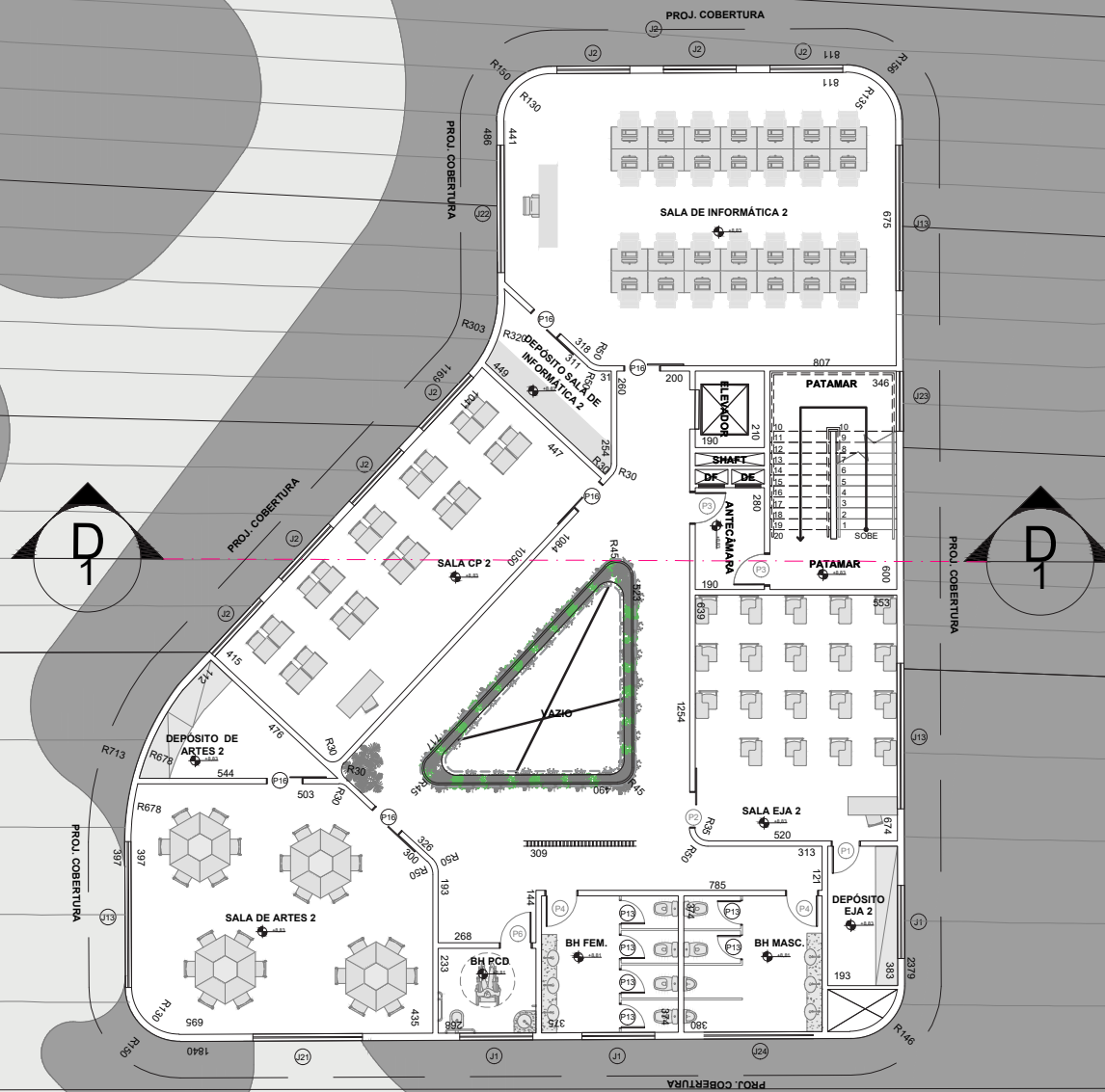




Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação

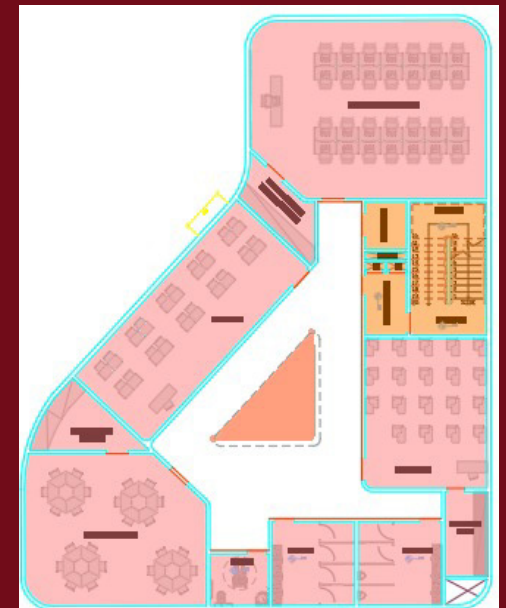


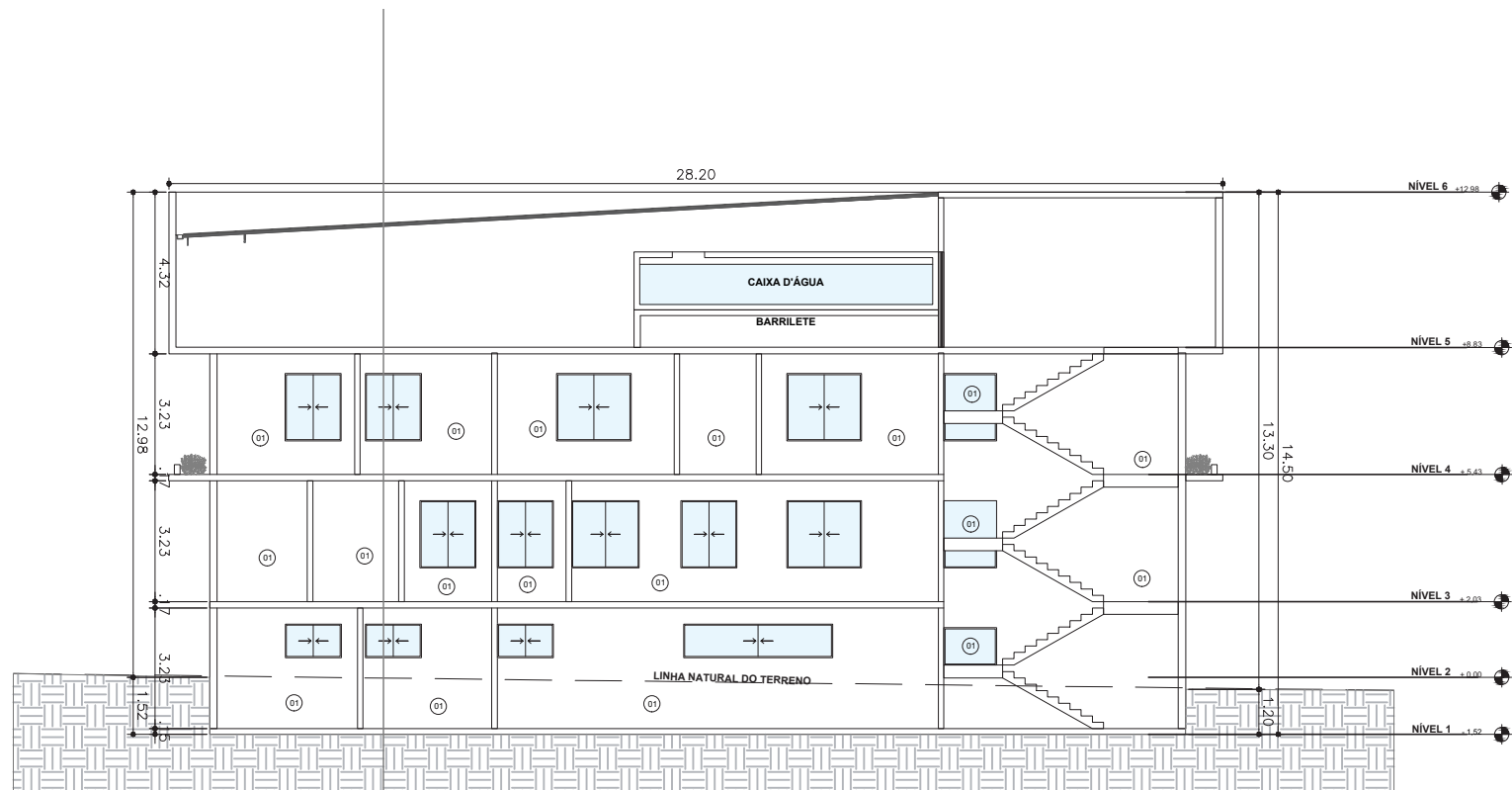


Planta Bloco C - 2º Pav. | Esc 1:200

Legendas:

- Setor de Apoio
- Setor de Acolhimento
- Setor Administrativo
- Setor de Convivência
- Setor de Alimentação





Corte C | Esc 1:200

Legendas:

- | | | |
|--------------------------------|---|----------------------|
| 1 Bh Masc. | 8 DML | 15 Sala de Triagem 2 |
| 2 Bh Fem. | 9 Área de higienização | 16 Escada |
| 3 Sala de descanso/convivência | 10 Escada | |
| 4 Escada | 11 Deposito de armazenamento perecíveis | |
| 5 Depósito de alimentos | 12 Deposito de armazenamento não perecíveis | |
| 6 Câmara friorífica | 13 Sala de triagem 1 | |
| 7 Câmara de refrigeração | 14 Wc. Triagem 1 | |

QUADRO DE ÁREAS
BLOCO D - SUBSOLO

Nome do ambiente	Área
Copa funcionários/professores	62,52 m²
Vestiário funcionários	20,78 m²
Escada	20,78 m²
Elevador	4,15 m²
Antecâmara	5,58 m²
Área de circulação	17,13 m²
Sala administrativa	22,91 m²
DML	7,77 m²
Vazio	14,16 m²

QUADRO DE ÁREAS
BLOCO D - TÉRREO

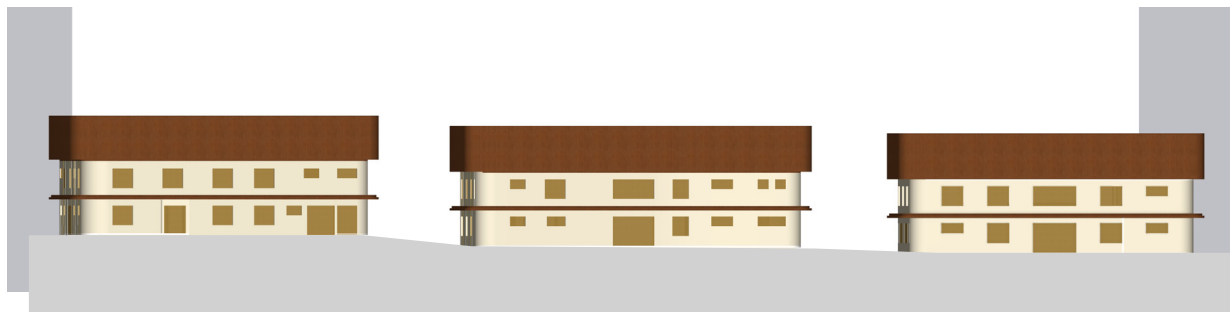
Nome do ambiente	Área
Auditório	91,47 m²
Escada	20,78 m²
Elevador	4,15 m²
Antecâmara	5,58 m²
Área de circulação	23,6 m²
Área de convivência central	101,71 m²
Sala de professores	35,8 m²
Coordenação pedagógica	21,99 m²
Recepção	54,26 m²
BH - PCD	6,37 m²
BH - feminino	14,21 m²
BH - masculino	14,3 m²
DML	7,48 m²

QUADRO DE PORTAS
BLOCO A

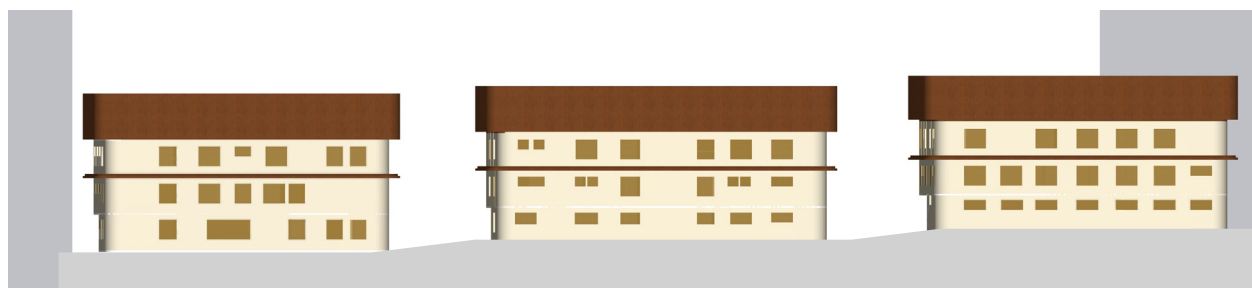
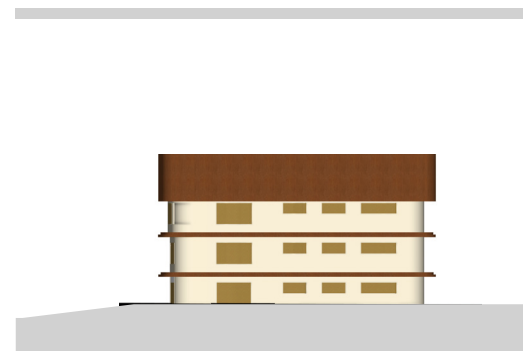
Código	Dimensão (A x L)
P1	2,10 x 0,80 m
P2	2,10 x 1,00 m
P3	2,10 x 0,90 m
P4	2,10 x 0,90 m
P5	2,10 x 0,80 m
P6	2,10 x 0,90 m
P7	2,10 x 2,00 m
P8	1,80 x 0,80 m
P9	2,10 x 1,00 m
P10	2,10 x 1,20 m
P11	2,10 x 0,80 m
P12	2,10 x 4,00 m
P13	1,80 x 0,70 m
P14	2,10 x 1,50 m
P15	2,10 x 1,00 m
P16	2,10 x 2,00 m
P17	2,40 x 1,00 m

QUADRO DE JANELAS
BLOCO A

Código	Dimensão (A x L)
J1	3,00 x 1,00 m
J2	2,00 x 2,00 m
J3	1,00 x 0,90 m
J4	1,50 x 1,80 m
J5	1,95 x 1,80 m
J6	1,60 x 0,90 m
J7	1,80 x 0,90 m
J8	2,15 x 0,90 m
J9	1,60 x 1,80 m
J10	1,80 x 1,80 m
J11	2,464 x 0,90 m
J12	2,60 x 0,90 m
J13	4,00 x 1,80 m
J14	1,796 x 0,90 m
J15	1,50 x 0,90 m
J16	4,00 x 0,90 m
J17	1,70 x 0,90 m
J18	1,70 x 1,80 m
J19	1,65 x 0,90 m
J20	3,50 x 0,90 m
J21	3,00 x 1,80 m
J22	3,50 x 1,80 m
J23	1,65 x 1,80 m
J24	3,00 x 0,90 m
J25	1,95 x 0,90 m



Fachada Leste - Blocos A,B,C,D



Fachada Oeste - Blocos A,B,C,D



5.5 MEMORIAL DESCRITIVO

O Centro Acolher foi desenvolvido como uma proposta arquitetônica voltada ao acolhimento, apoio e reintegração social de pessoas em situação de rua no município de Goiânia. O projeto parte da compreensão de que a situação de rua não se resume apenas a ausência de moradia, mas também um conjunto de causas sociais, econômicas, familiares e emocionais que afastam o indivíduo do acesso aos direitos básicos e as oportunidades de reconstrução de vida. Diante desse contexto, a proposta busca oferecer um espaço capaz de atender às necessidades imediatas desse público oferecendo abrigo, alimentação, higiene e descanso, ao mesmo tempo promove acolhimento, orientação, capacitação, convivência e pertencimento.

A implantação do Centro Acolher ocorre no Setor Leste Universitário, em uma região central de Goiânia marcada pela presença de equipamentos urbanos, vias importantes, serviços, áreas públicas e alta circulação de pessoas. A escolha da área considera sua localização estratégica e a proximidade com locais já existentes onde a população em situação de rua está presente. O projeto se organiza a partir de duas áreas complementares a Área 2, destinada à implantação principal do centro e a Área 1, onde possui uma praça existente que passa a ser revitalizada e integrada ao conjunto com um todo. A proposta não se limita à construção de um edifício, mas também a recuperação do espaço público. O conceito norteador do projeto é “acolher para ressignificar”. Acolher onde não significa apenas receber ou abrigar, mas criar condições reais para que o usuário se sinta protegido, respeitado e reconhecido como parte da sociedade. Resignificar, por sua vez, representa a possibilidade de transformar trajetórias marcadas pela vulnerabilidade em novas perspectivas de autonomia, dignidade e reinserção social. Esse conceito se expressa na organização dos ambientes, nos percursos, na setorização, na materialidade e na forma arquitetônica, buscando construir uma experiência espacial que seja um cuidado, empatia e oportunidade.

O partido arquitetônico traduz essa intenção por meio de volumes que partem de uma forma inicial rígida, associada à dureza da vida nas ruas, e evoluem para uma composição mais fluida, fragmentada e acolhedora. As curvas, os pátios, as áreas verdes e as conexões entre os blocos suavizam a leitura do conjunto e reforçam a ideia de proteção e pertencimento. A arquitetura deixa de assumir uma aparência institucional e distante para se aproximar de uma linguagem mais humana, sensível e convidativa. A integração entre os edifícios e a praça reforça essa proposta, criando espaços de permanência, encontro, descanso e convivência.

O programa de necessidades foi estruturado para atender jovens e adultos, homens, mulheres e famílias em situação de rua, considerando tanto os atendimentos de permanência quanto os serviços de apoio diário. A proposta contempla setores de acolhimento, alimentação, apoio, convivência, administração, educação e praça. O setor de acolhimento reúne dormitórios, vestiários, lavanderias, banheiros, áreas de espera, recepção e triagem, oferecendo condições básicas de higiene, repouso e organização pessoal. O setor de alimentação abriga cozinha industrial, áreas de preparo,

câmaras, depósitos, balcão de distribuição e refeitório comunitário, garantindo refeições em um ambiente coletivo e digno. O setor de apoio concentra atendimentos sociais, atendimentos cívicos, consultórios, enfermaria e espaços destinados à recepção e distribuição de doações, funcionando como ponte entre o usuário e os serviços públicos essenciais.

O setor educacional representa um dos pontos mais importantes da proposta, pois amplia a função do centro para além do acolhimento emergencial. Com salas de EJA, salas de informática, oficinas de artes e espaços para cursos profissionalizantes, o projeto oferece meios para que os usuários desenvolvam habilidades, retomem vínculos com a aprendizagem e encontrem novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Essa dimensão reforça o caráter transformador do Centro Acolher, que não se propõe apenas a amenizar uma condição momentânea, mas a contribuir para a reconstrução da autonomia dos indivíduos atendidos.

A distribuição dos blocos foi pensada de forma funcional e integrada. O Bloco A concentra áreas administrativas, espaços de apoio aos funcionários, atendimentos sociais e cívicos, consultórios, enfermarias e dormitórios masculinos. O Bloco B abriga lavanderias sociais, vestiários, recepção, áreas de espera e dormitórios femininos, incluindo dormitório acessível. O Bloco C reúne ambientes de convivência, descanso, alimentação, triagem e doações, funcionando como um núcleo de suporte direto às necessidades cotidianas dos usuários. O Bloco D, implantado junto à área da praça, recebe usos educacionais, administrativos e comunitários, como auditório, recepção, coordenação pedagógica, salas de aula, oficinas, salas de informática e áreas de convivência. Essa organização permite separar os usos conforme seus níveis de privacidade e permanência, sem perder a conexão entre os setores.

A praça revitalizada assume papel essencial no conjunto, funcionando como extensão do equipamento e como espaço de integração entre os usuários do centro e a comunidade local. A proposta inclui áreas de convivência, playground, academia ao ar livre, área pet, redário, espaços de contemplação, áreas verdes e mobiliário urbano. Ao incorporar a praça ao projeto, o Centro Acolher evita o isolamento do público atendido e promove uma relação mais aberta com a cidade, reforçando a ideia de que acolher também significa permitir a convivência, a visibilidade e o pertencimento aos espaços públicos.

Os acessos foram definidos para garantir segurança, fluidez e acessibilidade. Os principais acessos de pedestres ocorrem pela Avenida Universitária, Rua 233 e Acesso Alameda Marginal Botafogo, favorecendo a chegada dos usuários por meio de conexões urbanas e transporte público. O acesso pela Avenida Marginal Botafogo não é priorizado para pedestres devido ao intenso fluxo de veículos. Já os acessos de veículos e carga e descarga são organizados pela Rua

233, por apresentar melhor condição de fluxo e conexão com a dinâmica logística do equipamento. A implantação considera rampas, circulações acessíveis, elevadores, escadas, antecâmaras e adequações voltadas à acessibilidade universal, respeitando as necessidades de diferentes usuários.

Do ponto de vista ambiental, o projeto considera as condicionantes naturais da área, como topografia, orientação solar, ventilação e ruídos urbanos. Os ambientes de maior permanência, como dormitórios e áreas de descanso, são posicionados de modo a favorecer melhores condições de conforto térmico, priorizando a incidência solar mais amena e a ventilação cruzada. Os pátios, aberturas estratégicas, áreas verdes, marquises e brises contribuem para o sombreamento, a iluminação natural e a melhoria do microclima. A cobertura contínua com avanços laterais também auxilia na proteção solar e na criação de espaços intermediários de transição entre interior e exterior.

Em relação aos sistemas construtivos, a proposta adota estrutura mista em concreto armado e aço, unindo resistência, estabilidade e possibilidade de vencer maiores vãos com leveza. As vedações em alvenaria de blocos de alta densidade são utilizadas especialmente em ambientes que exigem maior privacidade e isolamento acústico, como dormitórios, consultórios e salas de estudo. Para melhorar o desempenho dos espaços, são previstos materiais termoacústicos, brises metálicos, painéis de fachada com isolamento, esquadrias com vedação e forros com tratamento acústico. A madeira aparece nos mobiliários e acabamentos internos, trazendo uma atmosfera mais acolhedora e aproximando os ambientes da sensação de cuidado e pertencimento. Nas áreas externas, os pisos intertravados de concreto natural favorecem permeabilidade, durabilidade e manutenção, enquanto o mobiliário em aço responde à necessidade de resistência no uso público.

Assim, o Centro Acolher se consolida como uma proposta arquitetônica de caráter social, urbano e humano. O projeto responde a uma demanda real da cidade de Goiânia ao propor um equipamento capaz de acolher, orientar, alimentar, higienizar, capacitar e reintegrar pessoas em situação de rua. Sua força está na união entre função e sensibilidade: ao mesmo tempo em que organiza tecnicamente os setores, fluxos e sistemas construtivos, a proposta cria espaços que comunicam cuidado, esperança e transformação. O Centro Acolher, portanto, não se apresenta apenas como um abrigo, mas como um lugar de reconstrução, onde a arquitetura se torna instrumento de dignidade, pertencimento e ressignificação de vidas.V



CONCLUSÃO

A realidade de pessoas em situação de rua hoje é uma realidade presente no país, e esse número vem crescendo cada vez mais no município goiano. O descaso com essas pessoas não é uma situação atual, ocorre desde a Era Vargas no Brasil. Um olhar crítico é mais fácil do que um olhar humano sobre essas pessoas, e mesmo com o amparo da lei ainda sim encontram-se diversas brechas e empecilhos quando o assunto é acolher essa população. Ao buscar compreender e ver como vive esse público, é vista a situação precária em que essas pessoas vivem e as vezes tudo o que elas precisam é apenas de um apoio e motivação de que as coisas podem ser reconstruídas. Pequenos gestos podem melhorar o dia dessas pessoas e grandes oportunidades podem transformar suas vidas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES BARREIRA, Celene Cunha Monteiro; HADDAD, Marcos Bittar; MOYSÉS, Aristides (Orgs.). **Reforma urbana e direito à moradia: Goiânia**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ; Letra Capital Editora, 2022.

ARCHELLO. **Shelter and Community Dining Room**. Disponível em: <https://archello.com/pt/project/shelter-and-community-dining-room>. Acesso em: 23 set. 2025.

ARCHDAILY. **Casa de Acolhimento e Refeitório Comunitário / SIDE FX Arquitectura. 2024**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1010980/casa-de-acolhimento-e-refeitorio-comunitario-side-fx-arquitectura>. Acesso em: 23 set. 2025.

ARCHDAILY. **Centro de Acolhimento Cysdo. 2016**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/783328/centro-de-acolhimento-cysdo>. Acesso em: 23 set. 2025.

ARCHDAILY. **Instituto Vila Praia Comunita. 2023**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1000416/instituto-vila-praia-comunita>. Acesso em: 23 set. 2025.

BERNARDES, Genilda D'Arc; BERNARDES BORGES, Leandro; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. **Repensando Goiânia: da construção aos dias atuais**. Barú, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 4-24, jan./jul. 2017. DOI: 10.18224/baru.v3i1.5827.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/creto/d7053.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Informe Técnico Brasil**. Disponível em: <https://cnmp.mp.br/portal/informacoes/informe-tecnico-brasil.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). **População em situação de rua e questão social no Brasil: contribuições ao debate**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI, 2023.

- GOIÂNIA. **Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia**. Goiânia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/codigodeobras.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Decreto nº 1.392, de 26 de abril de 2011**. Dispõe sobre o tombamento definitivo dos bens que especifica e dá outras providências. Goiânia, 2011. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2011/dc_20110426_000001392.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **História de Goiânia**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/historia-de-goiania/>. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 050, de 13 de junho de 1996**. Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 1996. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1996/lc_19960613_000000050.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 2022. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2022/lc_20220304_000000349.html#ANE000012. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022**. Anexo XII. Goiânia, 2022. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2022/lc_20220304_000000349_ane_000000012.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022**. Anexo XXI. Goiânia, 2022. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2022/lc_20220304_000000349_ane_000000021.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Complementar nº 371, de 04 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 2024. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2024/lc_20240104_000000371.html. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Ordinária nº 8.767, de 2009**. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbanístico do Município de Goiânia. Goiânia, 2009. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/seplam/Colet%C3%A2nea%20Urban%C3%ADstica/13.%20PDU/13.%20PDU%20-%20Lei%208767.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.
- GOIÂNIA. **Lei Ordinária nº 9.123, de 28 de dezembro de 2011**. Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia, 2011. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2011/lo_20111228_000009123.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

- REVISTA UFG. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48233/23589>. Acesso em: 23 set. 2025.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Direito de Preempção**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesouro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=DIREITO%20DE%20PREEMP%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 23 set. 2025.
- TERRAL INCORPORADORA. **Guia de bairros: Setor Universitário**. Disponível em: <https://www.terralincorporadora.com.br/blog/guia-de-bairros:-setor-universitario-/89>. Acesso em: 23 set. 2025.
- VITRUVIUS. **Concurso Moradia Estudantil Unifesp**. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/jornal/events/read/2162>. Acesso em: 23 set. 2025.